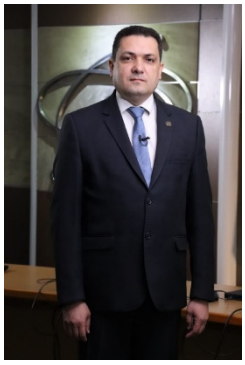
CAPES

Relatório de Gestão 2019



Anderson Ribeiro Correia
Presidente em 2019

Sônia Nair Báo
Diretora DAV

Zena Maria da Silva Martins
Diretora DPB

Mauro Luis Rabelo
Diretor DRI

Carlos Cezar Modernel Lenuzza
Diretor DED-DEB

Sandro de Oliveira Araújo
Diretor DTI

Anderson Lozi da Rocha
Diretor DGES

Guilherme Benages Alcântara
Procurador-Chefe

Joquebede dos Santos
Antevere Silva
Auditora-Chefe

Acesse os currículos no link: http://capes.gov.br/acessoainformacao/institucional/80-conteudo-estatico/acesso-a-informacao/8436-agendas-e-curriculos-de-autoridades

RESPONSABILIDADE PELO CONTEÚDO:

Gabinete de Presidência (GAB/PR/CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV/CAPES)
Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB/CAPES)
Diretoria de Relações Internacionais (DRI/CAPES)
Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB/CAPES)
Diretoria de Educação a Distância (DED/CAPES)
Diretoria de Gestão (DGES/CAPES)
Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI/CAPES)
Auditoria Interna (AUD/PR/CAPES)
Procuradoria Federal junto à CAPES (PF/PR/CAPES)

CONSOLIDAÇÃO DO CONTEÚDO:

Auditoria Interna (AUD/GAB/PR/CAPES)

ENDEREÇO:
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 2, Bloco L, Lote 06
Edifício CAPES
CEP: 70040-031 – Brasília, DF
(61) 2022-6210
comunicacao@capes.gov.br

Sumário

Apresentação // 6

1. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo // 9

1.1. Estrutura Organizacional // 9

1.2. Modelo de Governança, Negócios e Ambiente de Atuação // 10

1.3. Cadeia de Valor // 12

2. Governança, Estratégia e Alocação de Recursos // 13

2.1. Objetivos do PPA // 13

2.2. Metas do PNE // 13

2.3. Mapa Estratégico // 14

2.4. Modelo de Gestão Estratégica // 15

2.5. Planejamento Orçamentário // 16

2.6. Perfil de Governança e Gestão Públicas // 16

2.7. Órgãos Seccionais de Assessoramento // 18

3. Riscos, Oportunidades e Perspectivas // 19

3.1. As Linhas de Defesa // 20

4. Resultados e Desempenho da Gestão // 22

4.1. Avaliação da Pós-Graduação *Stricto Sensu* // 22

4.2. Bolsas e Fomento no País // 24

4.3. Internacionalização // 32

4.4. Fomento à Formação de Professores da Educação Básica // 35

4.5. Gestão Orçamentária e Financeira // 42

4.6. Gestão de Pessoas // 45

4.7. Gestão de Licitações e Contratos // 49

4.8. Gestão Patrimonial e Infraestrutura // 53

4.9. Gestão de Tecnologia da Informação // 55

4.10. Comunicação Social // 68

5. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis // 69

5.1. Desempenho Orçamentário // 69

5.2. Desempenho Financeiro no Exercício // 69

5.3. Principais Fatos Contábeis // 69

5.4. Resultados Financeiros e Não Financeiros // 70

5.5. Normas Legais e Técnicas e Mecanismos de Controle // 72

5.6. Coordenação de Contabilidade // 72

Anexos // 73

Apresentação

Cumprindo com minha responsabilidade como dirigente da instituição e apresentador de contas, é com orgulho que apresento o Relatório de Gestão da CAPES referente ao ano de 2019 no modelo integrado, observando a integridade, fidedignidade, precisão e completude das informações, importante para o reconhecimento das ações desta instituição de modo agregado, sendo possível identificar que as diferentes ações, independente de qual unidade interna se originam, contribuem para a missão organizacional e consequente atingimento das metas das políticas educacionais pertinentes à CAPES e alinhadas ao Ministério da Educação (MEC).

A Decisão Normativa - TCU nº 178, de 23 de outubro de 2019, ao orientar na confecção do relatório de modo integrado, não só auxilia na organização das atividades de cada entidade, mas também destaca a necessidade de governança e planejamento estratégico para orientar suas ações e medir seus resultados. A CAPES vem trabalhando nesse sentido, pois em 2019 iniciou o processo de elaboração do Planejamento Estratégico 2020-2023 que guiará as ações da instituição de modo que sejam integradas para o atingimento dos objetivos estratégicos, além de facilitar o estabelecimento de um modelo de governança adequado às necessidades atuais.

Outrossim, por ocasião da elaboração deste relatório de forma integrada, foi fundamental a aplicação do pensamento coletivo desta instituição, sendo observado integralmente as orientações exaradas pelo Tribunal de Contas da União, conforme Decisão Normativa-TCU nº 178, de 2019. Por tratar-se do segundo ano da composição deste relatório de gestão conforme a estrutura proposta pelo *International Integrates Reporting Council* (IRRC), avaliamos que em um ano a CAPES deverá consolidar o seu pensamento coletivo, de modo que os futuros relatos integrados possam refletir a supracitada estrutura do IRRC, adotada pela Egrégia Corte de Contas, a partir de 2018.

A CAPES atua em diversas frentes, sendo necessário e essencial o envolvimento de toda a instituição para a elaboração deste relatório de gestão, possibilitando a integralidade das informações, buscando uma melhor apresentação à sociedade.

Este relatório, para melhor entendimento da atuação da CAPES, é apresentado por segmentos de atuação:

a) avaliação da Pós-Graduação *stricto sensu*;

b) bolsas e fomento no país;

c) internacionalização; e

d) fomento à formação de professores da Educação Básica.

O fomento e a concessão de cotas de bolsas no país contribuem para a melhora das atividades de pesquisa e da pós-graduação brasileira, diagnosticada nos processos de avalição dirigidos pela CAPES que também mede a necessidade de elaboração de normas que regulamentem a pós-graduação *stricto sensu* do país. Outrossim, a internacionalização permite a especialização e formação de nossos discentes, docentes e pesquisadores no exterior, assim como a vinda de pesquisadores renomados ao Brasil, possibilitando a troca de conhecimento com diversos países o que também contribui para a formação de alto nível de mestres e doutores brasileiros. O fomento à formação de professores da Educação Básica também é parte importante da CAPES, pertinente às suas competências desde 2007, que tem elaborado diversos programas visando induzir a formação de professores e reduzir as assimetrias regionais do país. Esses segmentos se complementam buscando a qualificação e formação de pessoal de nível superior para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico.

Quanto à atuação em 2019, a CAPES tem sido decisiva para os êxitos alcançados pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação, por meio da indução de políticas em áreas estratégicas para estimular a pós-graduação, a avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, a acessibilidade e disseminação da produção científica e tecnológica, o fortalecimento da cooperação internacional, o investimento na formação de alto nível de recursos humanos e a promoção de formação de professores da Educação Básica, nas modalidades presencial e a distância.

Em 2019, a CAPES concedeu 95.290 bolsas no país, assim distribuídas por modalidades: 44.238 de mestrado; 43.327 de doutorado; 6.237 de pós-doutorado; e 1.488 em outras modalidades, totalizando um investimento de cerca de R$ 2,1 bilhões que beneficiaram discentes, docentes e pesquisadores de mais de 3,7 mil programas de pós-graduação *stricto sensu*. Além disso, R$ 162,2 milhões foram destinados à melhoria das condições de funcionamento dos programas de pós-graduação.

No âmbito das ações estratégicas, houve o lançamento dos Programas de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional (PROCAD-Defesa), o qual objetiva apoiar a pesquisa nas áreas de interesse da Defesa, e do Programa de Apoio aos Programas de Pós-Graduação da Amazônia Legal com o objetivo de promover a fixação de pesquisadores na região Amazônica e reduzir as assimetrias. Destacam-se ainda ações voltadas para o aprimoramento do processo de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* e de seus instrumentos.

Em relação às ações de mobilidade acadêmica, cooperação internacional e internacionalização da ciência e pesquisa brasileiras, cerca de 8 mil bolsistas, brasileiros e estrangeiros, foram beneficiados por meio de parcerias com 64 países.

As ações de formação e valorização dos profissionais da Educação Básica resultaram na concessão de bolsas que beneficiaram 41 mil alunos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), já o Programa de Residência Pedagógica contempla em média 32 mil licenciandos, e por sua vez o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) possibilitou a continuidade da formação de mais de 14 mil professores. Na modalidade de educação a distância, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) totalizou 745 polos ativos em 133 Instituições de Ensino Superior vinculadas, e mais de 15 mil discentes matriculados. Já os Mestrados Profissionais para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB) ofertaram 3.452 vagas, em 10 programas de mestrados profissionais nas áreas prioritárias da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Quanto à avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, recebemos mais de 660 propostas, divididas em cursos profissionais e acadêmicos, entre elas estão as primeiras propostas de cursos a distância. Ainda, lançamos o Consórcio Nacional em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (CONECTI), plataforma nacional de integração de dados relacionados à educação, ciência, tecnologia e inovação.

Em 2019, também planejamos ações para os próximos exercícios, visando à continuidade dos nossos empreendimentos: para 2020, está prevista a implementação de um modelo de redistribuição de bolsas de mestrado e doutorado no país, visando reduzir o desequilíbrio existente, de forma a alinhar o fomento à avaliação realizada pela CAPES, além de ações estratégicas que envolvem parcerias e programas direcionados ao desenvolvimento regional e local, com maior interação entre o meio acadêmico e o setor produtivo. Ressalta-se ainda a continuidade de ações voltadas ao aprimoramento do processo de avaliação da pós-graduação que ocorrerá em 2021.

No tema internacionalização do Ensino Superior brasileiro, iniciativas para impulsionar e consolidar o posicionamento das instituições brasileiras no contexto internacional estão sendo desenhadas, tais como parcerias estratégicas com instituições reconhecidas internacionalmente de países como Estados Unidos, Alemanha e China, constituindo assim, uma janela de oportunidades que contribuirá significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Brasil.

No âmbito da formação e valorização dos profissionais da Educação Básica, além da continuidade dos programas vigentes, também estão previstos lançamentos de novos como o Forma Brasil, que ofertará 25 mil vagas em cursos de licenciatura presenciais e a distância para professores em exercício na Educação Básica que não possuem a formação adequada na área em que atuam, e o Programa de Incentivo à Excelência Docente (IED), que prevê ofertar 5 mil vagas, com bolsas no valor de R$ 1.100,00. Destacam-se ainda, a implantação do projeto Ciência é 10!, que ofertará inicialmente 3.760 vagas com duração de 1 ano e 8 meses, em 19 instituições participantes em todas as regiões do país em mais de 110 polos de ensino. Ainda será lançado o edital conjunto CAPES/SEALF para formação de alfabetizadores com Portugal, no qual prevê a formação de 40 professores alfabetizadores na Universidade do Porto, que atuarão como multiplicadores da formação após o retorno ao Brasil. Além desse Edital, estão previstos editais de

cooperação internacional para desenvolvimento profissional de professores da Educação Básica no exterior, contemplando até 650 docentes em 2020.

Não resta dúvida que a CAPES, por meio de seus colaboradores e com diálogo com a comunidade acadêmica, está cada vez mais integrada e atenta às necessidades da sociedade, buscando proporcionar meios para a qualificação de pessoal de nível superior, visando ao desenvolvimento do país.

BENEDITO GUIMARÃES AGUIAR NETO

Presidente da CAPES no exercício de 2020

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

A CAPES é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Educação, instituída inicialmente por meio do Decreto nº 29.741, de 11 julho de 1951 e recriada pela Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, que possui suas atribuições vigentes. A CAPES desempenha papel fundamental na expansão e consolidação do sistema de pós-graduação nacional *stricto sensu* (mestrado e doutorado), e este, por sua vez, na formação de quadro qualificado para atendimento das demandas dos setores governamentais e produtivos do país. A partir de 2007, por meio da Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, passou também a atuar na formação de profissionais da Educação Básica.

A CAPES, em sua revisão da estratégia, definiu as seguintes missão e visão:

Missão: Fomentar e qualificar a formação de pessoal de nível superior para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico.

Visão: Ser referência como instituição de excelência no fomento à formação e à qualificação de pessoal de nível superior para desenvolvimento do país.

1.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A CAPES realiza suas atividades por meio da seguinte estrutura organizacional, composta por três órgãos colegiados, um órgão de assistência direta ao Presidente, quatro órgãos seccionais e cinco órgãos específicos e singulares:

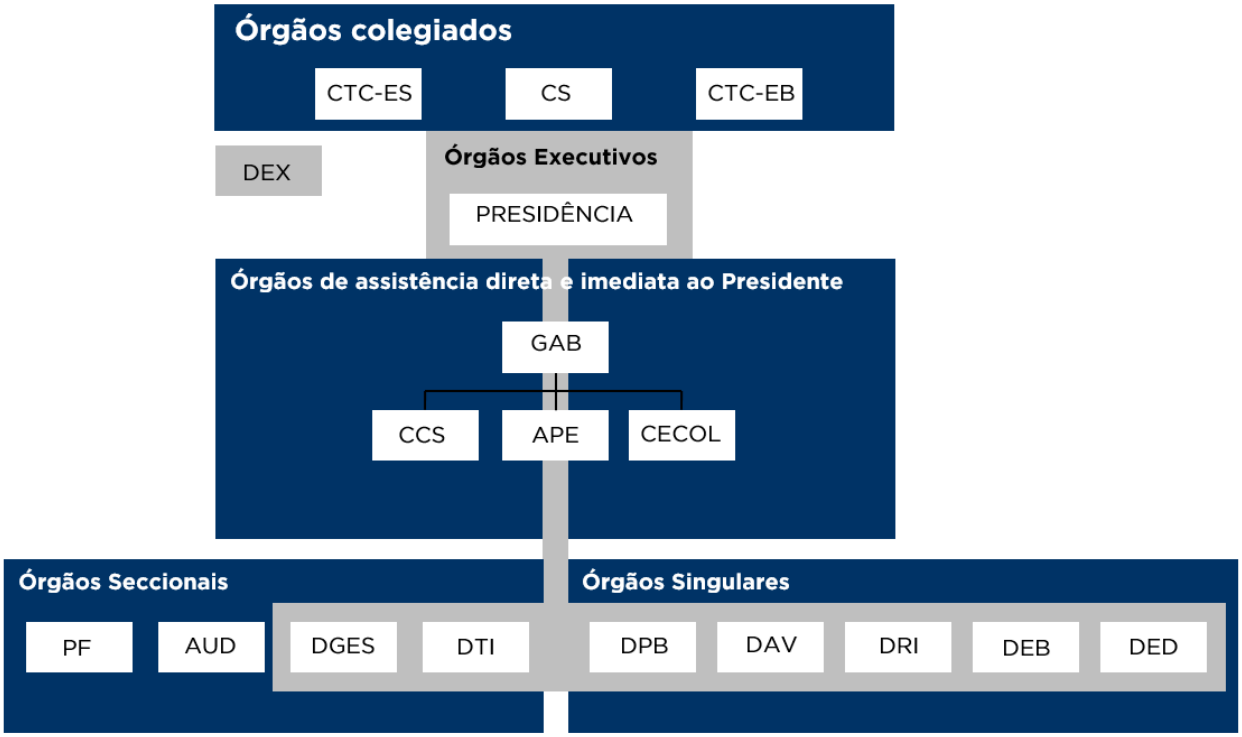


Figura 1 – Organograma
Fonte: GAB/PR/CAPES

1.2 MODELO DE GOVERNANÇA, NEGÓCIOS E AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O Modelo de Governança da CAPES demonstra, de forma estruturada, a interação entre os diferentes atores e segmentos da sociedade, associações, Administração Pública e Governo e sua articulação junto à CAPES:

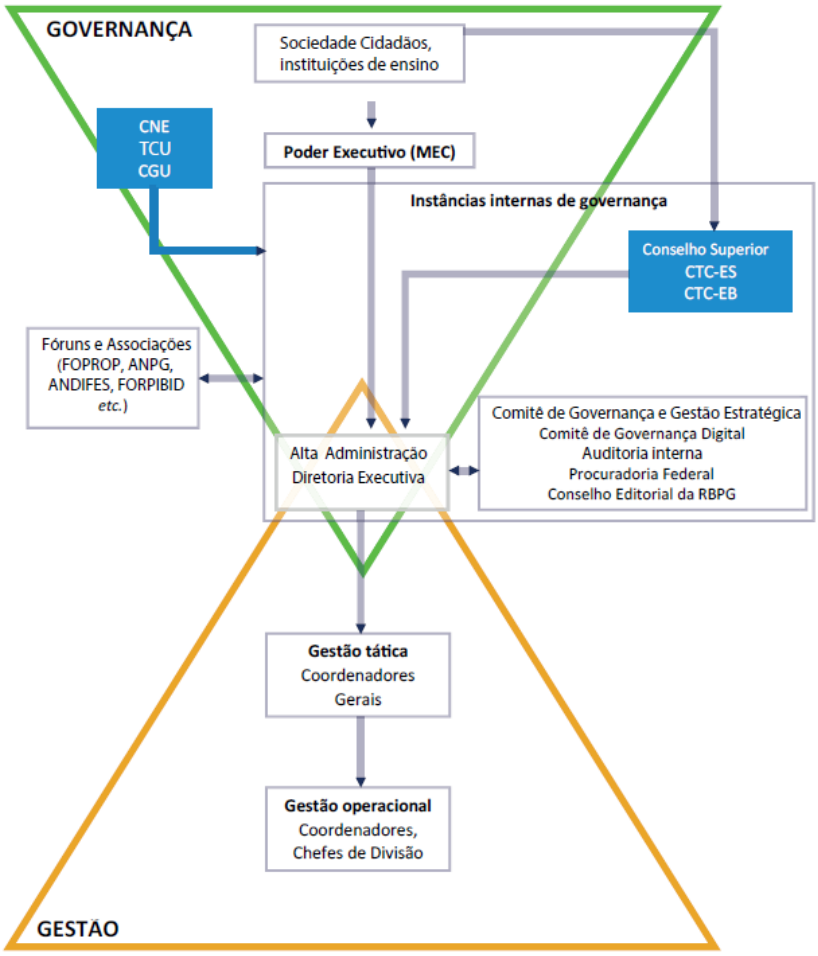


Figura 2 - Modelo de Governança da CAPES
Fonte: APE/GAB/PR/CAPES

A CAPES tem sido decisiva para os êxitos alcançados pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação, tanto no que diz respeito à consolidação do quadro atual, como na construção das mudanças que o avanço do conhecimento e as demandas da sociedade exigem. O sistema de avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, continuamente aperfeiçoado, serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação *stricto sensu*, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas, auxílios, apoios).

A Fundação atua no mercado nacional e internacional por meio de parceira com as instituições de ensino e pesquisa de diversas formas. No âmbito nacional, atua regulamentando e avaliando a pós-graduação brasileira, competência esta atribuída pelo § 1º do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017:

> "No âmbito da educação superior, a CAPES terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação, coordenar o sistema de pós-graduação e avaliar os cursos deste nível, nas modalidades presencial e a distância (...)".

Outra forma de atuação no mercado nacional é por meio de parceria com as instituições de ensino e pesquisa. Nesse caso, a CAPES fomenta a pós-graduação por meio da concessão de bolsas, fomento a editais estratégicos, consoante com § 1º do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 8.977, de 2017:

> "(...) e estimular, mediante a concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento à demanda dos setores público e privado (...)".

Ainda no mercado nacional, a CAPES busca induzir e fomentar, diretamente e em regime de colaboração com Estados e Municípios e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada de profissionais do magistério da Educação Básica (§ 2º do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 8.977, de 2017).

Já no âmbito externo, a CAPES consolida parcerias com instituições de ensino e pesquisa reconhecidas internacionalmente. O objetivo desta parceria é a troca de experiência entre instituições de ensino brasileiras e estrangeiras e também a promoção da internacionalização da pós-graduação em nível nacional. Para isso, a CAPES concede bolsas para pesquisadores estrangeiros virem ao Brasil para ministrar palestras, aulas, congressos e workshops, assim como concede bolsas para discente, docentes e pesquisadores da pós-graduação estudarem no exterior.

As ações da CAPES são retratadas nas seguintes linhas de atuação:

Avaliação da Pós-Graduação *stricto sensu*.

A Avaliação se consolidou como uma atividade fundamental para a garantia e manutenção da qualidade da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil e como instrumento fundamental para indução e expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Algumas ações desse eixo são: aprimorar o modelo de avaliação de PG; revisar e criar instrumentos normativos da avaliação; e avaliação e acompanhamento de programas.

Internacionalização:

A CAPES também atua na promoção da internacionalização da pós-graduação brasileira por meio de programas, acordos, convênios e parcerias com agências internacionais. Algumas ações desse eixo são: promover a internacionalização da PG brasileira; aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação internacional; incentivar as ações de internacionalização das universidades; e promover a cooperação científica internacional.

Bolsas e Fomento no País:

A CAPES é responsável por definir diretrizes para o fortalecimento das instituições formadoras de recursos humanos de alto nível e conceber, implementar políticas públicas de fomento ao SNPG com o objetivo de apoiar a formação de pessoal altamente qualificado na educação superior e contribuir para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação no Brasil em parceria com o setor produtivo. Algumas ações desse eixo são: conceder bolsas no país; conceder recursos financeiros por meio de projetos institucionais; e acesso e disseminação de conhecimento científico.

Fomento à Formação de Professores da Educação Básica:

A CAPES auxilia no fomento da qualificação dos discentes e docentes do Ensino Superior por meio de políticas para Educação Básica e a integração entre a pós-graduação, Instituições de Ensino Superior (IES) e escolas. Algumas ações desse eixo são: promover a valorização do magistério da educação básica; aperfeiçoar a formação docente por meio de programas e concessão de bolsas; e fomentar a formação básica e continuada de professores.

Figura 3 – Linhas de Atuação da CAPES
Fonte: GAB/PR/CAPES

1.3 CADEIA DE VALOR

Em 2019, o alcance dos resultados da CAPES e o suporte para sua atuação aconteceu por meio de processos bem definidos, demonstrados na Cadeia de Valor a seguir, agrupados por macroprocessos, que resultam na entrega de valor: fortalecimento das instituições formadoras de recursos humanos de Alto Nível, considerando os dois focos de atuação definidos: Docentes e Discentes do Ensino Superior e do SNPG e Profissionais da Educação Básica.

A estrutura desta Cadeia de Valor é composta por quatro macroprocessos:

- Definição das Diretrizes para o fortalecimento das instituições formadoras de Recursos Humanos de Alto Nível;
- Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação;
- Fomento ao Sistema Nacional de Pós-Graduação; e
- Formação de Profissionais da Educação Básica e Gestão e Suporte.

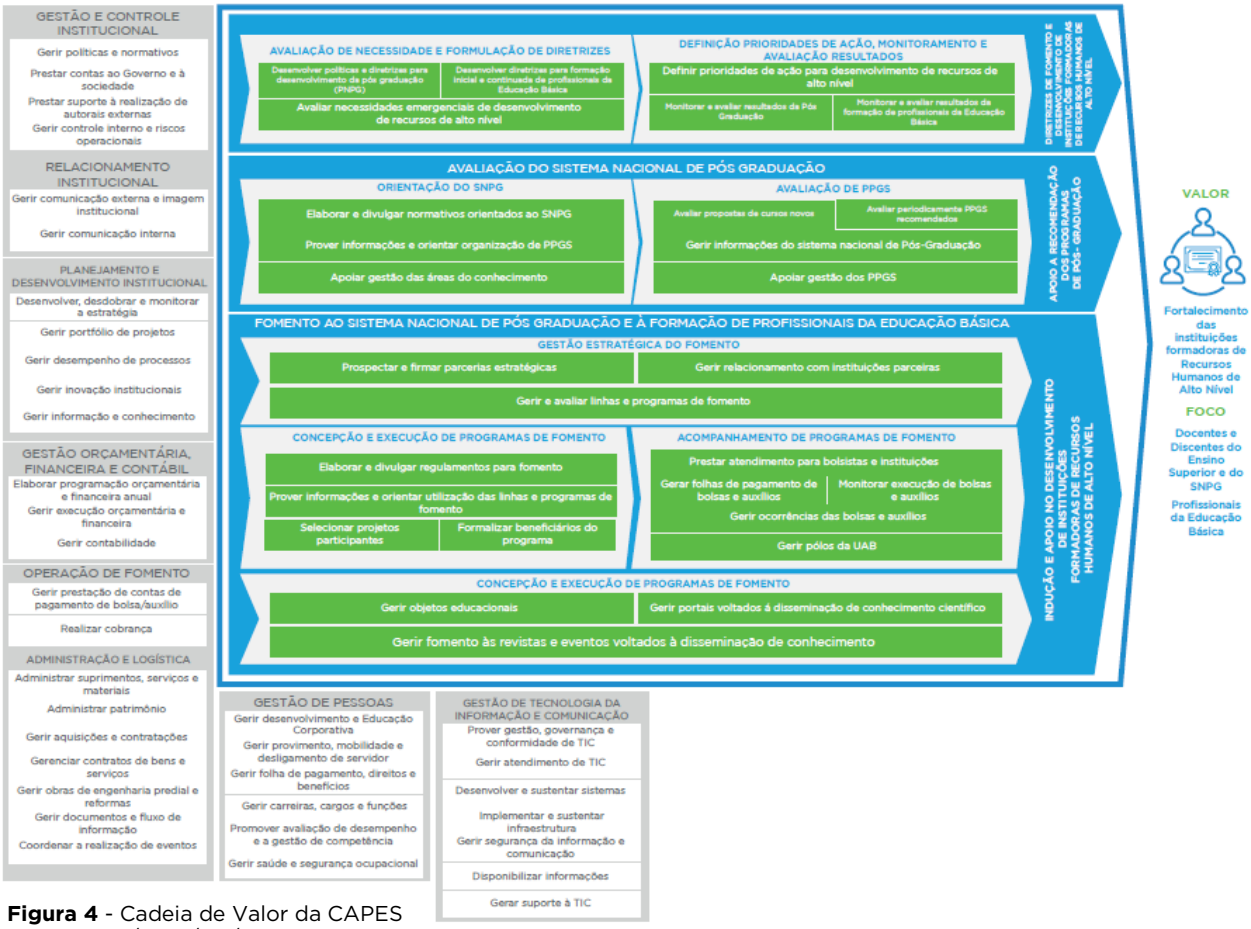


Figura 4 - Cadeia de Valor da CAPES
Fonte: APE/GAB/PR/CAPES

Vale destacar que a CAPES está passando por uma revisão da estratégia, com a elaboração de um novo Planejamento Estratégico, iniciado em 2019, com vigência a partir de 2020, voltado ao atendimento das necessidades sociais atuais e à integração de seus processos.

A Cadeia de Valor para 2020 retratará essa integração de processos e geração de valor, conforme a nova estratégia organizacional.

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Em 2019, a CAPES orientou-se pelos Objetivos 1008, 1010 e 1011 do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 e pelas Metas 12, 13, 14, 15 e 16 do Plano Nacional de Educação (PNE). Ainda no período, iniciou seu processo de elaboração de Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para os anos 2020 a 2023, o que possibilitou uma revisão da estratégia, alinhando sua atuação às demandas da sociedade.

2.1. OBJETIVOS DO PPA

1008: Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

1010: Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

1011: Aprimorar os processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino, considerando as especificidades da diversidade e inclusão, em cooperação com os entes federados, estimulando a participação social, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

2.2. METAS DO PNE

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento doutores.

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, cinquenta por cento dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

2.3. MAPA ESTRATÉGICO

O Mapa Estratégico referente ao período 2020-2023 apresenta os objetivos estratégicos para o período.

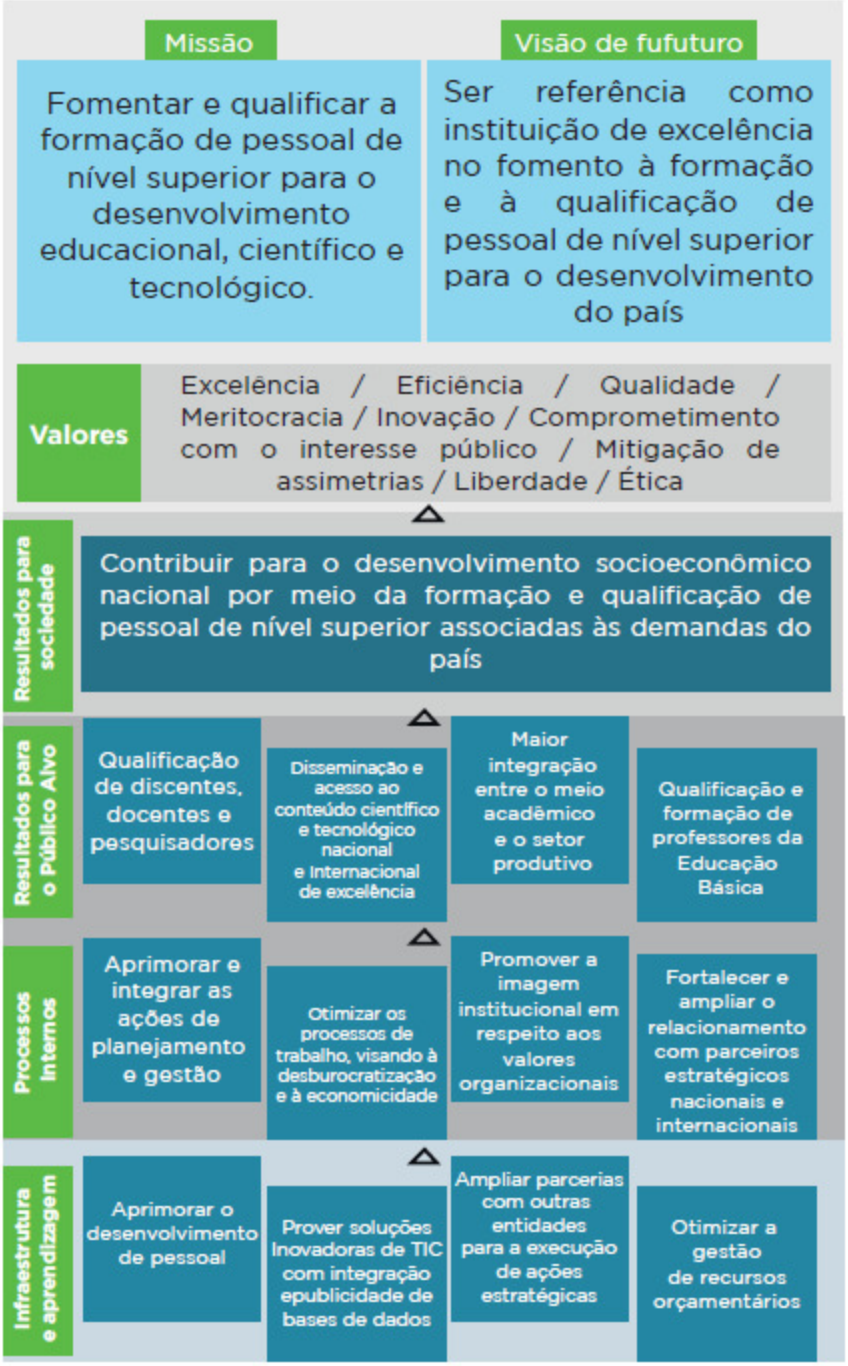


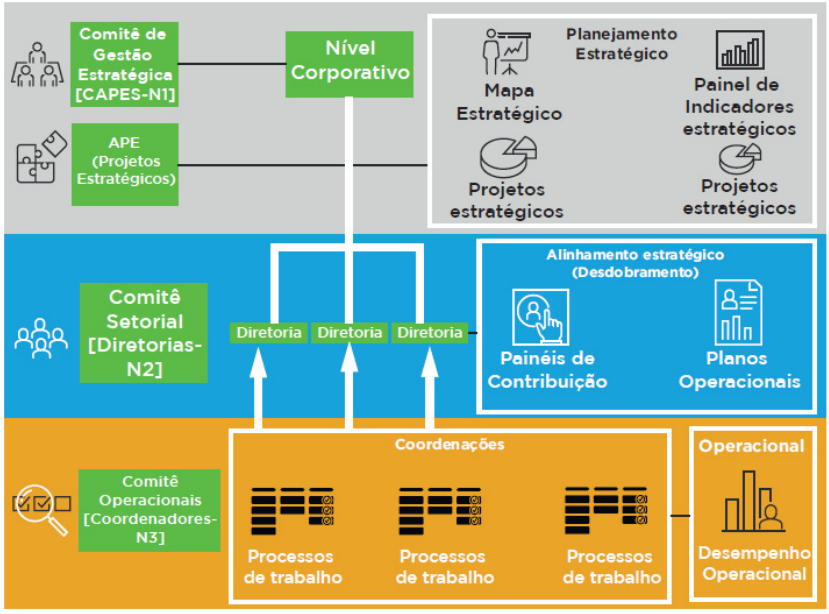
Figura 5 - Mapa Estratégico da CAPES (2020-2023)
Fonte: APE/GAB/PR/CAPES

2.4. MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Também foram elaborados planos setoriais e operacionais para cada diretoria, estabelecendo objetivos, indicadores e inciativas próprias para cada unidade, com vínculo direto aos objetivos estratégicos. A CAPES também está revisando seus principais projetos, elencando os estratégicos que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos institucionais e consequentemente à missão da organização.

A CAPES, por meio do seu Comitê de Governança e Gestão Estratégica, instituído pela Portaria CAPES nº 261, de 28 de novembro de 2018, monitora e avalia as ações estratégicas da instituição e promove as práticas de governança, além de supervisionar a gestão de riscos e controles internos.

A partir de 2020, a CAPES trabalhará com um modelo de gestão no qual constará, além do Comitê de Gestão Estratégica, os Comitês Setoriais e Comitês Operacionais, voltados para cumprimento dos objetivos estratégicos, conforme a seguinte representação:



ESTRUTURA	ATORES	ESCOPO DA DECISÃO	RESULTADO
Comitê de Gestão Estratégica [CAPES-N1]	Presidente Diretores	Avalia o desempenho da estratégia, deliberando sobre: Mapa Estratégico; Indicadores e Metas; e Projetos Estratégicos	Direcionamento sobre a estratégia corporativa da CAPES, formado por um conjunto de projetos, ações e medidas corretivas
APE (Planejamento Estratégico)	Equipe APE	Avalia o desempenho do Portfólio de Projetos Estratégicos	Monitoramento do Portfólio de Projetos
Comitê Setorial [Diretorias-N2]	Diretor Coordenadores	Avalia e delibera sobre a estratégia setorial (Diretoria)	Conjunto de medidas corretivas a serem adotadas no âmbito da Diretoria
Comitês Operacionais [Coordenadores-N3]	Coordenadores, servidores e colaboradores	Avalia o desempenho da Coordenação e delibera sobre as questões operacionais	Conjunto de medidas corretivas operacionais para a Coordenação

Figura 6 - Modelo de Gestão Estratégica da CAPES
Fonte: APE/GAB/PR/CAPES

2.5. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Os recursos necessários para o alcance dos objetivos da Unidade Prestadora de Contas (UPC) são definidos pelas diretorias e coordenadores de cada Programa. A CAPES somente executa recursos orçamentários, portanto somente aqueles definidos na Lei Orçamentária Anual (LOA), cabendo a ela o encaminhamento de suas necessidades à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC a cada ano. Geralmente, no mês de julho de cada ano, o Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP) abre o módulo de pré-PLOA e são inseridas no sistema todas as necessidades desta Coordenação. A partir dos limites definidos pelo órgão setorial, o tema é pautado em diversas reuniões de Diretoria Executiva, onde os diretores da instituição, juntamente com o Presidente, definem a alocação final.

Além disso, visto que o orçamentário anual em geral é insuficiente para as necessidades apresentadas, esta CAPES mantém reuniões regulares com o órgão setorial MEC para expor sua execução e as dificuldades encontradas, trabalhando muitas vezes com o envio ao Ministério da Economia de solicitações de crédito suplementar.

2.6. PERFIL DE GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICAS

A CAPES tem participado, desde 2017, dos levantamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a situação de Governança no Setor Público. Os levantamentos são realizados por meio de autoavaliação, em que cada organização preenche o formulário encaminhado pelo TCU e este elabora um relatório com os resultados da autoavaliação, por índice, e apresenta gráficos comparativos com as outras organizações participantes. Esses levantamentos têm por objetivo estimular as organizações públicas a realizarem essa autoavaliação anualmente, adotarem boas práticas de governança e tornem os resultados parte integrante do processo de prestação de contas anuais.

O resultado geral da autoavaliação da CAPES apresenta os valores dos seguintes índices:

- **IGG** - Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas;
- **iGovPub** - Índice de Governança Pública;
- **iGestPessoas** - Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas;
- **iGestTI** - Índice de Capacidade em Gestão de TI; e
- **iGestContrat** - Índice de Capacidade em Gestão de Contratos.

No gráfico a seguir, é apresentado o perfil de Governança e Gestão Públicas da CAPES, comparativamente, entre 2017, 2018 e 2019.

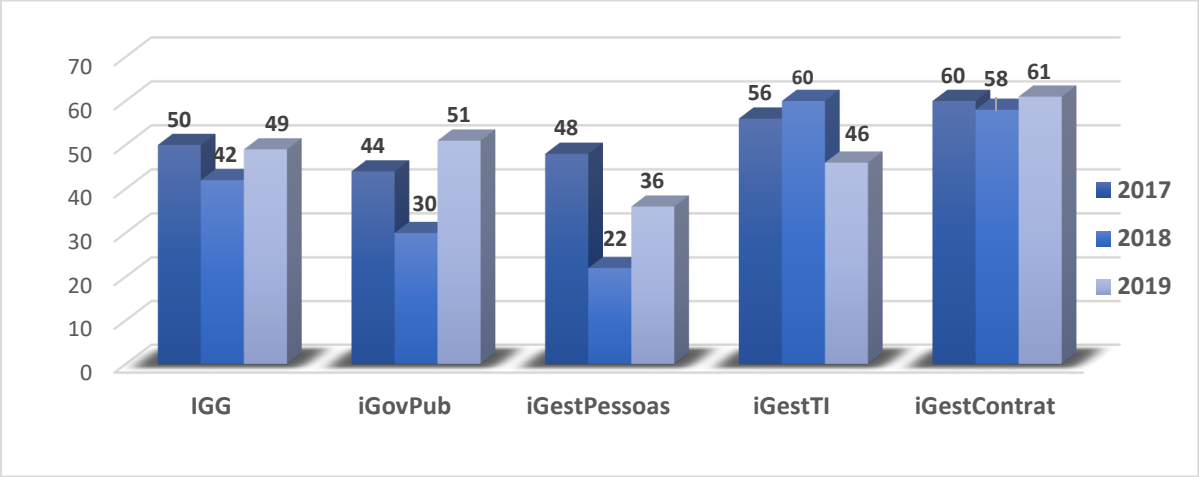


Gráfico 1 - Evolução da Autoavaliação do Perfil de Governança e Gestão Públicas - CAPES 2017 a 2019
Fonte: AUD/PR/CAPES e TCU

Nos gráficos a seguir, são apresentados os resultados das autoavaliações realizadas em 2017 e 2018.

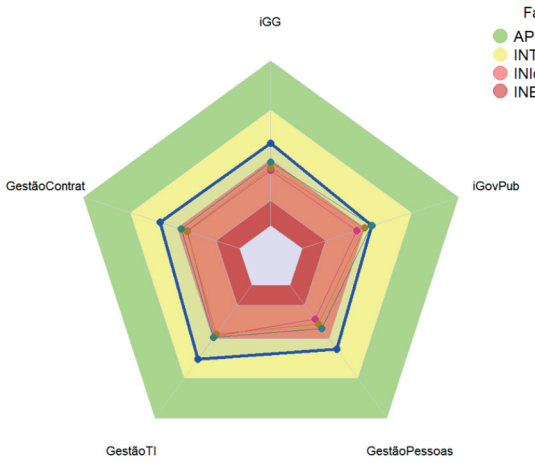


Gráfico 2 - Autoavaliação do Perfil de Governança e Gestão Públicas - CAPES 2017
Fonte: TCU

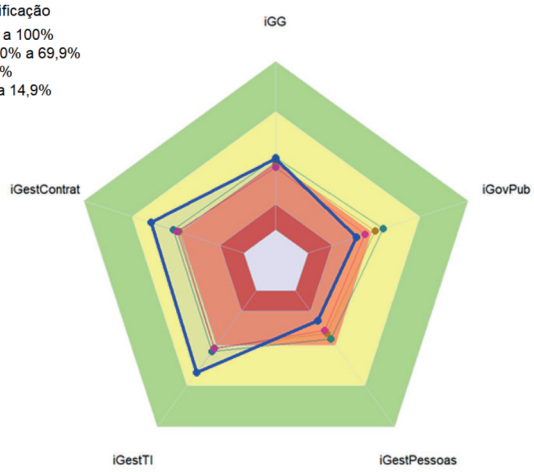


Gráfico 3 - Autoavaliação do Perfil de Governança e Gestão Públicas - CAPES 2018
Fonte: TCU

No gráfico abaixo, é apresentado o perfil de Governança e Gestão Públicas da CAPES, comparado com o perfil de todos os órgãos do SISP, excetuando-se Fundação e EXE-Sipec.

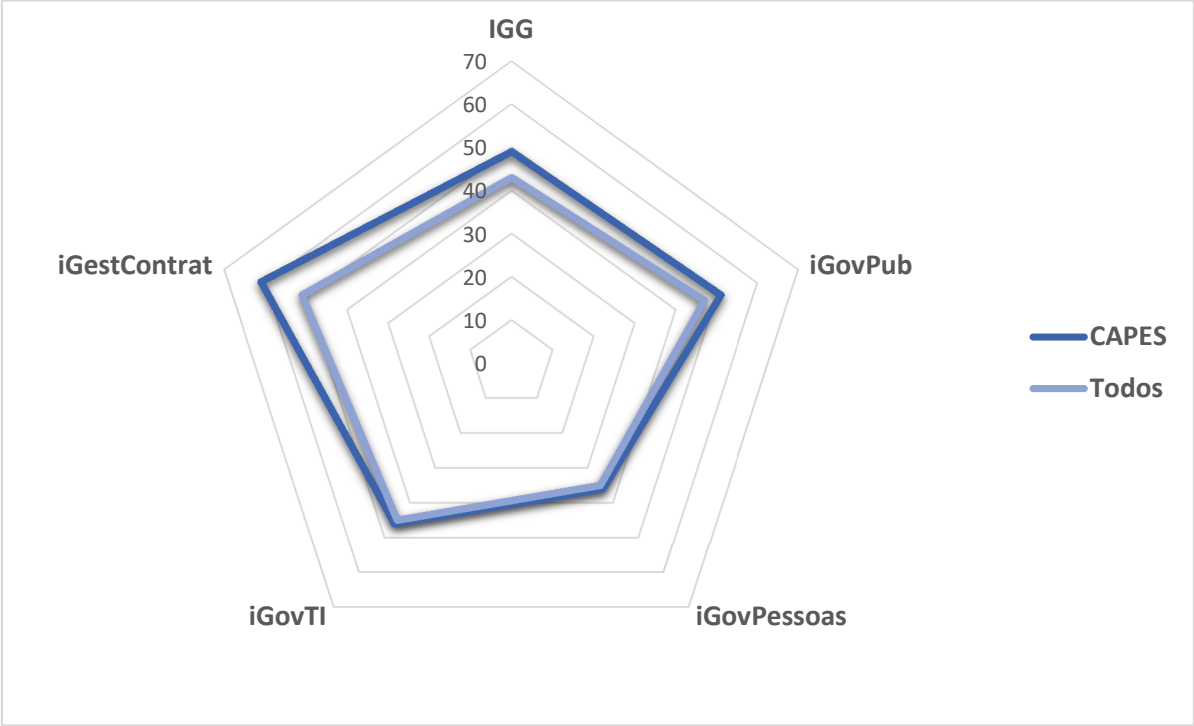


Gráfico 4 - Autoavaliação do Perfil de Governança e Gestão Públicas - CAPES 2019
Fonte: AUD/PR/CAPES e TCU

2.7. ÓRGÃOS SECCIONAIS DE ASSESSORAMENTO

Além dos esforços da CAPES para aprimorar os mecanismos de governança e estratégia e dos desafios para a alocação mais adequada dos recursos diante do quadro de restrição orçamentária, a organização conta com órgãos seccionais de assessoramento aos gestores com o objetivo de garantir a legalidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a legitimidade de atos, processos e procedimentos. Trata-se da Auditoria Interna e da Procuradoria Federal junto à CAPES.

A Procuradoria Federal junto à CAPES (PF-CAPES) é um órgão descentralizado, integrante da estrutura da Procuradoria-Geral Federal (PGF), com competência para exercer a consultoria e assessoramento jurídicos da CAPES, além de atuar em parceria com os órgãos de execução judicial da Advocacia-Geral da União (AGU) para defesa judicial e extrajudicial da Fundação.

A atuação consultiva, que se relaciona com a maior parte do trabalho desenvolvido na Procuradoria, caracteriza-se pela manifestação jurídica prévia à realização do ato administrativo, com o objetivo de conferir amparo legal aos projetos e programas implementados pela CAPES, de tal forma que essa modalidade de atuação aproxima-se de uma espécie de controle preventivo de legalidade e constitucionalidade dos atos administrativos produzidos pela Fundação. O assessoramento, por sua vez, está relacionado à orientação e aos auxílios jurídicos prévios à realização do ato, de forma a direcionar corretamente todas as etapas e as fases procedimentais que antecedem a prática do ato.

No que pertine às demandas judiciais, a atuação perante ao Poder Judiciário é realizada pelas unidades de contencioso da PGF, cabendo à PF-CAPES promover o intercâmbio de informações entre a CAPES e as referidas Procuradorias Judiciais, além de manifestar-se de forma especializada em relação aos normativos relacionados à atuação da Fundação. Além disso, inserem-se nas atribuições da PF-CAPES, o assessoramento direto às autoridades da CAPES que figurem no polo passivo das ações mandamentais.

Em relação ao ano de 2019, a Procuradoria concentrou esforços ainda maiores na atividade de assessoramento do gestor, buscando atuar de forma mais efetiva nas etapas iniciais de elaboração da política pública, evitando o retrabalho da Administração na adequação jurídica de programas e projetos institucionais, o que conferiu maior celeridade e eficiência aos procedimentos internos da Fundação.

A Auditoria Interna realiza atividades independentes e objetivas de avaliação e de consultoria para adicionar valor e melhorar as operações da CAPES. Busca auxiliar a organização a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos. Tem como propósito aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em riscos.

Em 2019, além das atividades de assessoramento aos gestores, a Auditoria Interna da CAPES realizou cinco atividades de avaliação nos seguintes processos ou programas da CAPES:

1. concessão de diárias e passagens (Sistema SCDP);
2. concessões no âmbito do Programa Institucional de Desenvolvimento de Pessoas (PIDP);
3. Programas Estratégicos da Diretoria de Programas e Bolsas no País: CAPES/FAPs, Procad Amazônia e Zica Vírus;
4. Programas Especiais da Diretoria de Relações Internacionais: Cofecub, Brafitec, Escola de Altos Estudos e PEC-PG; e
5. planejamento, realização e execução das metas físicas e financeiras dos programas e ações.

Os resultados das avaliações da Auditoria Interna podem ser acessados no Portal da CAPES por meio do link: www.capes.gov.br/acessoainformacao/auditorias.

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

A Gestão de Riscos da CAPES, instituída pela Portaria GAB n° 37, de 20 de fevereiro de 2018, ainda está em fase de estruturação interna, e junto ao Planejamento Estratégico proporcionará meios para a adequada gestão da organização. A identificação e gestão dos riscos e oportunidades é fundamental para que a estratégia institucional seja implementada, aproveitando as oportunidades e mitigando as ameaças, visando o cumprimento da sua missão.

A gestão de riscos da CAPES observa os seguintes princípios fundamentais:

- propiciar segurança ao ambiente interno da Instituição;
- participar ativamente dos processos organizacionais no que se refere aos riscos;
- subsidiar a Alta Administração e gestores para a tomada de decisões;
- tratar as incertezas e dúvidas quando da implementação de ações e atividades;
- ser realizada de forma sistemática e estruturada;
- ser transparente;
- ser interativa e adaptável às mudanças de ambiente e de tecnologias; e
- ser ferramenta de melhoria contínua dos processos e procedimentos da Instituição

As principais categorias de riscos as quais a CAPES pode ser afetada são:

Negócios: são riscos relativos às atividades e aos negócios da CAPES, como acordos, termos de cooperação, contratos, parcerias, relação entre sistemas de diversos órgãos da Administração.

- **Mitigação**: monitoramento da vigência dos acordos, contratos, termos de cooperação; firmar novas parcerias com entidades estratégicas; e monitoramento do Planejamento Estratégico.

Finanças e orçamento: são riscos que podem comprometer a capacidade da CAPES de executar suas ações, eventos ou atividades, como, por exemplo restrições orçamentárias que impossibilitem fomento e a qualificação da formação de pessoal de nível superior.

- **Mitigação**: priorização das atividades na utilização de recursos; articulação com o Congresso Nacional, visando emendas parlamentares; busca por parcerias privadas ou contrapartidas nas ações da instituição.

Conformidade: são riscos relativos às alterações legislativas ou normativas, bem como a eventos relacionados à corrupção, fraudes, irregularidades ou desvios éticos e de conduta que podem comprometer os valores, as ações e o alcance dos objetivos da CAPES.

- **Mitigação**: estruturação e fortalecimento da segunda linha de defesa (controles internos, gestão de riscos, segurança da informação, Ouvidoria, atividades de correição, plano de integridade).

Operacional: são riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, de pessoas, de infraestrutura e de sistemas, assim como de catástrofes naturais ou ações de terceiros.

- **Mitigação**: capacitação de servidores e colaboradores; gerenciamento de processos; verificação regular de sistemas e infraestrutura; implementação de sistema de alerta para diminuir os efeitos de eventual interrupção nos sistemas de informação; política de prevenção para catástrofes naturais.

Político: são riscos decorrentes das mudanças de políticas públicas, de governo e gestão, ausência de critérios para priorização de demandas educacionais pelo governo, debates políticos sobre as atividades e funcionamentos da CAPES.

- **Mitigação**: Planejamento Estratégico consolidado; articulação política com o Congresso Nacional; políticas e programas consolidados e institucionalizados.

As principais oportunidades relacionadas às ações da CAPES são:

- **Parcerias estratégicas** realizadas junto a instituições nacionais e internacionais (públicas e privadas), setor produtivo, entre outros. Com esse tipo de parceria, há possibilidade de compartilhar os riscos positivos do negócio que, além de contribuir para qualificação e formação de pessoal de alto nível, pode auxiliar na melhoria da governança e tomada de decisões.

  - **Medidas para geração de valor**: Aumento das ações conjuntas nas áreas de atuação institucional; planos para atrair novos parceiros estratégicos; aumento dos investimentos nas parcerias.

- **Novas tecnologias** que contribuem com a análise de dados, conectividade e inteligência artificial, que permitem novas formas de trabalho, colaboração e inovação.

  - **Medidas para geração de valor**: Criação e atualização de sistemas mais modernos; otimização dos processos; acesso imediato das informações.

- **Plano de transformação digital do Governo Federal**, alinhado ao Plano de transformação digital do MEC cujo objetivo é reduzir burocracia e custos dentro do serviço público, por meio da simplificação do acesso ao cidadão para estes serviços, redução dos custos e redução do tempo de espera pelo atendimento das demandas. Tem, também, como objetivo aumentar a eficiência dos serviços prestados à comunidade, por meio da otimização do uso da força de trabalho, da redução de custos com infraestrutura e da redução do tempo de entrega.

  - **Medidas para geração de valor**: Desburocratização, otimização de processos; mais transparência e divulgação das ações institucionais; facilidade de acesso do cidadão.

3.1 AS LINHAS DE DEFESA

A CAPES adota o modelo de "três linhas de defesa", de acordo com sua estrutura de Governança.

A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização. Contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio.

A segunda linha de defesa tem suas instâncias situadas ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha de defesa sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada. Essas instâncias são destinadas a apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e realizar atividades de supervisão e de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito da primeira linha, que incluem gerenciamento de riscos, conformidade, verificação de qualidade, controle financeiro, orientação e treinamento.

A terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade, com o propósito de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e a atuação da organização. Os destinatários dos serviços da Auditoria Interna são a alta administração, os gestores e a sociedade.

A primeira e a terceira linha de defesa da CAPES estão estruturadas. A segunda linha de defesa ainda está em processo de estruturação, carecendo da criação de unidades de controladoria, gestão de riscos, integridade e correição. A criação dessas unidades terá impacto positivo no atingimento dos objetivos da CAPES por meio de gerenciamento de riscos e implementação de controles efetivos.

De forma estruturada, pode-se esquematizar as responsabilidades e atividades das linhas de defesa conforme a figura abaixo.

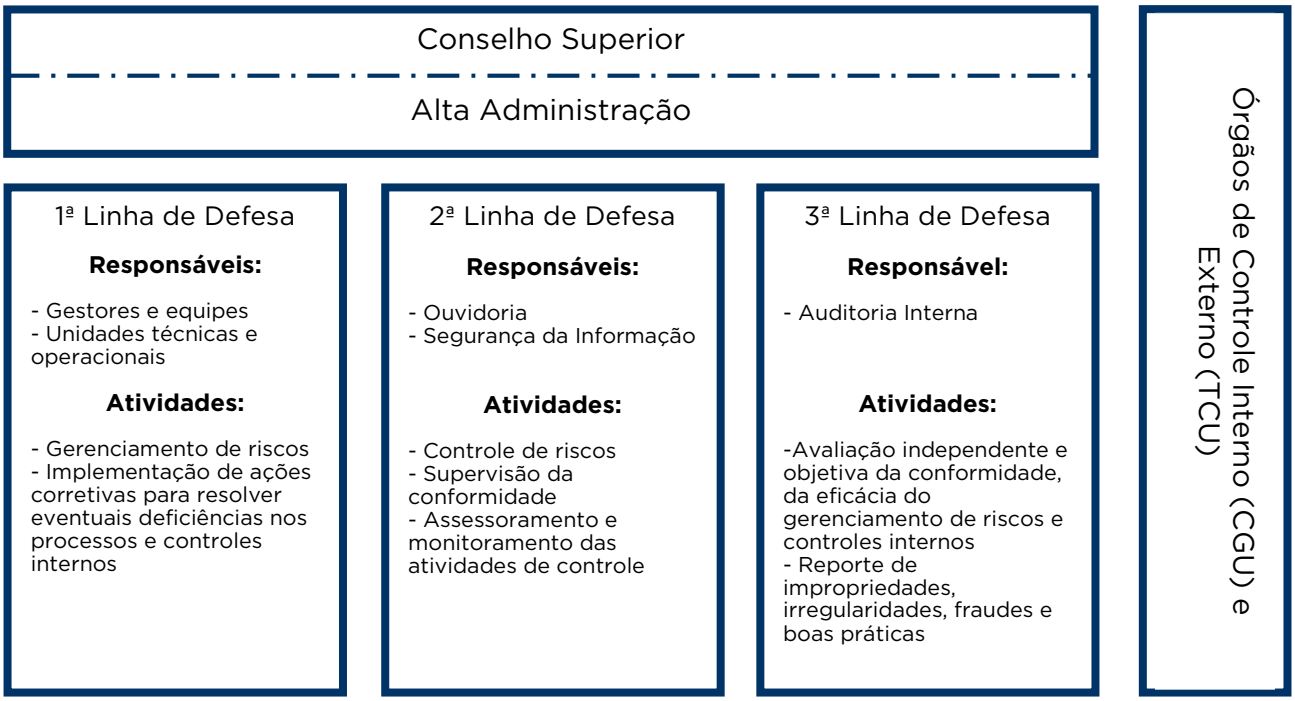


Figura 7 – As três linhas de defesa da CAPES
Fonte: AUD/GAB/PR/CAPES

4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

4.1 AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

O processo avaliativo da CAPES consolidou-se como atividade fundamental para a garantia e manutenção da qualidade da pós-graduação *stricto sensu* brasileira e como instrumento para indução e expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

Em 2019, dadas as considerações da Comissão do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e a necessidade de atendimento aos objetivos estratégicos da CAPES, às diretrizes e recomendações do PNPG 2011-2020, e ao Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 – 2024, inúmeras ações foram implementadas para orientar a evolução dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no país.

A seguir são apresentados os principais resultados obtidos:

Aprimoramento dos instrumentos de avaliação

Diversos aprimoramentos no processo avaliativo formam conduzidos no ano de 2019, notadamente a revisão da ficha de avaliação e a indução ao planejamento estratégico da pós-graduação, com foco na autoavaliação e no acompanhamento de egressos.

Revisão dos Qualis

Adoção do Qualis Referência e condução de grupos de trabalhos afeitos às temáticas de Classificação de Livros; Produtos Técnicos/Tecnológicos; Produtos Artísticos Culturais e Classificação de Eventos. Os Relatórios "Critérios Qualis Periódicos Referência 2017/18" estão disponibilizados na página de cada área no Portal da CAPES: https://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao.

Seminário de Meio Termo da Avaliação

O Seminário de Meio Termo da Avaliação contou com a participação de mais 3.500 pessoas, entre coordenadores de programas e pró-reitores de pós-graduação, e teve por objetivos: (i) trazer o retrato de Meio Termo dos programas; (ii) conduzir uma avaliação diagnóstica capaz de traçar orientações e recomendações para os Programas de Pós-Graduação (PPG) das diversas áreas, e (iii) induzir a adequações até o final do quadriênio. Os relatórios completos sobre o Seminário estão disponibilizados na página de cada área no Portal da CAPES: https://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao.

Avaliação Multidimensional

Inúmeras ações foram empreendidas pela CAPES para implementação do novo modelo de avaliação, cujo o desafio é pensar critérios capazes de refletir a excelência acadêmica, agora com foco na vocação dos programas. Para tanto, além da equipe técnica, grupos de trabalho, com a participação de membros da comunidade acadêmica, têm se debruçado sobre o assunto, que já foi objeto de relatórios técnicos e apresentações, para discutir e propor critérios de avaliação a partir das seguintes dimensões: i. Ensino e Aprendizagem; ii. Impacto e Relevância para a Sociedade; iii. Internacionalização, Inserção Nacional e Visibilidade; iv. Inovação e Transferência de Conhecimento; e v. Produção de Conhecimento. Inserimos aqui informações gerais sobre o assunto, caso deseje conhecer os relatórios elaborados pelos Grupos de Trabalho, acesse:

https://www.capes.gov.br/relatorios-tecnicos-dav.

Novos projetos na busca por qualidade e tecnologia

O lançamento do Consórcio Nacional em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação - CONECTI (integração de dados), plataforma nacional de integração de dados relacionados à Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (ECTI); e desenvolvimento do ESPPIRAL, repositório para produtos técnicos ou tecnológicos.

Campanha Não Leve Gato por Lebre

Divulgação da campanha Não Leve Gato por Lebre, lançada em dezembro de 2018, que alerta para a oferta irregular de cursos de mestrado e doutorado. A iniciativa contou com publicações nos perfis da CAPES nas redes sociais, envio de e-mails e atividades presenciais de sensibilização junto a públicos específicos, como membros do Ministério Público e representantes das Secretarias de Educação de estados e municípios.

Avaliação das Propostas de Cursos Novos (APCN)

Finalização do processo de Avaliação das Propostas de Cursos Novos (APCN) recebidas em 2017 e 2018 e condução do processo de APCN 2019, que recebeu 662 propostas (46% profissional e 54% acadêmica), entre elas as primeiras propostas de cursos de pós-graduação *stricto sensu* EaD, modalidade regulamentada pela Portaria nº 90, de 2019 e cujos critérios de avaliação também foram objeto de discussão com a comunidade acadêmica via Grupo de Trabalho. Importante destacar que mais da metade das propostas já foram deliberadas pelo CTC-ES.

Criação e revisão de normas da pós-graduação *stricto sensu*

Portaria nº 60, de 2019 – que regula a submissão de propostas de cursos novos na modalidade profissional, em nível de mestrado e de doutorado, visando atender às demandas sociais, econômicas e organizacionais dos diversos setores da economia;

Portaria nº 90, de 2019 – que dispõe sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade de educação a distância;

Portaria nº 256, de 2018 – lançada ainda em 2018, mas cujos efeitos começaram a ocorrer no ano de 2019, que trata da fusão, desmembramento, migração e fomento de programas de pós-graduação. Como resultado da ação, objetiva-se maior planejamento das instituições para que programas das mesmas áreas e com as mesmas características possam se unir e se fortalecer, promovendo um crescimento do SNPG de forma mais sistêmica e menos pulverizada.

Portaria nº 243, de 2019 – que trata dos Projetos de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior (PCI) e cuja expectativa é a diminuição das assimetrias regionais, por meio da formação de novos mestres e doutores fora dos centros consolidados de ensino e pesquisa.

Toda a legislação referente à avaliação pode ser encontrada no seguinte endereço: https://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/legislacao-especifica.

4.1.1 Metas do PNE 2014-2024

No que concerne ao PNE 2014-2024, vale destacar que a meta prevista para o número de titulados em mestrado já foi cumprida e tende a aumentar (64.432 mestres em 2018*) e a meta relativa a doutores foi cumprida em 92% (22.901 titulados em 2018*).

Os dados de 2019 só estarão disponíveis após a finalização do Coleta 2019, prevista para o mês de abril de 2020.

4.1.2 Perspectivas para 2020

Objetivando dar continuidade aos aprimoramentos em curso, a CAPES tem como metas para o ano de 2020 o que segue:

1. revisar políticas, ações, instrumentos normativos e sistemas envolvidos no processo de avaliação dos programas de pós-graduação, através da:
   - publicação de portarias sobre: i. instrumentos da avaliação; ii. mudança de área e modalidade; iii. regulamento da Avaliação Quadrienal; iv. regimento do CTC-ES; e v. acompanhamento dos PPG;
   - finalização do Esppiral; das adequações na Plataforma Sucupira; e da integração do Lattes, da Plataforma Sucupira e do Esppiral no CONECTI; e
   - classificação de Periódicos, Produtos Técnicos ou Tecnológicos, Produtos Artísticos Culturais e Livros;
2. seguir com o processo de reformulação da avaliação, definindo novos indicadores e fazendo simulações do Modelo Multidimensional; e
3. dar seguimento ao trabalho diuturno de acompanhamento dos cerca de 7 mil cursos de pós-graduação *stricto sensu* que hoje integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

Para saber mais sobre a Avaliação, acesse: https://www.capes.gov.br/avaliacao.

4.2 BOLSAS E FOMENTO NO PAÍS

A CAPES concebe e implementa políticas públicas de fomento ao SNPG com o objetivo de apoiar a formação de pessoal altamente qualificado na educação superior e contribuir para o fortalecimento e o crescimento da Ciência, da Tecnologia e da Inovação no Brasil.

A seguir, são demonstrados os resultados alcançados em 2019, relativos à missão institucional da CAPES. Convém ressaltar que as principais ações realizadas em 2019 estão diretamente relacionadas à consecução do Objetivo 1010 e das Metas 04L1, 04L2, 04L3 e 04TL do Programa Temático 2080 do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, bem como ao atingimento das Metas 13 e 14 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

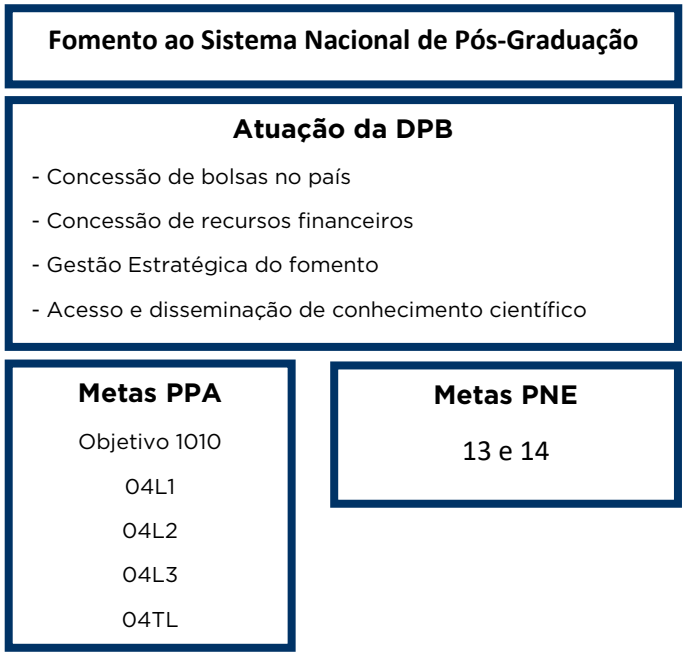


Figura 8 - Atuação da CAPES no fomento ao Sistema Nacional de Pós-Graduação frente às metas do PPA e PNE.
Fonte: DPB/CAPES

4.2.1 Fomento à Pós-Graduação: concessão de bolsas no país e recursos de custeio

Em 2019, buscando atender ao crescimento do SNPG e promover a qualidade da pós-graduação, a CAPES deu continuidade as suas ações de fomento aos programas de pós-graduação *stricto sensu* de Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa brasileiras por meio da concessão de bolsas e recursos financeiros.

Nesse ano foram concedidas 95.290 bolsas no país, sendo 44.238 de mestrado, 43.327 de doutorado, 6.237 de pós-doutorado e 1.488 de outras modalidades (iniciação científica, pesquisador visitante, Idiomas sem Fronteiras, entre outras), totalizando um investimento de mais de R$ 2,1 bilhões que beneficiou discentes, docentes e pesquisadores de mais de 3,7 mil programas de pós-graduação *stricto sensu*.

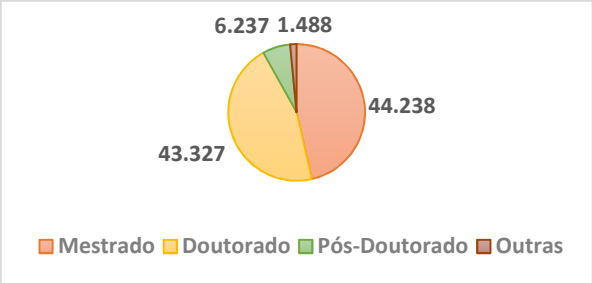


Gráfico 5 - Bolsas concedidas no país, por modalidade, em 2019.
Fonte: DPB/CAPES

Por meio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado no país, a CAPES visa contribuir para o atingimento da Meta 14 do PNE 2014-2024, qual seja, "Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores". No caso do mestrado, a meta já foi ultrapassada, tendo sido titulados 64.432 mestres no ano de 2018. No caso do doutorado, a previsão é de alcance da meta antes do final da vigência do PNE, tendo em vista que em 2018 já foram titulados 22.901 doutores, o que representa 91,6% de atingimento da meta. Convém destacar que nos últimos anos, a CAPES vem contribuindo para o atingimento dessa meta, uma vez que, em consonância com o preconizado no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020, houve a priorização da concessão de bolsas de doutorado, passando de 26,1 mil bolsas concedidas em 2011 para 43,3 mil, em 2019.

Além disso, as políticas de concessão de bolsas de mestrado e doutorado visavam contribuir para o atingimento da Meta 04L3 do PPA 2016-2019, a qual previa um aumento de 95 mil para 110 mil no número de bolsas de pós-graduação ao final do Plano. Em 2019, último ano do PPA 2016-2019, devido ao contingenciamento orçamentário que perdurou até meados de novembro, fez-se necessário efetuar alguns ajustes na concessão de bolsas de pós-graduação no país para garantir o pagamento de todos os bolsistas ativos, não tendo sido atingida a referida meta. Convém ressaltar que a redução do número de bolsas concedidas em 2019 levou em consideração critérios objetivos, entre os quais destaca-se a priorização do mérito acadêmico dos programas de pós-graduação (nota), os quais estão descritos a seguir:

- foram retiradas do sistema as bolsas que não estavam sendo utilizadas pelos programas de pós-graduação no mês de abril de 2019, tendo sido preservadas todas as bolsas dos programas de pós-graduação de excelência, ou seja, aqueles que possuem as notas mais altas (6 e 7) na avaliação realizada pela CAPES;
- foram congeladas 70% das bolsas dos programas de pós-graduação avaliados com nota 3 nas duas últimas avaliações periódicas da CAPES (2013 e 2017). Apesar de atenderem essas condições, para os programas de pós-graduação ofertados por instituições localizadas na região da Amazônia Legal (estados da região Norte, Maranhão e Mato Grosso), apenas 35% das bolsas foram congeladas; e
- a partir de setembro de 2019, foi temporariamente suspenso o cadastramento de novos bolsistas e a alteração de vigência das bolsas dos programas de pós-graduação nota 3 e de parte dos programas de pós-graduação nota 4.

É importante destacar que, com as ações acima descritas, foi possível garantir o pagamento de todos os bolsistas ativos, de modo que nenhum bolsista teve seu benefício cancelado em 2019.

Apesar de o número de bolsas de pós-graduação ter diminuído em relação ao ano anterior, as ações realizadas pela Fundação em 2019 contribuíram para diminuir, em parte, as distorções existentes na distribuição de bolsas de mestrado e doutorado entre os programas de pós-graduação do SNPG, identificadas após uma criteriosa análise realizada pela CAPES em parceria com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP). Está sendo proposta para 2020 a implementação de um modelo de distribuição de bolsas visando corrigir o desiquilíbrio existente, de forma a alinhar o fomento ao processo de avaliação da pós-graduação realizada pela CAPES, levando em consideração, além do mérito, outros critérios definidos em conjunto com o FOPROP, tais como: priorizar a concessão de bolsas de doutorado, o porte do curso (com base na titulação) e o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) onde está localizado o curso de pós-graduação. Ainda em 2019, dando início aos ajustes necessários na distribuição de bolsas, a CAPES efetuou adequações na concessão da cota de bolsas das pró-reitorias, retomando o modelo de distribuição de bolsas fundamentado no número de bolsas concedidas aos programas de pós-graduação de cada instituição.

Além do apoio ao SNPG, por meio da concessão de bolsas no país, a CAPES promove o desenvolvimento da pós-graduação nacional mediante a concessão de recursos financeiros destinados à melhoria das condições de funcionamento dos programas de pós-graduação, os quais podem ser utilizados para a manutenção e funcionamento de laboratório de ensino e pesquisa, aquisição de insumos, realização de defesas de dissertações e teses, publicação de artigos científicos, participação de docentes, pesquisadores e discentes em atividades acadêmico-científicas no país e no exterior, entre outras. Em 2019, foram concedidos R$ 171,7 milhões por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) e do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) para custear atividades acadêmico-científicas de 3.018 programas de pós-graduação.

4.2.2 Ações estratégicas de fomento à pós-graduação

Além da manutenção das principais ações voltadas para o SNPG, a CAPES gere um conjunto de ações com foco no estímulo à pesquisa e à formação de recursos humanos em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e com vistas a contribuir para a redução das assimetrias regionais, ao mesmo tempo em que busca incentivar o fortalecimento e a expansão do SNPG.

Destaca-se que grande parte das ações estratégicas desenvolvidas promovem a formação de redes de pesquisa, a qual é vista como condição essencial à realização de investigações científicas e ao avanço do conhecimento. A criação dessas redes proporciona a consolidação de parcerias interinstitucionais e o intercâmbio de conhecimentos, por meio da realização de pesquisas em temas estratégicos para o desenvolvimento do país com uma abordagem multidisciplinar. As pesquisas em rede possibilitam o enfrentamento de desafios, que incluem a qualidade e o impacto social, econômico e educacional dos estudos, o melhor uso da infraestrutura científico-acadêmica, a internacionalização da ciência brasileira e a inovação.

Entre os diversos programas de apoio a pesquisas em áreas estratégicas, destacamos que em 2019 a CAPES lançou o Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional (Procad-Defesa), fruto de uma parceria firmada entre a CAPES e o Ministério da Defesa (MD). O Edital nº 15/2019 conta com a previsão de investimento de aproximadamente R$ 13 milhões em bolsas e custeio para doze projetos selecionados.

Em 2019, destaca-se, a execução dos programas emergenciais que visam atender necessidades iminentes, tais como desastres naturais e surtos epidêmicos que ameaçam a população brasileira, por meio do financiamento de projetos de pesquisa que objetivam a busca de soluções efetivas para os desafios causados pelas situações de risco e de vulnerabilidade. Neste sentido, no final de 2019, a CAPES lançou o Edital CAPES/Entre Mares, destinado à formação de recursos humanos e ao desenvolvimento de pesquisas científicas em temas correlacionados à finalidade de combater, analisar o impacto e propor soluções para o derramamento de óleo identificado em agosto de

2019 nas praias brasileiras, especialmente na região Nordeste. A previsão de investimento para esta ação emergencial é de cerca de R$ 1,5 milhão em bolsas e recursos de custeio. Neste ano a CAPES deu continuidade ao apoio a projetos aprovados no edital de Prevenção e Combate ao vírus Zika e nos editais de Apoio a Redes de Pesquisa para Recuperação da Bacia do Rio Doce. A tabela ao lado apresenta os valores investidos em 2019, nos programas estratégicos.

PROGRAMA DE FOMENTO	VALOR (R$)
Biocomputacional	3.489.483
Combate ao Zika	2.791.000
Ciências do Mar	1.465.832
Doutorado em Pesquisa Médica	1.215.520
Ciências Forenses	1.156.800
Modelagem do Sistema Terrestre	989.475
Desenvolvimento Socioeconômico	915.120
Recuperação Bacia do Rio Doce	652.800
IODP	577.566
Pró-Alertas	466.300
Memórias - Biografias	230.240
Memórias - Conflitos Sociais	159.100
Tecnologias - Bacia do Rio Doce	70.400
Toxinologia	33.600
Parasitologia Básica	7.700
Total	**14.220.937**

Tabela 1 - Recursos investidos pela CAPES, em 2019, no apoio a projetos de pesquisa em áreas estratégicas.
Fonte: DPB/CAPES

Para 2020, está prevista a implementação do Programa de Apoio aos Centros de Desenvolvimento Regionais (CDR) pilotos (Paraíba, Sudeste Paulista, Região da Campanha e área metropolitana de Brasília), por meio da concessão de bolsas de mestrado aos projetos que envolvam a pós-graduação. Os CDR buscam promover processos de desenvolvimento baseados em conhecimento, ao estimular o desenvolvimento de competências locais, agregar valor à produção e explorar vantagens competitivas de cada região.

Como parte da ação indutora, em 2019, ressalta-se a manutenção de programas de fomento que visam reduzir as assimetrias regionais do SNPG, tais como o Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter), o Programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral) e os recentemente implementados Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad-Amazônia) e Programa Professor Visitante Nacional Sênior (PVNS-Amazônia), por meio dos quais foram investidos R$ 22,4 milhões para o pagamento de bolsas de doutorado, pós-doutorado e professor visitante sênior e recursos de custeio. Iniciativas da CAPES como o Dinter e o Prodoutoral, ao mesmo tempo que atuam na redução das assimetrias regionais do SNPG, visam contribuir para a ampliação do percentual de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício nas IES brasileiras (em consonância com o disposto na Meta 13 do PNE e na Meta 04TL do PPA).

No âmbito do Edital nº 20/2018 PVNS/Amazônia, a CAPES apoia a execução de 15 projetos de professores visitantes sêniores que, em conjunto com planos institucionais, visam contribuir para a criação ou fortalecimento de programas de pós-graduação *stricto sensu*, bem como para o

aprimoramento e a consolidação do desempenho científico-acadêmico das instituições com programas de pós-graduação pertencentes aos estados da região Norte e Maranhão.

Já por meio do PROCAD/Amazônia, a CAPES apoia 80 projetos de pesquisa com a concessão de bolsas no país (pós-doutorado e mensalidades de auxílio-moradia) e no exterior (professor visitante, doutorado sanduíche e jovem talento com experiência no exterior), além de recursos de custeio. Em 2019, foram investidos R$ 7,5 milhões para o pagamento de bolsas e recursos de custeio deste programa. Além disso, foi realizado o "1º Seminário de Acompanhamento dos Projetos Aprovados no Edital PROCAD-Amazônia". Na ocasião, foi anunciada outra importante iniciativa voltada para o desenvolvimento da pós-graduação de instituições localizadas na Região da Amazônia Legal (região compreendida pelos estados da Região Norte, do Maranhão e do Mato Grosso). Por meio deste programa, as instituições localizadas nessa região serão apoiadas com a concessão de bolsas e recursos de custeio para o desenvolvimento da pós-graduação e a fixação de recursos humanos de alto nível. Serão investidos, em cinco anos, cerca de R$ 80 milhões nas propostas institucionais aprovadas.

Em 2019, considerando os programas de fomento da CAPES que visam contribuir para a redução das assimetrias regionais existentes no SNPG, foram concedidas 789 bolsas de doutorado, pós-doutorado e professor visitante sênior, sendo 660 (84%) alocadas em instituições localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

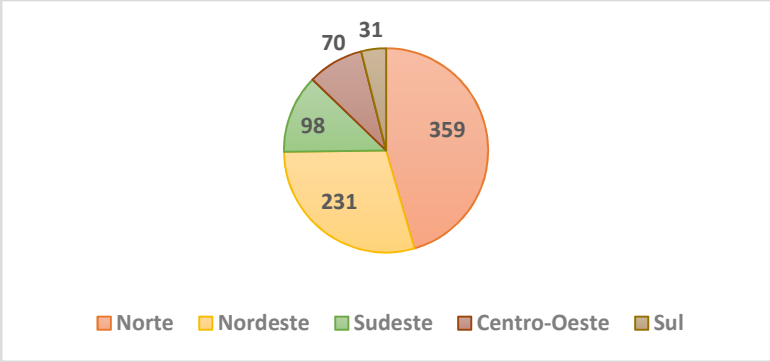


Gráfico 6 - Distribuição das bolsas concedidas por meio dos programas de fomento da CAPES voltados para a redução das assimetrias regionais em 2019.
Fonte: DPB/CAPES

Ainda considerando as ações com vistas à redução das assimetrias regionais, merecem destaque as iniciativas da CAPES desenvolvidas em conjunto com as Fundações Estaduais de Apoio ou Amparo à Pesquisa (FAP), implementadas por meio do Programa CAPES/FAP, as quais têm como objetivo promover a capilarização de ações voltadas à formação de recursos humanos altamente qualificados, bem como fortalecer e ampliar a pós-graduação e a pesquisa nas unidades da federação parceiras. Por meio dessas parcerias, são concedidos recursos de custeio e bolsas, buscando atender as necessidades de cada estado. Em 2019, a CAPES avaliou e reformulou o Programa.

Para a novo Programa de Desenvolvimento Estratégico da Pós-Graduação nos Estados, em parceria com o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP), a CAPES anunciou o investimento de R$ 200 milhões a serem implementados na primeira ação do Programa, que tem como objetivo o apoio aos programas de pós-graduação notas 3 e 4 considerados estratégicos para o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados.

Em 2019, foram investidos R$ 69.469.003,13 para o pagamento de bolsas no Programa CAPES/FAP.

A tabela abaixo apresenta os investimentos realizados para cada uma das Fundações.

FUNDAÇÃO	UNIDADE FEDERATIVA	VALOR (R$)
FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA	PR	10.377.500,00
FAPERGS	RS	7.140.907,50
FAPEG	GO	6.526.700,00
FAPESC	SC	5.555.700,00
FAPESQ	PB	5.358.500,00
FAPES	ES	4.483.700,00
FUNCAP	CE	4.072.202,69
FAPEMAT	MT	3.906.000,00
FAPEAL	AL	3.786.500,00
FACEPE	PE	3.690.921,26
FAPERJ	RJ	3.361.500,00
FAPITEC	SE	3.162.540,00
FAPEPI	PI	3.055.150,00
FAPEAM	AM	1.323.400,00
FAPERO	RO	1.323.316,26
FAPEMA	MA	819.905,42
FAPEAP	AP	747.340,00
FAPESPA	PA	456.300,00
FAPERN	RN	320.920,00
Total		**69.469.003,13**

Tabela 2 - Recursos investidos pela CAPES, em 2019, para o pagamento de bolsas do Programa CAPES/FAP.
Fonte: DPB/CAPES

No âmbito das ações estratégicas, a CAPES promove um conjunto de programas oriundos de acordos de cooperação firmados com instituições parceiras (órgãos governamentais, fundações estaduais de apoio à pesquisa e outras agências de fomento) com o objetivo de implementar políticas públicas e promover o desenvolvimento científico e tecnológico, atendendo demandas específicas desses órgãos relativas à formação de recursos humanos e ao desenvolvimento de pesquisas em áreas de interesse. Entre os atuais parceiros da CAPES, destacam-se o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Defesa (MD), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), a Agência Nacional de Águas (ANA), o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), entre outros.

Convém destacar que, em 2019, foi realizado o Seminário Marco Zero do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa), que está em sua 4ª edição, em parceria com o MD. Neste ano, a CAPES investiu R$ 32 milhões no apoio a este conjunto de programas oriundos de acordos de cooperação firmados com instituições parceiras.

A tabela abaixo apresenta os recursos investidos pela CAPES, em 2019, no apoio a ações estratégicas realizadas em parceria com outros órgãos.

PROGRAMA DE FOMENTO	VALOR (R$)
INCT (CNPq/FAP)	20.000.000
PELD (CNPq)	2.222.260
Talentos para Inovação (Embrapii/CNPq/IEL)	1.478.000
USP	1.361.110
INPA	988.505
PGPTA (SDH/PR)	907.400
Protax (CNPq)	799.100
Embrapa	653.600
Fiocruz/CDTS	645.500
Pró-Antar (CNPq)	628.100
Pró-Defesa (MD)	568.710
SECADI	491.820
CNPEM	401.570
ITA	222.678
INPE	127.378
IMPA	116.354
Eletronuclear/Eletrobrás	98.300
CWRU	96.400
ITV	81.140
HCPA	45.100
INMETRO	29.192
ANA	3.300
Total	**31.965.518**

Tabela 3 - Recursos investidos pela CAPES, em 2019, no apoio a ações estratégicas realizadas em parceria com outros órgãos.
Fonte: DPB/CAPES

Nota: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), Universidade de São Paulo (USP), Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República (Tecnologia Assistiva), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (CDTS), Ministério da Defesa (MD) (Pró-Defesa), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do MEC, Eletrobrás, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), Agência Nacional de Águas (ANA), instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), *Case Western Reserve University* (CWRU), entre outros.

No âmbito do acordo firmado com o Cofen, a CAPES lançou a Chamada Pública nº 28/2019 com o objetivo de conceder recursos de custeio aos mestrados profissionais da Área de Enfermagem, com nota da CAPES igual ou superior a 3, vinculados a IES públicas ou privadas, visando formar recursos humanos de enfermagem e desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas, com foco na Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) e Gestão em Enfermagem. Ao longo da execução dos projetos, serão investidos pelo Cofen R$ 4,8 milhões.

Para obter informações detalhadas sobre os programas estratégicos, acesse o link: http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-estrategicos

4.2.3 Apoio à disseminação da informação científica, tecnológica e educacional nacional e internacional

Democratização do acesso à informação científica e tecnológica, por meio do Portal de Periódicos.

O Portal de Periódicos é uma biblioteca virtual que disponibiliza aos docentes, pesquisadores e discentes das instituições usuárias, de forma rápida e eficaz, um conjunto de informações científicas e tecnológicas atuais publicadas em periódicos indexados (considerados pela comunidade acadêmica como os mais importantes para sua área), visando proporcionar os subsídios necessários aos estudos e às pesquisas desenvolvidos no Brasil, contribuindo para a formação de recursos humanos de alto nível para o país, para o desenvolvimento da pesquisa nacional e para o crescimento da inserção científica brasileira no exterior.

O Portal de Periódicos, mantido pelo Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP), conta com a contribuição da comunidade científica brasileira por meio de um Conselho Consultivo e de um Grupo de Trabalho. Em 2019, foram publicadas as portarias nº 218 e nº 219 que nomeiam os novos membros do Conselho Consultivo e do Grupo de Trabalho do PAAP para o período 2019-2021.

Por meio do Portal de Periódicos, a CAPES disponibiliza aos seus usuários o acesso às informações localizadas em um acervo de mais de 49 mil títulos com textos completos, 136 bases referenciais, 12 bases de patentes, além de *e-books* e bases de dados contendo enciclopédias, obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdos audiovisuais como partituras, *podcasts*, imagens em 3D dentre outros. O Portal de Periódicos indexa, também, outros tipos de materiais de acesso livre na internet, como as Bases de Teses e Dissertações e os Repositórios Institucionais e outras fontes de informação científica e acadêmica.

Em 2019, foram investidos R$ 431,4 milhões no Portal, beneficiando 426 Instituições de Ensino Superior e Pesquisa com acesso gratuito ao conteúdo assinado. Entre janeiro e novembro de 2019, foram registrados 174.650.983 acessos, o que representa mais de 521 mil acessos diários. Essa ferramenta democratiza o acesso a informações técnico-científicas no país e se consagra como instrumento importante para a atividade científica, tecnológica e acadêmica, reduzindo as desigualdades regionais no acesso à ciência. O Portal de Periódicos, que no próximo ano completará 20 anos, consolida-se como um programa de Estado, considerando que desde sua criação esteve alinhado ao desenvolvimento do SNPG.

Investimento:
R$ 431,4 milhões

Instituições beneficiadas:
426

Número de acessos em 2019:
174.650.983

Número de títulos disponibilizados:
Mais de 49 mil

Figura 9 - Recursos investidos em 2019 por meio do Portal de Periódicos.
Fonte: DPB/CAPES

Apoio à realização de eventos científicos e tecnológicos de curta duração

Em 2019, a CAPES investiu R$ 35,7 milhões para apoiar, por meio do Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), a realização de 859 eventos científicos e tecnológicos de curta duração de abrangência nacional e internacional.

Investimento:	Número de eventos:
R$ 35,7 milhões	859

Figura 10 - Recursos investidos em 2019 por meio do PAEP
Fonte: DPB/CAPES

Perspectivas e Desafios

1. Implementar um modelo de distribuição de cotas de bolsas de mestrado e doutorado entre os programas de pós-graduação, com base em critérios objetivos, entre os quais destaca-se o mérito acadêmico obtido no processo de avaliação realizado pela CAPES.
2. Aprimorar o modelo de financiamento da pós-graduação.
3. Criar mecanismos para promover a articulação com o setor produtivo, implementando ações de fomento com vistas à formação de recursos humanos que atendam às necessidades das empresas.
4. Ampliar parcerias com órgãos públicos (federais e estaduais) e agências do governo e atrair investimentos do setor privado para o financiamento do SNPG e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).
5. Dialogar com pesquisadores, editores e demais instituições de fomento à pesquisa e pós-graduação para redefinição de modelos de negócio para futuras contratações de conteúdos eletrônicos demandados pela comunidade acadêmica.
6. Ampliar a parceria com instituições de governo e da indústria visando à sustentabilidade do Portal de Periódicos.

Para saber mais sobre bolsas e fomento no país, acesse: http://capes.gov.br/bolsas/bolsas-no-pais?view=default.

4.3 INTERNACIONALIZAÇÃO

A CAPES contribui com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 ao promover o fomento à mobilidade internacional de docentes, pesquisadores, discentes e profissionais de nível superior, ao apoiar projetos que visam melhorar a qualidade da Educação Superior e a excelência da pesquisa nacional bem como a estimular a internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras.

O ano 2019 foi marcado pela renegociação de acordos de cooperação internacional tradicionais e negociação de novos acordos com o objetivo de garantir o fomento à formação de recursos humanos em instituições internacionais, com simetria no financiamento das ações que envolvem parceiros estrangeiros, entre eles, as Universidades de Tübingen (Alemanha), Emory, Purdue, Illinois e Harvard (EUA), Mary Immaculate College (Irlanda) e as Fundações Fulbright (EUA), Humboldt (Alemanha) e National Natural Science Foundation of China (China).

4.3.1 Destaques em 2019

Em 2019, iniciou-se a implementação dos projetos aprovados no âmbito do Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-PrInt) e foi realizado o I Workshop para Gestores do Programa CAPES-PrInt, nos dias 26 e 27 de novembro, com a participação de representantes de todas as instituições apoiadas pelo Programa. O Programa CAPES-PrInt está voltado a promover a internacionalização da pós-graduação *stricto sensu* e conceder maior protagonismo às instituições aprovadas no desenvolvimento de projetos de internacionalização integrados. Tal ação demonstra cuidado com a economicidade, a qualidade e o impacto dos resultados no planejamento de ações futuras, sem perder o foco nas parcerias estratégicas para a formação de profissionais brasileiros.

Foi lançado o Programa de Cooperação Científica Estratégica com o Sul Global (Coopbrass), que possui o objetivo de fomentar projetos de cooperação com instituições de países situados na África, Ásia, Oceania, América Latina e Caribe. O Programa recebeu 190 inscrições e selecionou dez projetos com previsão de início em 2020.

O lançamento do Programa CAPES/Purdue de Doutorado em Agricultura (*Agriculture PhD Fellows Program*) foi novidade em 2019. O resultado preliminar foi divulgado em dezembro e as atividades dos bolsistas que aceitarem a concessão devem ser iniciadas a partir agosto de 2020.

Outro destaque foi para o Programa CAPES-Cofecub, que completou 40 anos em 2019. Este é o programa de cooperação internacional mais antigo da CAPES, resultado da parceria com o Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Cofecub). O Programa foi responsável por 202 bolsas ativas apenas em 2019.

Os programas tradicionais de bolsas foram continuados e tiveram novas concessões em 2019. O Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) fomentou 3.127 doutorandos enquanto o Programa de Professor Visitante no Exterior (PVEx) financiou 272 doutores brasileiros que mantêm vínculo de professor com Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. Além disso, o Programa de Pós-Doutorado no Exterior (PDE) apoiou financeiramente mais 102 doutorandos no exterior.

Além do acompanhamento dos 8.682 bolsistas ativos, cerca de sessenta mil ex-bolsistas foram acompanhados pela CAPES, que realizou a análise das prestações de contas e a verificação da compatibilidade dos dados informados nos processos com os documentos comprobatórios apresentados pelos bolsistas (revisão processual). Dentre os processos apreciados, foram emitidas 117 cartas de não objeção (regular e com parcelamento), analisadas e acompanhadas outras 46 propostas de Novação (na qual o bolsista apresenta projeto de contrapartida em substituição ao período de interstício), além do atendimento a demandas diversas dos ex-bolsistas.

4.3.2 Cenário onde a CAPES está inserida

A atuação da CAPES é sólida e estratégica, nos cenários nacional e internacional. Por meio de mais de cem acordos de cooperação, memorandos de entendimento ou documentos congêneres, próprios da CAPES ou estabelecidos pelo Brasil por meio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), foi possível à Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da CAPES apoiar diversos objetivos do Plano Nacional da Educação (PNE) 2014-2024 e do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

INTERNACIONALIZAÇÃO

Atuação da DRI

- Promoção da inserção internacional da Educação Superior;
- Expansão do conhecimento científico e estímulo à formação de redes de pesquisa sustentáveis;
- Aprimoramento da qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação *stricto sensu*;
- Estabelecimento de parcerias institucionais em todas as áreas do conhecimento, considerando as vocações, as prioridades ou as potencialidades das instituições parceiras no Brasil e no exterior;
- Incentivo a ações de internacionalização das universidades e instituições de pesquisa;
- Consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade de pesquisadores, técnicos, discentes e docentes em âmbito nacional e internacional; e
- Integração com outras ações de fomento da CAPES, no esforço de promover a cooperação científica internacional.

Metas PNE

12 e 13

Metas PPA

2016-2019

Objetivo 1010

04L2

04L4

04TL

Figura 11 – Desempenho alcançado em relação às metas do PNE e PPA.
Fonte: DRI/CAPES

4.3.3 Nossos Números

Investimento:
R$ 341 milhões

Editais ou chamadas públicas:
21

Projetos de Pesquisa:
1.440

Bolsistas estrangeiros no Brasil:
1.008

Acordos de Cooperação:
43

Países parceiros ou de destino:
64

Bolsistas brasileiros no exterior:
7.671

Figura 12 - Recursos investidos em 2019
Fonte: DRI/CAPES

4.3.4 Bolsistas

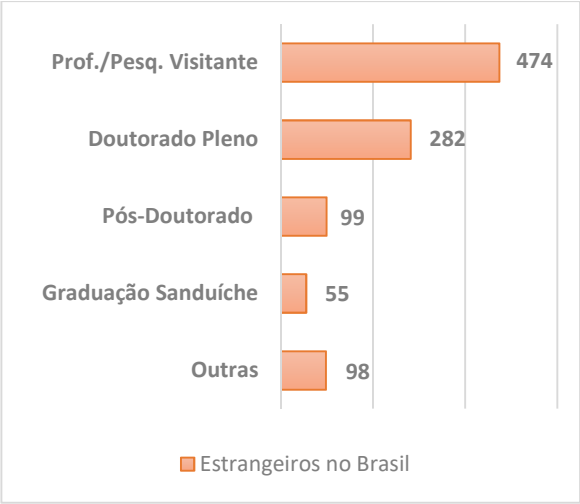


Gráfico 7 – Bolsistas estrangeiros no país
Fonte: DRI/CAPES

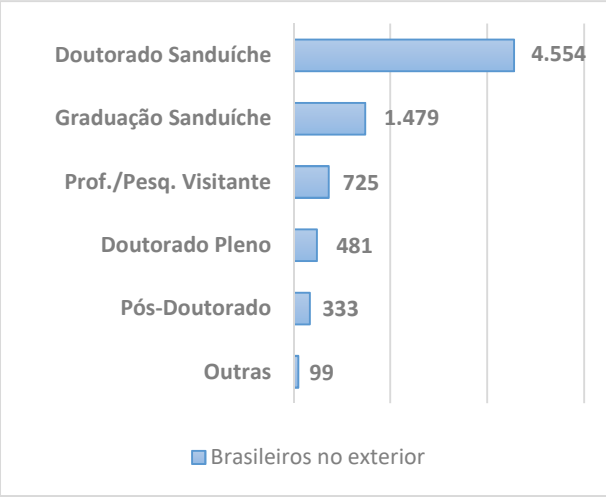


Gráfico 8 – Bolsistas brasileiros no exterior
Fonte: DRI/CAPES

4.3.5. Perspectivas e Desafios

1. Promover a internacionalização prioritária da pós-graduação *stricto sensu* brasileira e a produção acadêmico-cientifica brasileira em áreas estratégicas para o país.
2. Incrementar a visibilidade e o reconhecimento internacional das Instituições de Ensino Superior brasileiras, o impacto e a relevância da produção acadêmica e a cooperação entre instituições brasileiras e instituições de excelência mundial.
3. Favorecer a capacidade de inovação e de entrosamento entre a pesquisa universitária e os desafios postos pelas necessidades do setor produtivo e da sociedade.
4. Impulsionar e consolidar o posicionamento das instituições brasileiras no contexto internacional constituindo assim, uma janela de oportunidades que contribui significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Brasil.

4.3.6. Impacto em 2019 - Bolsistas CAPES pelo mundo

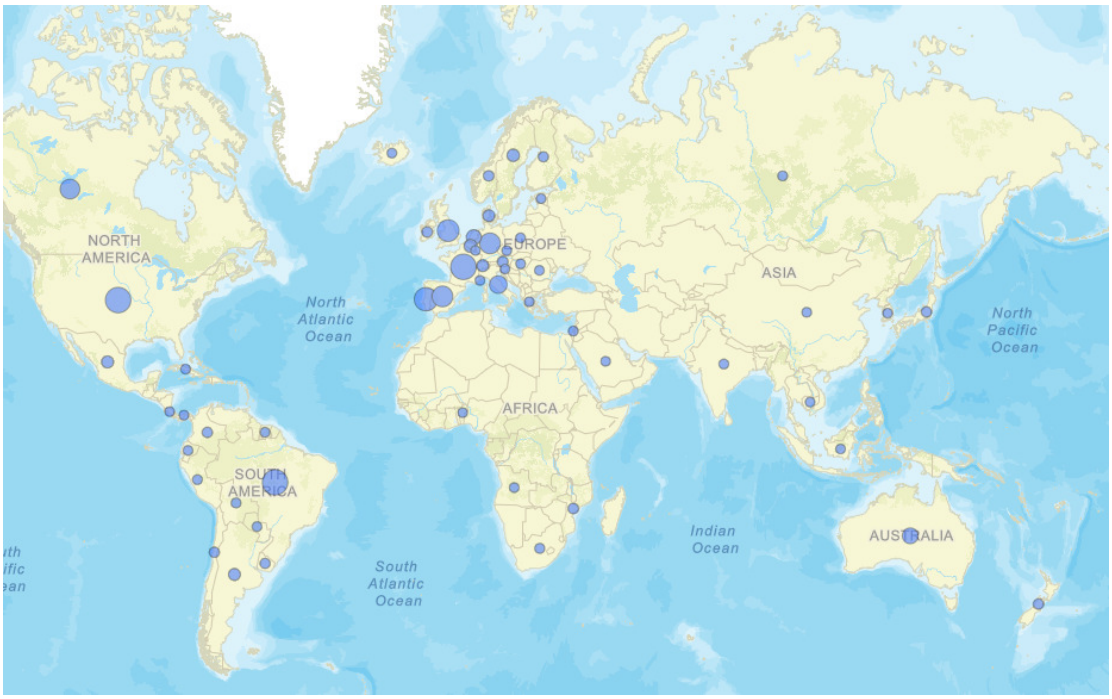


Figura 13 - Bolsistas CAPES pelo mundo
Fonte: DRI/CAPES

Para saber mais sobre internacionalização acesse: http://capes.gov.br/bolsas-e-auxilios-internacionais?view=default.

4.4. FOMENTO À FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O fomento à formação de professores se consolidou como atividade fundamental para a melhoria da qualidade da Educação Básica brasileira. Em 2019, dada a necessidade de atendimento aos objetivos estratégicos da CAPES e às diretrizes e recomendações do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, inúmeras ações foram implementadas para orientar a evolução dos programas de formação e valorização dos docentes.

A seguir são apresentados os principais resultados obtidos:

4.4.1. UAB – Universidade Aberta do Brasil

No que tange à oferta de educação a distância, destaca-se o Sistema UAB, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. O Sistema UAB é integrado por 133 Instituições de Ensino Superior e 745 polos de apoio ativos, distribuídos em todas as unidades da Federação, atendendo ao objetivo de oferecer prioritariamente cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada para professores da Educação Básica.

O programa promove a interiorização da Ensino Superior pública, articulada a dois objetivos estratégicos para o Estado brasileiro: minimizar o déficit de docentes, ampliando o quantitativo de profissionais docentes com formação em nível superior e ampliar a política de formação em nível de pós-graduação de docente que atuam na rede básica de ensino, oportunizando principalmente para municípios e estados que carecem de ações que ofereçam cursos de pós-graduação aos professores de sua rede de ensino.

Em 2018, foi lançado o Edital CAPES 5/2018, com a previsão de oferta de mais de 100.000 vagas de cursos superiores, entre agosto de 2018 e dezembro de 2024. O início das atividades acadêmicas ocorreu no segundo semestre de 2018, período em que se realizou a matrícula de 20 mil alunos. No Edital 5/2018, do total de vagas previstas, 75% foram direcionadas exclusivamente para formação de professores. No ano de 2019, foram realizadas 15.620 matrículas no Sistema UAB.

TIPO DE CURSO	MATRICULADOS
Licenciaturas	8.000
Especializações	6.400
Bacharelados	880
Tecnólogos	340
Total	**15.620**

Tabela 4 – Quantitativo de matrículas em 2019
Fonte: DED/CAPES

Dentre as ações da UAB, destacou-se a implantação, no ano de 2019, do projeto Ciência é 10!, curso de especialização da UAB para professores graduados que estão atuando no sistema público de ensino e dando aulas de ciências nos anos finais do Ensino Fundamental, ou seja, do 6º ao 9º ano. Este curso é realizado na modalidade ensino a distância (EaD), com garantia da CAPES e certificação do MEC, junto com as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) parceiras. Em 2019, foram concluídas as etapas de seleção de instituições participantes; seleção e capacitação dos tutores e professores do curso; seleção dos alunos e matrícula na etapa de acolhimento e repasse de custeio no valor de R$ 207.589,34. O início das aulas ocorrerá a partir de fevereiro/2020, para a oferta inicial de 3.760 vagas.

INSTITUIÇÃO	SIGLA	VAGAS
Instituto Fed. de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	IFBA	300
Instituto Fed. de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	IFPE	300
Instituto Fed. de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima	IFRR	180
Instituto Fed. de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	IFSC	200
Instituto Fed. de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	IFAM	150
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	150
Universidade de Brasília	UnB	220
Universidade Estadual de Londrina	UEL	150
Universidade Estadual de Roraima	UERR	190
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	450
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	150
Universidade Federal do ABC	UFABC	180
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	200
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	150
Universidade Federal do Mato Grosso	UFMT	200
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	240
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	200
Total		**3.760**

Tabela 5 - Vagas para o Projeto Ciência é 10!
Fonte: DED/CAPES

Os polos do Sistema UAB são mantidos em regime de colaboração por estados e, especialmente municípios, visando garantir o apoio acadêmico, tecnológico e administrativo às atividades de ensino-aprendizagem. Ao final do ano de 2019, o Sistema UAB contemplou 745 polos ativos, além de 15 polos novos.

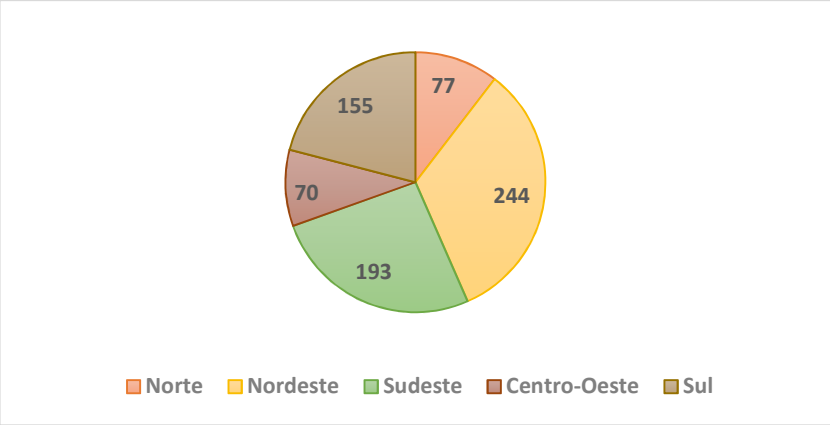


Gráfico 9 – Polos UAB por região
Fonte: DED/CAPES

Com vistas ao aprimoramento da aplicação dos recursos públicos e a melhoria dos processos realizados no âmbito do polo, desde 2018, iniciamos a reformulação do sistema de monitoramento de polos. Este se tornou mais dinâmico, simplificado, contemplando questões de gestão e pedagógicas, por intermédio das visitas remotas implementadas em apoio às visitas *in loco*, respeitando os critérios de eficácia e evasão. Tais iniciativas possibilitam a ampliação do monitoramento acompanhado de economicidade. Além disso, o monitoramento dos polos contribui significativamente para a garantia da adequada infraestrutura física, tecnológica, de recursos humanos e documental, de forma a melhorar os índices de desempenho dos cursos ali ofertados.

No âmbito do monitoramento e acompanhamento dos polos, foram realizadas em 2019, 45 visitas *in loco* de monitoramento, além de 148 procedimentos de acompanhamento dos polos. Em alinhamento às estratégias adotadas, foram realizadas ações para a melhoria da gestão dos polos EaD, bem como de indução de qualidade no ensino. O Coordenador de Polo, cujas principais atribuições remetem à gestão administrativa do polo teve suas funções regulamentadas pela Portaria nº 232, de 9 de outubro de 2019. De forma a reforçar essa ação, foi implementado o Curso de Gestão Articulada de Polos, oferecido e realizado pela maior parte dos coordenadores de polo com vistas a uma gestão mais profissional, padronizada e eficaz.

4.4.2. ProEB - Mestrados Profissionais em Rede Nacional

Os Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB) têm por objetivo a formação continuada *stricto sensu* dos professores em exercício nas redes públicas de Educação Básica em todo o território nacional. Essa iniciativa é uma parceria entre a CAPES e instituições associadas responsáveis pela implantação e execução de cursos nacionais, em áreas de concentração e temáticas vinculadas diretamente à melhoria da Educação Básica. A CAPES apoia essa iniciativa mediante a concessão de bolsas aos professores em exercício da docência na rede pública de Educação Básica e no fomento às IPES integrantes, destinado ao custeio das atividades acadêmicas dos cursos. Com cursos semipresenciais, cada programa possui um comitê gestor nacional, que é o responsável pela gestão e pela proposta pedagógica.

Em 2019, os 10 programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), mantiveram em andamento, ao todo, 3.452 ofertas.

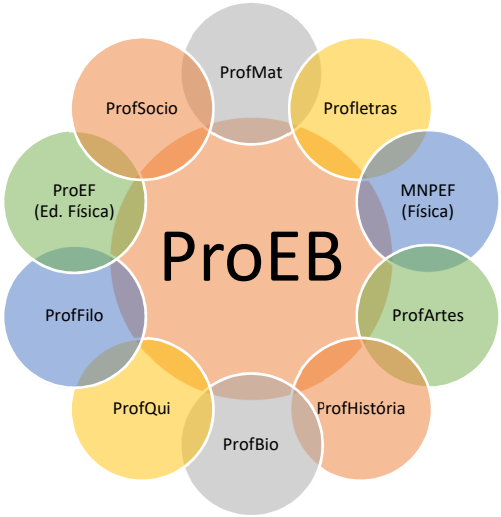


Figura 14 – Ofertas de Mestrado Profissional ProEB
Fonte: DED/CAPES

4.4.3. Ações de Inovação

Curso de Acolhimento

Este curso é destinado aos discentes que ingressaram recentemente no Ensino Superior no âmbito da Universidade Aberta do Brasil. Composto de três módulos, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Português e Matemática, objetiva a melhor preparação do aluno dos cursos de educação a distância nas tecnologias e habilidades mínimas necessárias ao pleno aproveitamento dos cursos de graduação dessa modalidade de ensino. Este produto foi disponibilizado a partir do primeiro semestre de 2019 e pode ser acessado na plataforma AVAMEC (educacaoconectada.mec.gov.br/plataforma-ava-mec).

Análise de Egressos

O Painel de Informações dos Egressos do Programa UAB foi concluído e culminou na publicação de informações que permitem concluir que a disponibilização de cursos e vagas no Sistema UAB tem apresentado resultados condizentes com os objetivos estabelecidos.

Intranet nos Polos – projeto AVAPolos

Foram iniciadas em 2019 as atividades da fase II do Projeto que possibilitam a disponibilidade de ambientes AVA das universidades nos polos de apoio para contornar os problemas de conectividade. Atualmente, estão sendo preparadas 5 unidades acadêmicas para testes piloto. O valor aportado foi de R$ 157.600,00.

Sistema de Apoio aos Programas Institucionais de Ensino

Com vistas ao melhor gerenciamento dos dados e aprimoramento da gestão do programa UAB, foram iniciadas em 2019 as ações de desenvolvimento do painel gerencial que irá realizar a mineração de dados dos ambientes virtuais de aprendizagem das IPES ligadas ao Programa UAB para que possamos ter um painel de informações que visam dar mais consistência e transparência na gestão porte parte da CAPES e das IPES. O valor aportado foi de R$ 336.947,80.

II Workshop de Inovação

Foi realizado, em novembro de 2019, o II Workshop de Inovação da DED no qual foram expostos 22 produtos oriundos dos editais de inovação de 2017 e 2018.

EDITAL	PROJETOS FINANCIADOS	VALOR APORTADO (R$)
40/2017 - Provas Virtuais	5	1.061.892,00
42/2017 - Jogos Educacionais	11	991.755,38
03/2018 - Acessibilidade	6	991.667,62
Total	**22**	**3.045.315,00**

Tabela 6 - Produtos dos editais de inovação 2017 e 2018
Fonte: DED/CAPES

4.4.4. PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

O Pibid proporciona a discentes que estão na primeira metade do curso de licenciatura, uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de Educação Básica e com o contexto em que elas estão inseridas. Os discentes são orientados por docentes das instituições formadoras e acompanhados por professores da Educação Básica. O Programa concede bolsas a discentes de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com as redes de ensino.

Os projetos devem promover a iniciação do licenciando no ambiente escolar ainda na primeira metade do curso, visando estimular, desde o início de sua formação, a observação e a reflexão sobre a prática profissional no cotidiano das escolas públicas de Educação Básica. Os discentes serão acompanhados por um professor da escola e por um docente de uma das Instituições de Ensino Superior participantes do programa.

MODALIDADE DE BOLSA	BOLSAS CONCEDIDAS POR MÊS	VALOR DA BOLSA (R$)	VALOR DA FOLHA MENSAL (R$)
Coordenador Institucional	265	1.500,00	397.750,00
Coordenador de Área	1.698	1.400,00	2.377.783,33
Supervisor	5.307	765,00	4.059.536,25
Licenciando	41.007	400,00	16.402.933,33
Total	**48.277**		**23.238.002,91**

Tabela 7 - Pibid - Bolsas concedidas mensalmente em 2019
Fonte: DEB/CAPES

Com base no descritivo mensal apresentado acima, referente ao pagamento das bolsas do Programa Pibid, a CAPES fomentou em 2019 o valor total de R$ 278.856.035,00. Para o ano de 2020, o Edital do PIBID concederá até 30.096 cotas de bolsa de iniciação à docência. Das vagas previstas, 60% serão destinadas às áreas prioritárias (Matemática, Ciências, Língua Portuguesa e Alfabetização). A meta é selecionar até 250 IES, para o início das atividades em abril de 2020.

4.4.5. Programa de Residência Pedagógica

O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de Educação Básica, a partir da segunda metade de seu curso. Essa imersão deve contemplar, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente da sua Instituição Formadora.

A Residência Pedagógica, articulada aos demais programas da CAPES, tem como premissas básicas o entendimento de que a formação de professores nos cursos de licenciatura deve assegurar habilidades e competências que permitam ao formado realizar um ensino de qualidade nas escolas de Educação Básica.

MODALIDADE DE BOLSA	BOLSAS CONCEDIDAS POR MÊS	VALOR DA BOLSA (R$)	VALOR DA FOLHA MENSAL (R$)
Coordenador Institucional	227	1.500,00	344.141,67
Docente Orientador	1.356	1.400,00	2.100.816,67
Preceptor	4.267	765,00	3.587.595,00
Residente	32.468	400,00	13.144.766,67
Total	**38.318**		**19.177.320,01**

Tabela 8 - Residência Pedagógica - Bolsas concedidas mensalmente em 2019
Fonte: DEB/CAPES

Com base no descritivo mensal apresentado acima, referente ao pagamento das bolsas do Programa Residência Pedagógica, a CAPES fomentou em 2019 o valor total de R$ 230.127.840,12. Para o ano de 2020, o Edital do Programa Residência Pedagógica concederá até 30.096 cotas de bolsa de residentes. Das vagas previstas, 60% serão destinadas às áreas prioritárias (Matemática, Ciências, Língua Portuguesa e Alfabetização). A meta é selecionar até 250 Instituições de Ensino Superior, para o início das atividades em abril de 2020.

4.4.6. Parfor - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

O Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) é uma ação da CAPES que visa induzir e fomentar a oferta de Ensino Superior, gratuita e de qualidade, para profissionais do magistério que estejam no exercício da docência na rede pública de Educação Básica e que não possuem a formação específica na área em que atuam em sala de aula. O fomento oferecido às IES participantes do Parfor consiste na concessão de recursos de custeio e de bolsas para os docentes dessas IES desenvolverem as atividades de formação e gestão dos cursos. Essa ação visa contribuir para o alcance da Meta 15 do Plano Nacional de Educação.

No ano de 2019, o Parfor registrou um total de 478 turmas em andamento, nas quais estavam matriculados 14.187 discentes. Para o ano de 2020, estão previstos dois novos editais, para oferta de até 6.000 vagas para professores da Educação Básica e outras 5.000 vagas para atendimento ao Programa Forma Brasil Docente, que será direcionado à formação em segunda licenciatura para pedagogos que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental, nas áreas de Ciências, Matemática e Língua Portuguesa.

4.4.7. Programa de Desenvolvimento de Profissionais da Educação Básica no Exterior

Consiste no conjunto de ações voltadas à formação de profissionais do magistério em cursos de aperfeiçoamento oferecidos por instituições estrangeiras que possuem excelência reconhecida na formação de professores. Realiza-se articulação com as secretarias de Educação estaduais para garantir espaços de multiplicação dos conhecimentos pelos professores bolsistas após seu retorno ao Brasil. No ano de 2019, foram lançados os seguintes editais:

- Edital CAPES 2/2019, lançado em fevereiro de 2019 – 30 vagas para gestores (coordenadores e supervisores pedagógicos) para realizarem curso de especialização na Irlanda;
- Edital CAPES 3/2019, lançado em fevereiro de 2019 - 102 vagas para professores, em efetivo exercício nas escolas públicas das redes estadual, municipal e distrital para realizarem curso de aperfeiçoamento no Canadá;
- Edital CAPES 4/2019, lançado em fevereiro de 2019 - 486 vagas na PDPI (EUA) para professores de língua inglesa;
- Edital CAPES 30/2019, lançado em dezembro de 2019 - 486 vagas no PDPI (EUA) para professores de língua inglesa; e
- Edital CAPES 31/2019, lançado em dezembro de 2019 - 102 vagas para formação de professores no Canadá.

4.4.8. Governança, estratégia e alocação de recursos

O Tribunal de Contas da União - TCU (Acordão 1074/2019) determinou o aprimoramento dos processos de gestão acadêmica e financeira do Sistema UAB.

Para atender o demandado, a CAPES implantou um plano de ação imediata com a publicação de normativos e medidas administrativas de gestão, atendendo as recomendações do referido Acórdão. São eles:

1. Portaria CAPES nº 102, de 2019, balizando o processo de seleção dos bolsistas do Sistema UAB;
2. adaptação do Sistema de Gestão de Bolsas (SGB) para recebimento de versões digitalizadas dos documentos associados aos bolsistas; e
3. a parceria da CAPES com a UFPE apresentará em meados de 2020 uma ferramenta capaz de coletar dados acadêmicos, relativos à atuação de alunos, professores e tutores, de todos os AVA utilizados pelas IPES partícipes do Sistema UAB, podendo (resumidamente), criar cenários acadêmicos, verificar se professores e tutores bolsistas aturam no AVA, quantidade e frequência da alunos nos AVA.

Para saber mais sobre educação a distância acesse: http://capes.gov.br/educacao-a-distancia.

Para saber mais sobre fomento à formação de professores da Educação Básica acesse: http://capes.gov.br/educacao-basica.

4.5. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Análise das Principais Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS (EXECUTADO ORÇAMENTO CAPES GERAL)

Unidade Orçamentária a qual o orçamento pertence		Ação Governo		Mês Lançamento	014/2019				
				Indicador Ação Governo	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	00O0	CONCESSAO DE BOLSAS DE APOIO A EDUCACAO BASICA	SEM INFORMACAO	806.746.000,00	778.879.043,00	778.872.869,21	730.527.456,53	730.527.456,53
		0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	OPERACOES ESPECIAIS	22.425.000,00	22.918.176,00	22.633.477,21	22.633.477,21	20.883.542,45
		0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	OPERACOES ESPECIAIS	2.682.470.095,00	2.656.425.312,00	2.656.927.193,86	2.475.140.433,98	2.473.906.592,19
		09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	OPERACOES ESPECIAIS	11.817.000,00	11.817.000,00	10.984.637,66	10.984.637,66	10.984.637,66
		2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	ATIVIDADE	120.692.228,00	113.692.228,00	113.534.575,10	77.527.731,11	77.468.137,53
		2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	ATIVIDADE	980.112,00	980.112,00	860.635,86	860.635,86	789.914,51
		20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	ATIVIDADE	68.304.763,00	48.304.763,00	48.293.995,78	42.666.226,25	42.666.226,25
		20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	ATIVIDADE	69.000.000,00	49.300.000,00	47.592.338,30	36.287.531,47	35.273.724,40
		20RN	AVALIACAO DA EDUCACAO SUPERIOR E DA POS-GRADUACAO	ATIVIDADE	15.852.589,00	14.352.589,00	14.352.589,00	7.362.914,62	7.362.914,62
		20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	ATIVIDADE	57.936.228,00	57.936.228,00	57.142.622,66	57.142.622,66	53.437.742,48
		212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	SEM INFORMACAO	2.570.079,00	2.701.309,00	2.482.643,79	2.482.643,79	2.280.217,05
		216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	SEM INFORMACAO	180.000,00	180.000,00	152.918,51	152.918,51	143.341,45
		2317	ACESSO A INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	ATIVIDADE	391.397.058,00	431.397.058,00	443.095.813,51	359.957.817,20	359.957.817,20
		4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	ATIVIDADE	1.425.000,00	1.140.000,00	1.130.724,68	832.938,91	832.938,91
				TOTAIS	4.251.796.152,00	4.190.023.818,00	4.198.057.035,13	3.824.559.985,76	3.816.515.203,23

Quadro 1 - Principais ações da CAPES – execução orçamentária
Fonte: CGOF/DGES/CAPES

Obs.: O valor empenhado superior ao valor da dotação final ocorre devido à variação cambial resultado das provisões realizadas para UG exterior com finalidade de fechamento de câmbio.

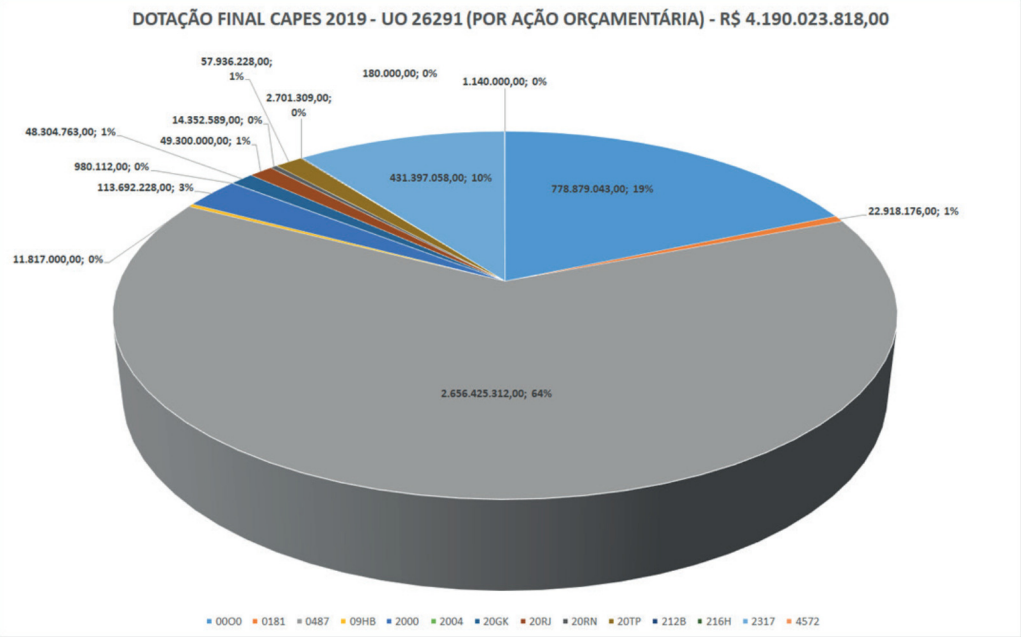


Gráfico 10 - Dotação final por ação orçamentária
Fonte: CGOF/DGES/CAPES
Obs.: O valor empenhado superior ao valor da dotação final ocorre devido à variação cambial resultado das provisões realizadas para UG exterior com finalidade de fechamento de câmbio.

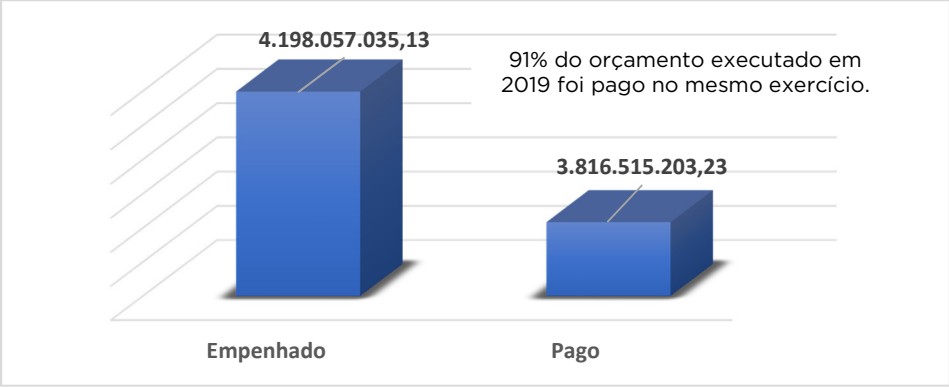


Gráfico 11 - Orçamento empenhado x pago
Fonte: CGOF/DGES/CAPES

Análise das Principais Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS - RESTOS A PAGAR

Unidade Orçamentária a qual o orçamento pertence		Ação Governo		Indicador Ação Governo		RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)
26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	009U	CONCESSAO DE BOLSA DE INICIACAO A DOCENCIA - PIBID	O	OPERACOES ESPECIAIS	12.835,48	12.835,48		0,00
		00O0	CONCESSAO DE BOLSAS DE APOIO A EDUCACAO BASICA	'-8	SEM INFORMACAO	63.663.789,40	57.400,00	63.606.389,40	0,00
		0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	O	OPERACOES ESPECIAIS	1.730.078,27		1.730.078,27	0,00
		0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	O	OPERACOES ESPECIAIS	305.954.423,85	11.176.696,41	290.448.953,13	4.328.774,32
		2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	A	ATIVIDADE	62.645.250,91	2.645.728,70	52.550.560,80	7.448.961,41
		2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	A	ATIVIDADE	72.906,26		72.906,26	0,00
		20CV	FOMENTO A ESTUDOS E PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUC	A	ATIVIDADE	49.534,29	49.534,29		0,00
		20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	A	ATIVIDADE	9.535.156,19	5.122.876,55	3.968.001,96	444.277,68
		20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	A	ATIVIDADE	50.426.700,32	14.158.764,34	29.986.662,73	6.281.273,25
		20RN	AVALIACAO DA EDUCACAO SUPERIOR E DA POS-GRADUACAO	A	ATIVIDADE	10.999.358,30	119.916,86	10.394.929,38	484.512,06
		20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	A	ATIVIDADE	3.601.694,66		3.601.694,66	0,00
		212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	'-8	SEM INFORMACAO	208.605,22		208.605,22	0,00
		216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	'-8	SEM INFORMACAO	6.295,00		6.295,00	0,00
		2317	ACESSO A INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	A	ATIVIDADE	85.680.457,50	89.013,98	83.831.135,85	1.760.307,67
		4019	FOMENTO A POS-GRADUACAO	A	ATIVIDADE	291.116,43	237.860,98		53.255,45
		4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	A	ATIVIDADE	728.042,84	56.775,73	53.996,33	617.270,78
		6333	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA DE PROFE	A	ATIVIDADE	2.926,26	2.926,26		0,00
		8429	FORMACAO INICIAL E CONTINUADA A DISTANCIA	A	ATIVIDADE	19.743,96	5.170,00		14.573,96
					TOTAIS	**595.628.915,15**	**33.735.499,58**	**540.460.209,00**	**21.433.206,58**

Quadro 2 - Principais ações – restos a pagar
Fonte: CGOF/DGES/CAPES

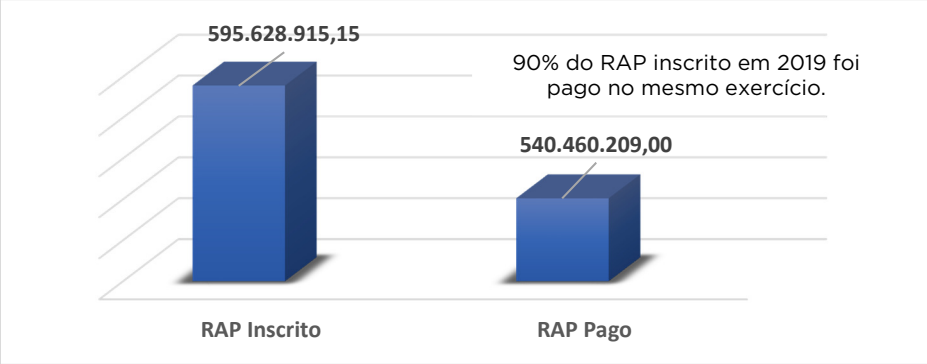


Gráfico 12 - Restos a pagar inscrito x pago
Fonte: CGOF/DGES/CAPES

MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DESPESA EXECUTADA (R$)	DESPESA PAGA (R$)
Dispensa de Licitação	49.725.425,79	28.501.756,83
Pregão	120.945.881,22	86.471.490,62
Inexigibilidade	439.491.043,19	355.639.291,84
Não se Aplica	3.496.700.758,20	3.273.260.612,91
Total	**4.106.863.108,39**	**3.743.873.152,20**

Tabela 9 - Despesas por modalidade de contratação – executado pela UG 154003/154004 (orçamento CAPES + orçamento recebido descentralizado) no Exercício 2019
Fonte: CGOF/DGES/CAPES

GRUPO DE DESPESA	VALORES EMPENHADOS (R$)	PERCENTUAL
Investimento	11.199.131,90	1%
Pessoal e Encargos	90.760.737,53	3%
Outras Despesas Correntes	4.004.903.238,96	96%
Total	**4.106.863.108,39**	**100%**

Tabela 10 - Valores empenhados por grupo de despesa
Fonte: CGOF/DGES/CAPES

Evolução da Execução Orçamentária - Por UG - EXECUTADO PELA UG 154003 / 154004 (ORÇAMENTO CAPES + RECURSOS RECEBIDOS POR DESCENTRALIZAÇÃO)

UG Executora		Ano Lançamento		2017			2018			2019		
		Unidade Orçamentária a qual o orçamento pertence		29	31	34	29	31	34	29	31	34
				DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
154003	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	26101	MINISTERIO DA EDUCACAO	1.582.065,52	1.053.094,90	1.053.094,90	828.085,30	530.455,30	530.455,30	680.033,76	543.642,40	543.642,40
		26290	INEP-INST.NAC.DE ESTUDOS E PESQ.EDUCACIONAIS	1.407,90	1.407,90	1.407,90						
		26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	3.896.330.722,62	3.455.111.614,08	3.455.111.614,08	3.089.796.797,56	2.758.019.456,01	2.752.352.703,60	3.529.304.389,90	3.315.822.446,96	3.310.043.264,06
		26294	HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	68.000,00	61.500,00	61.500,00	71.750,00	46.800,00	46.800,00	20.150,00	20.150,00	20.150,00
		30108	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL							2.141.632,80		
		44205	AGENCIA NACIONAL DE AGUAS ANA	7.032.985,00			2.000.000,00					
		44206	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	234.100,00	231.900,00	231.900,00	460.500,00	417.200,00	417.200,00	491.000,00	488.800,00	488.800,00
		52101	MINISTERIO DA DEFESA				598.015,00			1.200.000,00	596.354,00	596.354,00
		53210	AGENCIA NACIONAL DE AGUAS ANA							3.721.209,00		
		54101	MINISTERIO DO TURISMO	1.302.985,38	1.201.876,20	1.201.876,20						
154004	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	22202	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	2.737.440,36			1.939.186,40	1.866.301,37	1.866.301,37	2.417.979,65		
		26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	633.917.487,18	378.795.687,98	378.795.687,98	660.448.190,09	503.965.628,96	503.965.628,96	566.886.713,29	432.180.941,74	432.180.941,74
		54101	MINISTERIO DO TURISMO	3.244.716,37	3.026.458,67	3.026.458,67						
			TOTAL	4.546.451.910,34	3.839.483.539,72	3.839.483.539,72	3.756.142.524,35	3.264.845.841,65	3.259.179.089,24	4.106.863.108,39	3.749.652.335,10	3.743.873.152,20

Quadro 3 - Evolução da execução orçamentária – 2017 a 2019 (orçamento CAPES + recursos recebidos por descentralização)
Fonte: CGOF/DGES/CAPES

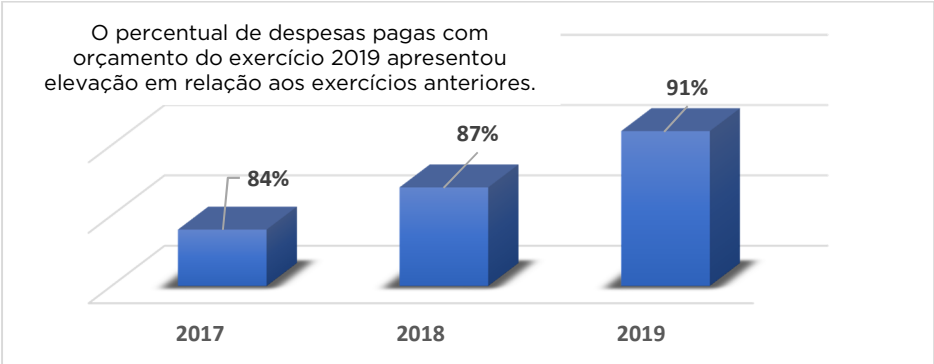


Gráfico 13 - Evolução da execução orçamentária 2017 a 2019 (Despesas Empenhadas x Pagas)
Fonte: CGOF/DGES/CAPES

Órgão		Grupo de Despesa		Exercício		2019			
				Elemento Despesa		Empenhada	Liquidada	RP não processados	Valores pagos
26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	01	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	20.990.294,53	20.990.294,53	0,00	19.385.516,75
				03	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	1.557.122,21	1.557.122,21	0,00	1.420.107,90
				04	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	1.019.684,61	1.019.684,61	0,00	935.427,96
				07	CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	618.720,46	618.720,46	0,00	565.425,43
				11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	54.625.353,82	54.625.353,82	0,00	51.086.826,44
				13	OBRIGACOES PATRONAIS	11.277.652,07	11.277.652,07	0,00	11.277.652,07
				16	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	437.967,33	437.967,33	0,00	413.445,49
				91	SENTENCAS JUDICIAIS	149.364,32	149.364,32	0,00	136.942,37
				92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	56.839,27	56.839,27	0,00	56.839,27
				94	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	27.738,91	27.738,91	0,00	27.738,91
		3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	04	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	66.118,28	66.118,28	0,00	60.840,68
				08	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	453.586,38	453.586,38	0,00	417.999,93
				14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.534.486,28	1.534.486,28	0,00	1.534.486,28
				15	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	10.412,45	10.412,45	0,00	10.412,45
				18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	3.200.080.677,84	3.001.267.569,68	198.813.108,16	3.001.267.569,68
				20	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	149.802.448,15	139.218.945,49	10.583.502,66	139.218.945,49
				30	MATERIAL DE CONSUMO	310.735,82	215.813,33	94.922,49	215.813,33
				33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	34.539.814,19	31.644.512,99	2.895.301,20	31.644.512,99
				35	SERVICOS DE CONSULTORIA	5.906.346,87	3.202.108,26	2.704.238,61	3.202.108,26
				36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	980.825,11	980.618,01	207,10	938.975,20
				37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	38.717.916,75	29.947.596,92	8.770.319,83	29.947.596,92
				39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	471.242.113,50	378.294.659,75	92.947.453,76	378.294.659,75
				40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	49.868.896,00	25.697.530,39	24.171.365,61	25.697.530,39
				41	CONTRIBUICOES	45.126.192,02	38.405.361,46	6.720.830,56	38.405.361,46
				46	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.923.005,30	1.923.005,30	0,00	1.764.995,30
				47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	995.965,12	974.535,93	21.429,19	974.535,93
				48	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	1.092.780,99	702.170,85	390.610,14	702.170,85
				49	AUXILIO-TRANSPORTE	38.540,23	38.540,23	0,00	34.987,54
				92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	56.451,49	56.451,49	0,00	56.451,49
				93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.155.926,19	1.762.787,37	393.138,82	1.682.488,96
		4	INVESTIMENTOS	20	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00		0,00	
				40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	3.108.032,50	1.984.325,01	1.123.707,49	1.984.325,01
				52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.091.099,40	510.461,72	7.580.637,68	510.461,72
Total						4.106.863.108,39	3.749.652.335,10	357.210.773,29	3.743.873.152,20

Quadro 4 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - executado pela UG 154003 / 154004 (orçamento CAPES + recursos recebidos por descentralização)
Fonte: CGOF/DGES/CAPES

4.6. GESTÃO DE PESSOAS

4.6.1. Conformidade Legal

As principais portarias que regulam a gestão de pessoas na CAPES são:

- Portaria nº 125, de 3 de setembro de 2008 – estabelece a jornada de trabalho dos servidores da CAPES;
- Portaria nº 64, de 8 de junho de 2009 – altera a Portaria nº 125, de 03 de setembro de 2008;
- Portaria nº 146, de 19 de outubro de 2009 - disciplina a concessão de diárias e emissão de passagens nacionais e internacionais no âmbito da CAPES;
- Portaria n° 172, de 6 de dezembro de 2012 - estabelece Critério e Procedimentos Internos da CAPES para Avaliação de Desempenho;

- Portaria nº 188, de 21 de dezembro de 2012 – estabelece as regras para concessão da licença para capacitação;
- Portaria nº 164, de 11 de novembro de 2013 - define a metodologia e os procedimentos da Avaliação de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
- Portaria n° 115, de 17 de maio de 2018 – aprova o Programa Institucional de Desenvolvimento de Pessoas (PIDP);
- Portaria nº 125, de 29 de maio de 2018 - estabelece as modalidades de bolsas no exterior e no Brasil fomentadas no âmbito das ações e programas geridos pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da CAPES, bem como determinar os valores dos principais tipos de benefícios a serem disponibilizados para cada modalidade;
- Portaria nº 289, de 28 de dezembro de 2018 – institui o Regulamento que estabelece as normas para as modalidades de bolsas e auxílios no exterior, aplicável às ações da Diretoria de Relações Internacionais (DRI).

4.6.2.Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

A CAPES não realizou concurso no ano de 2019. Em relação a alocação de pessoas, a CAPES esforça-se para unir o interesse do servidor com a necessidade de força de trabalho no setor pretendido.

4.6.3.Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

A Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia, conforme a Lei nº 8.691, de 1993, é destinada a servidores habilitados a exercer atividades de apoio à direção, coordenação, organização, planejamento, controle e avaliação de projetos de pesquisa e desenvolvimento na área de Ciência e Tecnologia e é constituída de três cargos:

- Analista em Ciência e Tecnologia:
  - Analista em Ciência e Tecnologia Júnior
  - Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 1
  - Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 2
  - Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 3
  - Analista em Ciência e Tecnologia Sênior
- Assistente em Ciência e Tecnologia:
  - Assistente em Ciência e Tecnologia 1
  - Assistente em Ciência e Tecnologia 2
  - Assistente em Ciência e Tecnologia 3
- Auxiliar em Ciência e Tecnologia
  - Auxiliar em Ciência e Tecnologia 1
  - Auxiliar em Ciência e Tecnologia 2

Para a promoção na carreira, os dois últimos dependem de experiência na área. Já, na carreira de Analista, a progressão se dá com a experiência ou por meio da formação de *stricto sensu.*

As tabelas de remuneração das carreiras de C&T estão dispostas nas Leis nº 13.324, de 2016, nº 11.907, de 2009 e nº 11.344, de 2006.

A Avaliação de Desempenho é realizada segundo as diretrizes do Decreto 7.133/2010 e Portaria CAPES nº 172/2012, com critérios e procedimentos gerais observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e consequente definição da Gratificação de Desempenho de Atividade de C&T (GDACT). Ocorrem avaliações da chefia, autoavaliação e avaliação entre pares, por meio de um Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), em que são avaliados fatores de produtividade, conhecimento de métodos e técnicas, cumprimento de normas, trabalho em equipe e comprometimento. As metas de desempenho individual, acordadas entre o servidor, a chefia e a equipe de trabalho, são definidas por critérios objetivos e compõem o plano de trabalho de cada unidade de lotação, tendo periodicidade anual e constante. A partir da composição das pontuações, são definidos os valores a título de GDACT.

Em dezembro de 2019, 70% dos cargos em comissão DAS estavam sendo ocupados por servidores efetivos da CAPES. Neste percentual, excluiu-se as funções comissionadas FCPE, tendo em vista que 100% delas devem ser ocupadas por servidores efetivos. Na nomeação para os cargos em comissão, todos os servidores da CAPES têm a oportunidade de serem nomeados.

4.6.4. Capacitação: estratégia e números

O Plano Institucional de Desenvolvimento de Pessoas (PIDP), Portaria CAPES nº 115, de 2018, sucedeu o Plano Institucional de Desenvolvimento de Recursos Humanos (PIDRH), Portaria CAPES nº 214, de 2011.

As ações de capacitação ocorreram por meio de Eventos (Congresso, Seminário, Encontro, Fórum e Workshop), cursos de curta duração, graduação e pós-graduação *lato sensu*, além de capacitações em temas específicos, por meio de pós-graduação *stricto sensu.* Em 2019, quase R$ 900.000,00 foram empenhados com a finalidade de capacitar os servidores.

O gráfico abaixo apresenta o investimento realizado para capacitação dos servidores, por finalidade.

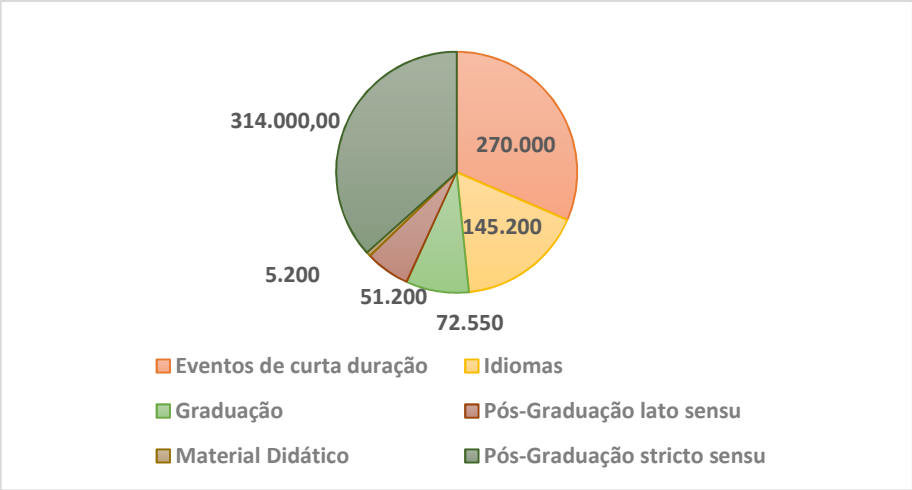


Gráfico 14 – Capacitações dos servidores
Fonte: CGGP/DGES/CAPES

4.6.5. Ativos

Os gráficos abaixo apresentam detalhamentos da força de trabalho da CAPES, considerando a situação funcional.

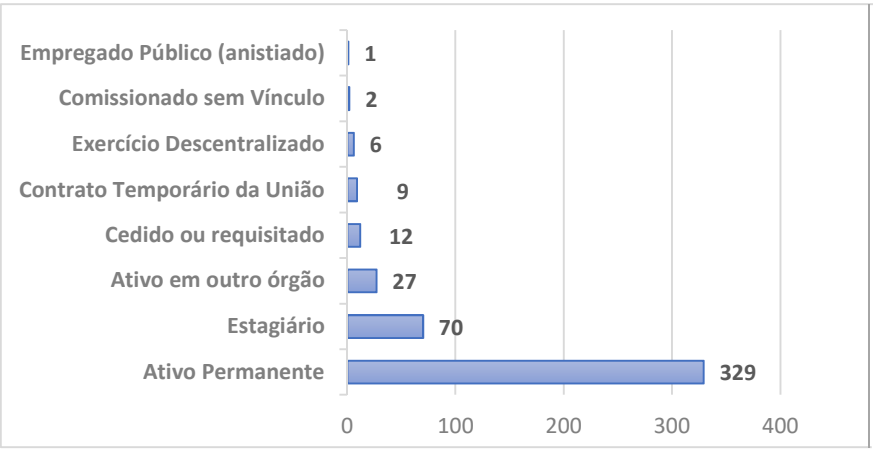


Gráfico 15 - Distribuição de colaboradores ativos por situação funcional
Fonte: CGGP/DGES/CAPES

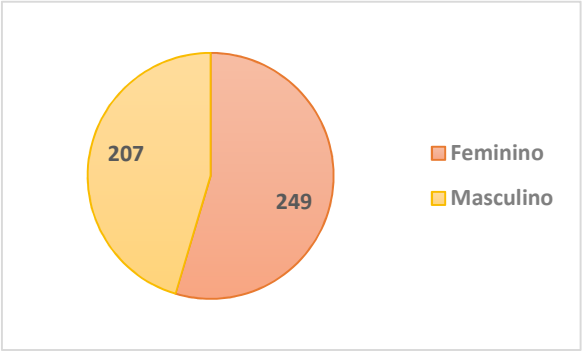


Gráfico 16 - Distribuição de colaboradores por gênero
Fonte: CGGP/DGES/CAPES

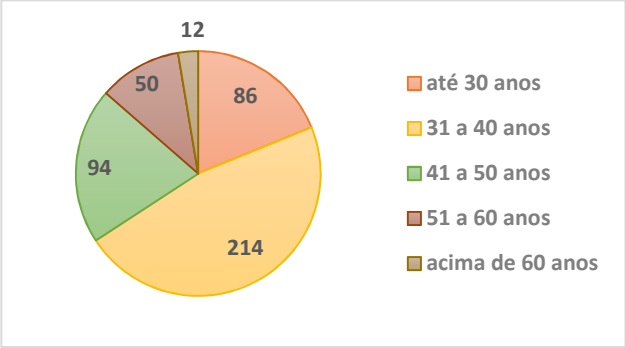


Gráfico 17 - Distribuição de colaboradores por faixa etária
Fonte: CGGP/DGES/CAPES

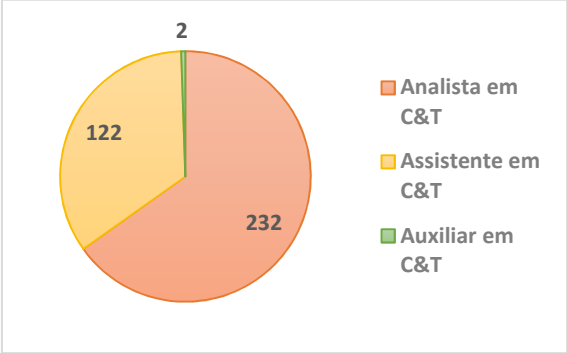


Gráfico 18 - Distribuição de servidores por cargo na carreira de C&T
Fonte: CGGP/DGES/CAPES

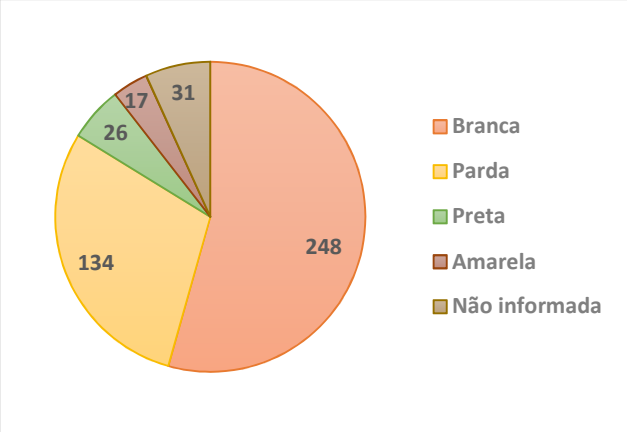


Gráfico 19 - Distribuição de colaboradores por etnia
Fonte: CGGP/DGES/CAPES

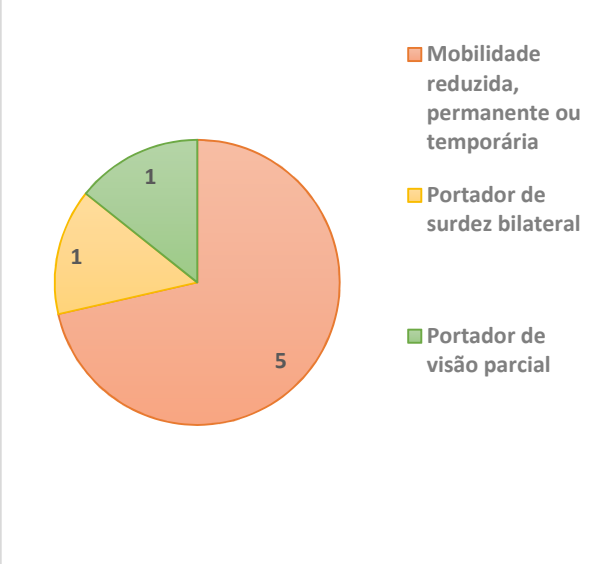


Gráfico 20 - Distribuição de colaboradores por deficiência
Fonte: CGGP/DGES/CAPES

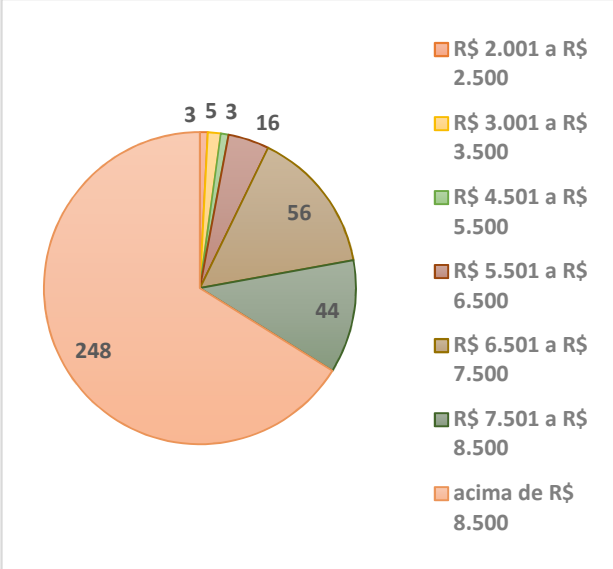


Gráfico 21 - Distribuição de servidores por faixa salarial
Fonte: CGGP/DGES/CAPES
Nota: foram excluídos os servidores com afastamento sem remuneração (7), servidores em exercício descentralizado (3) e empregado público (1) com pagamento no órgão de origem, e estagiários (70). Total = 81.

Para saber mais sobre os servidores da CAPES acesse:
http://capes.gov.br/acessoainformacao/servidores

4.7. GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.7.1. Conformidade legal

- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
- Lei Distrital nº 5.610, de 2016;
- Decreto nº 7.746, de 2012;
- Decreto nº 7.892, de 2013;
- Decreto nº 9.507, de 2018;
- Decreto nº 10.024, de 2019;
- IN nº 01, de 2010;
- IN nº 05, de 2014;
- IN nº 05, de 2017;
- IN nº 01, de 2019 – PAC;
- IN nº 01, de 2019 – TIC; e
- IN nº 02, de 2019.

4.7.2. Cenário Geral das Contratações

Processos de contratação realizados e finalizados:

95

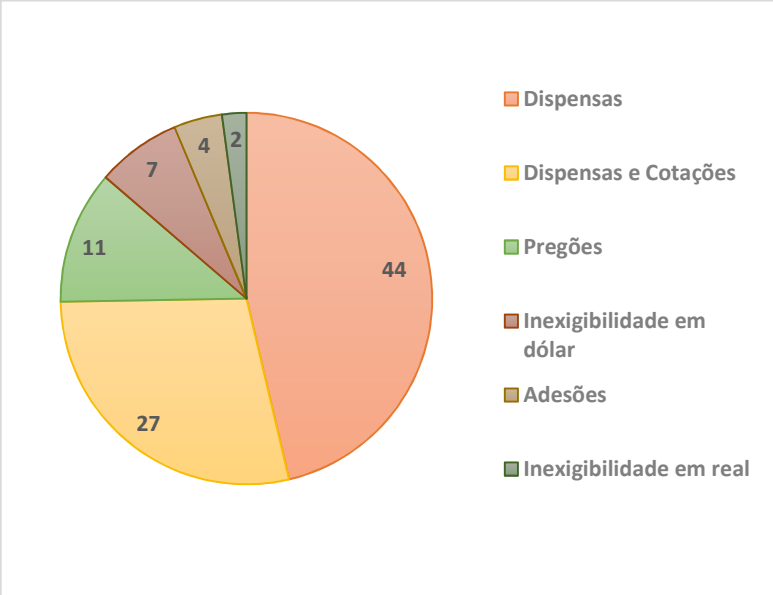


Gráfico 22 – Quantidade de contratações, por modalidade
Fonte: CSUP/CGLOG/DGES/CAPES

4.7.3. Classificação por UASG e Modalidades

UASG 154003

MODALIDADE	VALORES (R$)
Inexigibilidade	34.610,41
Dispensas	220.762,00
Adesões	699.940,82
Dispensas e Cotações	2.871.467,90
Pregões	22.283.663,62
Total	**26.110.444,75**

Tabela 11 - UASG 154003 por modalidades
Fonte: CSUP/CGLOG/DGES/CAPES

UASG 154004

MODALIDADE	VALOR*
Inexigibilidade	US$ 156.534.585,30 = R$ 630.850.032,22

Tabela 12 - UASG 154004 por modalidades
Fonte: CSUP/CGLOG/DGES/CAPES

*Convertido no câmbio do dólar do dia 31/12/2019

4.7.4. Justificativas referentes às contratações

As despesas das contratações referem-se à manutenção de serviços continuados, imprescindíveis ao funcionamento da CAPES, cuja descontinuidade poderá trazer prejuízos na execução das atividades desempenhadas.

GASTOS POR FINALIDADE	VALORES (R$)
Funcionamento Administrativo	104.735.393,19
Tecnologia da Informação	58.866.945,37
Outros (Despesas finalísticos / Imobilizado / Publicidade Institucional	11.034.038,56
Total	**174.636.377,12**

Tabela 13 - Contratações relativas à custeio e a investimentos
Fonte: CSUP/CGLOG/DGES/CAPES (SIAFI)

A tabela abaixo detalha os gastos com o funcionamento administrativo da CAPES.

GASTOS COM FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO	VALORES (R$)
Locação de Imóveis	11.328.825,51
- Ed. Sede da CAPES - Ed. Rádio Center	10.741.018,42 587.807,09
Energia e Água	1.744.175,27
- CEB (luz) - CAESB (água e esgoto)	1.430.688,45 313.486,82

GASTOS COM FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO	VALORES (R$)
Apoio Técnico-Administrativo	25.639.524,26
- Serviço de Apoio Administrativo	19.828.888,54
- Serviço de Recepção	834.247,64
- Serviço de Secretariado	3.624.629,14
- Serviço de Copeira, Garçom e Motorista	1.351.758,94
Serviço de Telefonia	52.141,57
- Telefonia Fixa	47.279,45
- Telefonia Móvel	4.862,12
Outros contratos	65.970.726,58
- Vigilância e Brigada	4.308.072,66
- Limpeza	1.699.894,90
- Manutenção Predial (Órion, Divisória, Dedetização, Seguro e IPTU)	3.034.196,50
- Despesas com veículos (combustível, manutenção, seguro e licenciamento)	80.497,84
- Locação de máquinas	104.381,00
- Passagens	34.799.725,02
- Outros	21.943.958,66
Total	**104.735.393,19**

Tabela 14 - Contratações relativas ao funcionamento administrativo
Fonte: CSUP/CGLOG/DGES/CAPES

4.7.5. Principais tipos de contratações diretas

MODALIDADE	OBJETO	CONTRATADA	VALOR
Dispensa de licitação	Web TV	Fundação para o Desenvolvimento das Artes da Comunicação - FUNDAC.	R$ 2.660.000,00
Inexigibilidade de licitação	Contratação de acesso do Portal de Periódicos	*American Physiological Society* - APS	US$ 1.123.467,00
Inexigibilidade de licitação	Contratação de acesso do Portal de Periódicos	AAAS	US$ 14.604.030,30
Inexigibilidade de licitação	Contratação de acesso do Portal de Periódicos	*HighWire Press* - HWP	US$ 512.780,00
Inexigibilidade de licitação	Contratação de acesso do Portal de Periódicos	*Crop Science*	US$ 104.267,00
Inexigibilidade de licitação	Contratação de acesso do Portal de Periódicos	Base de dados da Elsevier	US$ 600.150,00

MODALIDADE	OBJETO	CONTRATADA	VALOR
Inexigibilidade de licitação	Contratação de acesso do Portal de Periódicos	Base de dados da Elsevier	US$ 126.538.320,00
Inexigibilidade de licitação	Contratação de acesso do Portal de Periódicos	*American Chemical Society* - ACS	US$ 13.051.571,00

Tabela 15 - Principais tipos de contratações diretas
Fonte: CSUP/CGLOG/DGES/CAPES

4.7.6. Contratações administrativas mais relevantes

A CAPES possui diversos contratos que são importantes ao bom funcionamento da instituição e visam, principalmente, atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando a integridade do patrimônio público, o funcionamento das atividades finalísticas da CAPES, de modo que a interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional.

Abaixo são apresentados estes contratos.

- Contrato de locação de imóvel é essencial, pois o edifício da CAPES possui uma infraestrutura adequada para comportar todos os servidores, prestadores de serviços, coordenadores de área das universidades e visitantes, além de espaço apropriado destinado à realização de reuniões, como as avaliações dos cursos de pós-graduação do país, seminários, palestras, entre outros.
- Contrato de energia elétrica para prestação e utilização do serviço público de energia elétrica.
- Contrato de água para prestação de serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e outros serviços para as dependências da CAPES.
- Contrato de manutenção predial permite executar a manutenção preventiva, preditiva e corretiva nos sistemas elétrico, lógico, hidrosanitário, de proteção contrata descargas atmosféricas, climatização, de detecção alarme e combate a incêndio, de automação, grupo gerador, *nobreaks*, pressurização de escadas de incêndio, portas automáticas e portão eletrônico da garagem, com o fornecimento de todo material e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços.
- Contrato de apoio administrativo para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auxiliar administrativo e outros serviços auxiliares.
- Contrato de secretariado com serviços continuados de técnico em secretariado e secretariado executivo para atender às necessidades da CAPES.
- Contrato de vigilância pela necessidade da garantia da segurança das pessoas e do patrimônio público, suprindo as necessidades essenciais e o perfeito funcionamento da CAPES.
- Contrato de brigada para execução das atividades de prevenção e combate a incêndio, controle de pânico e primeiros socorros, com fornecimento dos materiais necessários ao funcionamento eficiente e correto do serviço.
- Contrato de limpeza para prestação de serviços de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis, higienização de arquivo permanente, jardinagem e lavagem de veículos, bem como em higienização de carpete, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários à sua execução.

4.7.7. Desafios, fraquezas e riscos na gestão de licitações e contratos

- Levantamento das informações para o Plano Anual de Contratações (PAC), que consolidará as contratações para o exercício de 2021.
- Respeitar o calendário de licitações, estabelecido a partir do PAC 2020, para um maior controle e previsibilidade de gestão.
- Fazer contratações de forma planejada, eficiente, eficaz e efetiva.
- Mapear e alinhar todos os processos da área de licitações da CAPES.
- Ausência de uma solução para controle da gestão e fiscalização dos contratos administrativos.
- Falta de servidores para atuar na gestão e fiscalização dos contratos administrativos.
- Sistemas de informações não integrados, dificultando o gerenciamento das informações.
- Ausência de processos de governança e de gestão de riscos, que subsidie as unidades contratantes no planejamento das contratações

Para saber mais sobre licitações e contratos acesse:
http://capes.gov.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos

4.8. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

4.8.1. Conformidade legal

- Lei nº 8.666, de 93;
- Lei nº 10.520, de 2002;
- Decreto nº 9.373, de 2018;
- Decreto nº 7.892, de 2013; e
- IN n° 205, de 1988.

4.8.2. Aquisições no ano de 2019

- Investimento de R$ 470.992,00 em mobiliário (cadeiras, sofás e gaveteiros), aquisição de 300 cadeiras para substituição das que estavam com defeito e 100 gaveteiros para usuários que não possuíam, além de substituir cadeiras e sofás antigos do Gabinete e da sala da Presidência.
- Investimento de R$ 10.563.046,56 em equipamento de TIC - notebooks, microcomputadores e servidores de rede e segurança da informação. Essas aquisições foram realizadas pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e registradas no Sistema de Patrimônio.

4.8.3. Desfazimento de ativos

Foram realizados dois processos de desfazimento de bens para a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. As doações consistiram em equipamentos roteadores wireless que estavam ociosos após a troca por equipamentos mais modernos, além de armários que estavam ociosos, após a drástica diminuição de processos físicos nas unidades da CAPES. Os valores dos processos de desfazimento somados foram: valor bruto R$ 338.263,19, e o valor líquido após depreciação de R$ 41.067,12.

4.8.4. Locação de imóveis e equipamentos

GASTOS	VALORES MENSAIS (R$)
Locação de Imóveis	1.016.079,19
- Ed. Sede da CAPES - Ed. Rádio Center	976.456,22 39.622,97
Equipamentos	12.800,00
- Máquina de Café	12.800,00
Total	**1.028.879,19**

Tabela 16 - Locações
Fonte: CSUP/CGLOG/DGES/CAPES

4.8.5. Mudanças e desmobilizações relevantes

Não houve mudança ou desmobilizações relevantes no ano de 2019.

4.8.6. Sustentabilidade Ambiental

A CAPES exige para as contratações de serviços e aquisições de bens o disposto na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 2012, da Casa Civil, da Presidência da República, com objetivo de promover práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável, cujo foco é a otimização na utilização dos recursos materiais – a redução de desperdícios, a racionalização no consumo de energia elétrica, a destinação adequada dos resíduos e a preferência para materiais de origem local.

Os editais para aquisições de bens e contratação de obras e serviços preveem os critérios de sustentabilidade conforme modelos disponibilizados pela AGU, em conformidade com o Decreto nº 7.746, de 2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

Desde de 2018, a CAPES adota assinaturas eletrônicas de jornais e revistas.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

A CAPES permanece com a campanha Adote um Copo criada com a finalidade de incentivar a não utilização de copos descartáveis, mantendo a redução da compra deste item, bem como a redução de seu consumo, que hoje destina-se exclusivamente para os visitantes.

No exercício de 2019, a CAPES efetuou uma única compra de copos descartáveis para atender a uma demanda específica da Diretoria de Avaliação, com a realização do Seminário Meio Termo, que contou com participação de aproximadamente 4.800 visitantes, no período de 12 de agosto a 4 de outubro de 2019.

Em virtude da Lei Distrital nº 5.610, de 2016, que dispões sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos, foi criado um espaço para a separação adequada dos resíduos. O material reciclável é separado e destinado a uma cooperativa de catadores, a borra de café é separada e utilizada no preparo de adubo para uso no jardim.

As ações para redução do consumo dos recursos naturais continuam sendo efetuadas e incentivadas para que o uso seja cada dia mais conscientes. Foram adotadas algumas rotinas para gerar economia de consumo, tais como:

Energia Elétrica:

- instalação de interruptores em todas as salas para desligamento individual;
- substituição gradativa das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED;
- desligamento diário do ar condicionado entre 18h e 19h, a depender da estação do ano; e
- desligamento diário de energia nos andares as 20h.

Água:

- desligamento diário da água nos andares as 22h;
- desligamento da água no final de semana, de sexta-feira as 22h até segunda-feira às 7h; e
- manutenção preventiva para evitar desperdício, tanto em sanitários como nas torneiras de pressão automática.

	2017	2018	2019
KWh	2.454.408	2.234.783	2.061.100
Diferença	-	219.625	173.683
%	-	**-8,95%**	**-7,77%**

Tabela 17 - Consumo de energia elétrica por exercício
Fonte: CGLOG/DGES/CAPES

	2017	2018	2019
m³	23.223	13.712	15.041
Diferença	-	9.511	1.329
%	-	**-41%**	**+9,69%**

Tabela 18 - Consumo de água por exercício
Fonte: CGLOG/DGES/CAPES

Redução de resíduos poluentes:

Em atendimento à Lei Distrital nº 4.154, de 11 de junho de 2008, em defesa do meio ambiente e da saúde pública, a coleta e o descarte de pilhas, baterias, material eletrônico e lâmpadas fluorescentes são realizados em recipientes adequados para destinação específica.

4.8.7. Principais desafios e ações futuras

- Alocar os prestadores de serviços da Diretoria de Tecnologia da Informação em um espaço amplo e apropriado para o bom desempenho das atividades.
- A mudança física do Arquivo Central da CAPES para um espaço com condições mais adequadas ao armazenamento e preservação de documentações e processos.

4.9. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

4.9.1. Conformidade Legal

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), na qualidade de unidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) responsável, entre outras coisas, por "propor a aplicação de boas práticas de Governança e Gestão de TIC com ênfase nos aspectos de qualidade, integração e aderência às políticas, padrões e regulamentos, e às necessidades institucionais", vem adotando medidas efetivas para que toda a atividade de TIC executada na CAPES, bem assim a gestão e governança dessa área, as aquisições e execução dos contratos, sigam rigorosamente as normas estabelecidas.

O ano de 2019, considerando a importância do aprimoramento da Governança de TIC pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, avançou-se na utilização do Guia de Boas Práticas em Gerenciamento de Contratos. O referido guia tem permitido maior aproveitamento dos contratos e aprimoramento da fiscalização contratual, medida que se reveste da mais alta importância estratégica, especialmente quando se traz à tona o fato da DTI/CAPES gerenciar contratos que, somados, executaram cerca de R$ 58,9 milhões no ano de 2019.

Ainda em apreço à relevância da manualização e aderência de todos os atores às boas práticas instituídas e às normas, foi aprovado no mesmo ano o Guia de Planejamento de Contratação de Soluções de TIC, o qual aprimora o processo de contratação, otimiza o atendimento das necessidades das demais diretorias, no que concerne à aquisição de ativos de tecnologia da informação, reduz as possibilidades de eventuais ocorrências de auditoria nessa área, além auxiliar na qualidade do gasto público realizado pela CAPES, alocando de forma eficiente os recursos disponíveis.

4.9.2. Gestão de TIC

A DTI é resultado do progressivo aumento das necessidades da CAPES e, por conseguinte, da educação brasileira, do provimento de soluções tecnológicas que agreguem valor à Instituição e às políticas educacionais, conferindo mais agilidade, confiabilidade, segurança e eficiência no cumprimento das suas competências.

A DTI tem como missão garantir a sustentação tecnológica às demais diretorias, seus projetos e atividades, bem como estabelecer Governança de TIC que assegure o alinhamento ao PEI da CAPES. De forma didática, tem-se que a DTI/CAPES se organiza segundo os pilares da Infraestrutura, Desenvolvimento, Dados e Segurança da Informação.

Conhecedora da importância que a DTI exerce para o negócio da CAPES, a atual gestão busca alicerçar sua atuação sob a luz das melhores práticas de gestão de TIC, aplicadas nas organizações mais modernas do mundo, quais sejam:

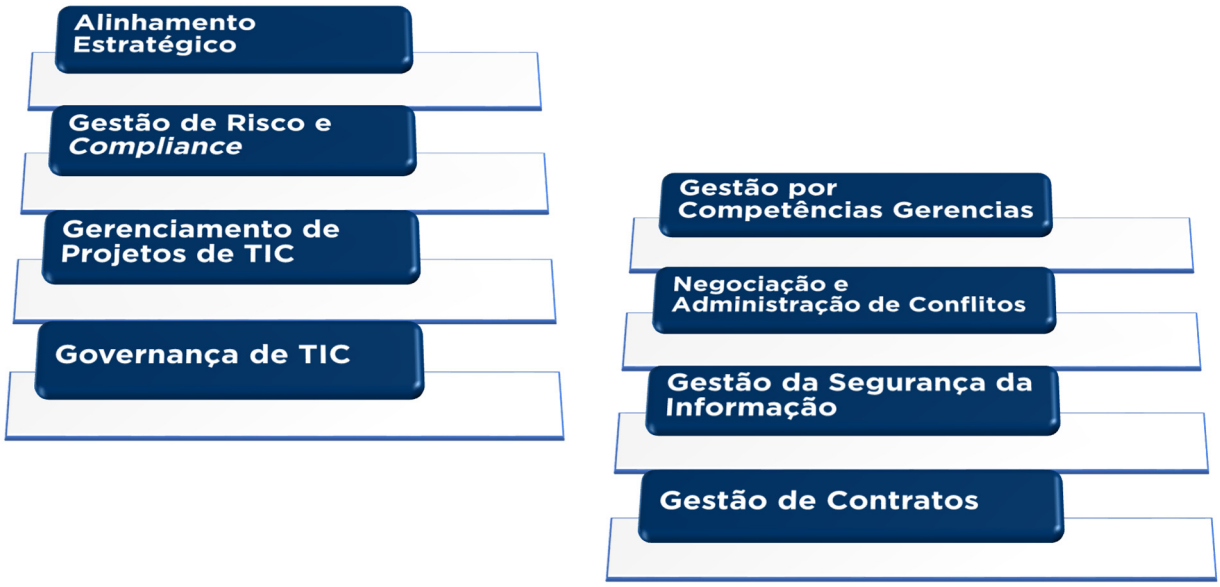


Figura 15 – Melhores Práticas de Gestão de TIC
Fonte: DTI/CAPES

Para desenvolver todas as suas competências, atualmente a DTI/CAPES conta com uma força de trabalho assim distribuída:

FORÇA DE TRABALHO DE TIC	QUANTIDADE EM 31/12/2018	QUANTIDADE EM 31/12/2019
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade	0	0
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade	7	7
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	2	2
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	1	1
Terceirizados	0	0
Estagiários	0	0
Total	**10**	**10**

Tabela 19 - Distribuição da força de trabalho de TI
Fonte: DTI/CAPES

É usual que as áreas de tecnologia da informação nos órgãos e entidades públicos sejam estruturadas primordialmente sob uma força de trabalho terceirizada. Na Diretoria de Tecnologia da Informação da CAPES não é diferente, já que 92% dos colaboradores advêm dos contratos de prestação de serviço de TIC firmados. Embora o número pareça grande, em instituições similares à CAPES, cujas atividades, projetos e ações são suportados pela TI - notadamente o pagamento de bolsas - a quantidade de colaboradores é ideal, quiçá aquém das demandas.

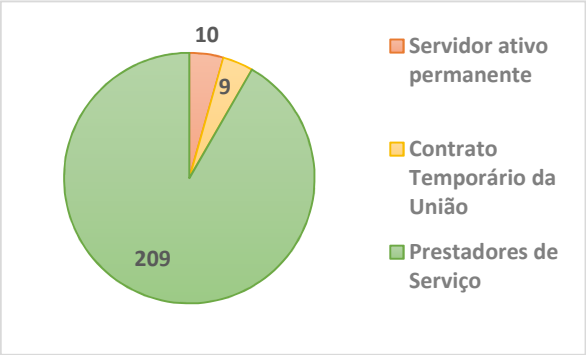


Gráfico 23 - Colaboradores de TI
Fonte: DTI/CAPES

Atualmente a Diretoria conta com apenas 10 servidores efeitos, sendo 7 em cargos de chefia e assessoramento. Essa equipe reduzida, inegavelmente impacta na atuação da DTI, que com mais servidores poderá ser mais eficiente em sua gestão.

Em razão de suas competências regimentais, além das atividades típicas de tecnologia da informação e comunicação, a DTI é responsável pelo planejamento, gestão e fiscalização de dezenas de contratos, o que gera um acúmulo excessivo de funções entre os servidores efetivos, que acabam por atuar em mais funções e atividades do que desejável pela boa gestão, situação que impacta negativamente no controle, na segurança jurídica dos atos administrativos praticados pelos responsáveis e, inegavelmente, no clima organizacional. Assim, a recepção de mais servidores aprimorará a gestão.

Ainda quanto à força de trabalho, a atual gestão da DTI/CAPES orienta e pratica a execução do trabalho vinculada a projetos e metas, que por sua vez têm relação direta com o planejamento estratégico de TIC vigente e com a estratégia organizacional. Releva destacar que a DTI/CAPES busca aplicar seus recursos humanos em prol da eficiência dos serviços prestados, mas também da boa gestão e execução contratuais, já que como se sabe, problemas e deficiências no campo de gestão dos contratos de TIC são atualmente os maiores causadores dos achados e recomendações dos órgãos de controle.

Acerca da estruturação e gestão da força de trabalho da DTI que, como dito, é voltada para o alcance de resultados, cabe ressaltar a existência de uma área de Governança de TIC, a qual é responsável atender as crescentes exigências no campo da gestão, especialmente:

- capitanear o planejamento estratégico de TIC e seu cumprimento;
- assessorar ou executar estudos das contratações de TIC segundo as normas aplicáveis; garantir a adesão das práticas administrativas e contratuais (gestão e execução) às exigências legais e dos órgãos de controle;
- Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP);
- atendimento do Índice de Governança de TI - IGovTI (levantamento anual da situação da governança no setor público, o qual é parte integrante do processo de prestação de contas anuais);
- auditorias do TCU, CGU e Auditoria Internas; e
- assessoramento ao Diretor e demais autoridades da DTI, quanto à adesão e conformidade dos atos administrativos mais relevantes praticados, projetos e normas elaboradas pela DTI, às normas de direito público.

No que tange à atuação da DTI quanto às medidas relacionadas à infraestrutura de informática, tem-se que a Coordenação-Geral de Infraestrutura de Informática (CGII), responsável por tais medidas, conta com uma Central de Atendimento de Chamados (*Service Desk*) onde todas as demandas relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) por parte da Instituição são recebidas, tratadas e escalonadas de acordo com a complexidade das demandas (1º, 2º e 3º níveis).

A referida Coordenação-Geral mantém um processo de gestão de mudanças em produção. Esse processo é implementado por meio de uma ferramenta de gestão de processos de negócios. Assim, toda mudança em produção, antes de ser executada, deve ser detalhada, tanto quanto aos procedimentos que serão executados, quanto ao impacto e risco de execução da atividade.

Essas mudanças só podem ser executadas após autorização do Coordenador-Geral de Infraestrutura de Informática, Coordenador-Geral de Sistemas ou Diretor, ou seus substitutos eventuais, caso o titular esteja legalmente afastado.

Também há um processo de entrada de sistemas em produção, no qual um sistema novo só será posto em produção após alinhamento das equipes de arquitetura de sistemas e infraestrutura.

Há ainda o monitoramento 24 horas por 7 dias para rápida atuação em caso de incidentes relacionados ao ambiente computacional da CAPES. No ano de 2019, o processo de monitoramento e as ferramentas utilizadas para tal fim foram atualizados e passaram por extensa revisão. Desta forma, os itens de configuração monitorados foram revistos e aprimorados e o processo tornou mais ágil tanto o atendimento a incidentes como a previsão de ocorrência de algum problema decorrente do uso dos recursos monitorados.

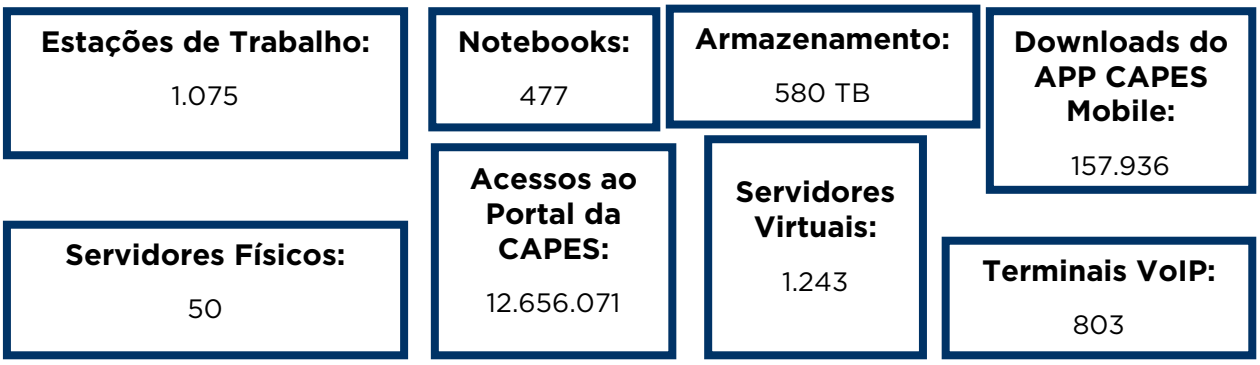


Figura 16 – Infraestrutura TIC da CAPES
Fonte: DTI/CAPES

Em continuidade, no que tange à área de sistemas, essa fica sob o encargo da Coordenação-Geral de Sistemas (CGS) e suas três Coordenações (CSAB – Coordenação de Sistemas de Auxílios, Bolsas e Convênios, CSAPG – Coordenação de Sistemas de Avaliação da Pós-Graduação e CSAE – Coordenação de Sistemas de Apoio à Educação). A área em questão tem por competência a proposição, planejamento, coordenação, implementação e atualização dos sistemas de informação que apoiam os processos da CAPES

O Catálogo de Sistemas gerenciados pela CGS possuía em 2019, 168 sistemas em produção e aplicativos móveis, 35 sistemas em projeto e 48 em desativação. O Catálogo fornece, para cada sistema, informações como uma descrição sucinta, área negocial, criticidade, unidade responsável e demandante, bem como informações sobre o banco de dados utilizado e monitoramento dessa aplicação. Foram desenvolvidos 422 sistemas desde a criação.

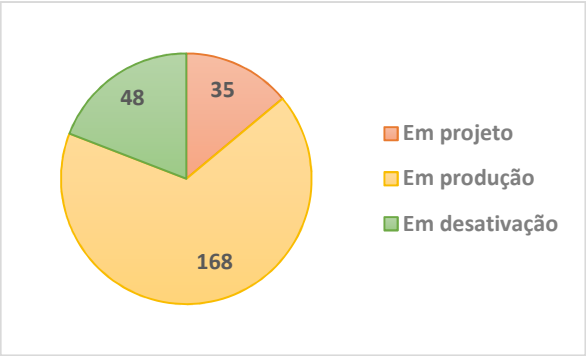


Gráfico 24 - Catálogos de Sistemas
Fonte: DTI/CAPES

Para nortear o desenvolvimento e a manutenção de sistemas, foi desenvolvida a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas (MDS), que tem a finalidade de descrever o processo padrão para desenvolvimento e manutenção de sistemas, devendo servir, portanto, como referência aos profissionais da área e à Alta Administração para a execução da atividade e tomada de decisões. Atualmente, a MDS está passando por uma reformulação, substituindo o Processo RUP (Processo Unificado) em sua versão 3.1, pelo Processo Ágil, estudado e aprovado por meio da MDS 4.0, baseada em entregas mais rápidas e com maior ganho para o cliente.

Atrelada à adoção de práticas ágeis para o desenvolvimento de sistemas e visando a inovação, a CGS avançou em 2019 na utilização de ferramentas de DevOps e uso de novas tecnologias, consideradas complementares ao ciclo de desenvolvimento de software, permitindo o melhor alinhamento das atividades da CGS com relação às necessidades institucionais, em relação a processos, ferramentas e responsabilidades, visando acelerar as entregas em produção com um elevado grau de qualidade.

4.9.3. Modelo de governança de TIC

A fim de organizar as informações a serem prestadas, do nível operacional para o estratégico, e com isso ofertar uma visão do todo, as ações da atual gestão da DTI pautam-se no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2017-2019. O modelo de Governança de TIC adotado na DTI é baseado na mais recente versão do *framework* de boas práticas de governança e gerenciamento TI, que incorpora conceitos e teorias amplamente aceitos, tais como o COBIT 5 (*Control Objectives For Information end Relatet Technology*).

Figura 17 - Reestruturação da Governança de TIC
Fonte: DTI/CAPES

Com os objetivos principais de aumentar a eficiência da TI, melhorar a segurança da informação e otimizar os investimentos em TI, o modelo adotado na DTI/CAPES apresenta sete grandes elementos agrupadores, denominados no *framework* COBIT como Áreas de Foco de TI.

A Governança e de TIC, neste contexto, endereça a definição e implementação de processos, estruturas e mecanismos relacionais dentro da empresa, que permitem ao pessoal de negócio e da TI executarem suas responsabilidades para suportar a criação e sustentabilidade do valor ao negócio.

Figura 18 – Áreas de Foco de TI
Fonte: DTI/CAPES

Total de bolsas pagas:

R$ 3,2 bilhões

Transações bancárias:

2.474.811

Média mensal de bolsas e AUXPE:

R$ 272 milhões

Média mensal de transações bancárias:

206.234

Figura 19 – Financeiro e transações
Fonte: DTI/CAPES

Dito isso, tendo por foco uma visão mais ampla, urge pontuar que o PDTIC vigente alça ao nível estratégico a comunicação interna e externa, no limite das demais diretorias da CAPES.

4.9.4. Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TIC

O ano de 2019 caracterizou-se por ações direcionadas a maior aproximação com as áreas de negócio. Iniciativas como a capacitação de 60 colaboradores no Curso *Product Owner* (P.O. – Metodologia Ágil), implantação do novo modelo ágil de execução dos serviços, associado à automatização e à independência dos Gestores de Sistemas (DevOps, Openshift), trabalhos conjuntos no acompanhamento do PDTIC 2017-2019, na elaboração do novo PDTIC 2020-2023, na atualização da Política de Segurança da Informação – PoSIC, a pesquisa de satisfação com os serviços DTI foram pontos a se destacar na trajetória deste ano.

A seguir, apresentamos as principais realizações da Diretoria.

- Implantação de novo firewall e atualização da arquitetura de rede da CAPES
- Aquisição e substituição de estações de trabalho
- Novo contrato de Infra da Rede CAPES
- Aumento da capacidade do Link redundante RNP
- PoC Sinalização Digital do SS1 (Redução uso de papel)
- Início da implantação da Cultura DevOps
- Finalização do PoC do *Openshift* e Entrada em produção
- Unificação da virtualização no VMWare
- Atualização da PoSIC – Política de Segurança da Informação e Comunicação
- Inspeção de tráfego interno e externo da CAPES
- Utilização de um IPS na borda da Rede CAPES
- Resegmentação das redes internas da CAPES
- Atualização dos softwares Microsoft através do WSUS de forma corporativa
- Reestruturação do ambiente de backup (cópias de segurança) da CAPES
- Atualização do Sistema de Antivírus da CAPES
- Atualização do Sistema Monitoração do Ambiente de TIC da CAPES (Zabbix)
- Atualização da arquitetura do SEI para suportar a carga de trabalho da CAPES
- Implantação de Sistema de *Call Center* para a Equipe de Suporte Técnico de TIC
- Alteração do DHCP para funcionar em alta disponibilidade
- Atualização das Imagens padrões das estações de trabalho da Rede CAPES
- Metodologia Ágil Implantada
- Atualização do SEI para suportar a carga de trabalho da CAPES
- Expansão Plataforma Sucupira
- Reconstrução do SAE para pagamento de AAE
- Reconstrução do SiSUAB (v2.0)
- Reconstrução da Plataforma da Educação Básica (v2.0)
- Evolução do EduCAPES (repositório D-Space) e lançamento do Aplicativo Móvel
- Descontinuidade do BEX e implantação de todos os programas da DRI no SCBA
- Descontinuidade do SAC e implantação de todos os programas da DPB no SCBA

- Implantação de todos os programas da DEB no SCBA
- Padronização de todos os editais de bolsas e auxílios no SICAPES
- Evolução do Sistema Financeiro para conexão com Webservices do SIAFI e novo ROD
- Melhorias nos mecanismos de detecção de duplicidade com FNDE
- Adoção de tecnologia *Single Sign On* (SSO)
- Construção do SAdmin em substituição ao antigo Segurança
- Descontinuidade do CONTRA (Controle de Acesso)
- Lançamento do Aplicativo do Bolsista CAPES
- Lançamento do novo Aplicativo do Portal de Periódicos
- Implantação da MDS 4 com princípios e técnicas ágeis em desenvolvimento de sistemas (SCRUM e KANBAN)
- Adoção de *Redmine*
- Adoção de DevOps e tecnologias como Git e *Openshift*
- Adoção de tecnologias de bancos de dados textuais "No SQL", como *Elastic Search* (Catálogo de Teses, Memória da Pós, Cadastro de Atos Administrativos – CAD, Cadastro de Consultores – CADCONS)
- Eliminação de legados em *PowerBuilder* e Sybase
- Limpeza das bases de dados e a revisão das entradas dos sistemas da CAPES, a fim de garantir dados, informações gerenciais e estatísticas confiáveis.
- Apoio na implementação do Plano de Dados Abertos da CAPES
- Criação e disponibilização dos painéis gerenciais com informações da CAPES
- Integração dos sistemas orçamentários e financeiros ao ADDCAPES
- Incorporação as bases de dados estruturadas e não estruturadas de outros órgãos ao ADDCAPES
- Manutenção e organização do Acervo de Dados Digitais (ADD) da CAPES
- Disseminação do Acervo de Dados Digitais da CAPES ADDCAPES
- Fomento da disponibilização e do uso de Dados Abertos
- Implementação de critérios para a qualidade dos dados usados e para a classificação da informação
- Criação de processo de coleta constante da percepção dos usuários quanto aos serviços e sistemas mantidos pela DTI (Pesquisa de Opinião)
- Aprimoramento do Plano de Comunicação Interna DTI/CAPES
- Realização das capacitações e dos treinamentos dos recursos humanos da DTI
- Promoção de ações de integração das pessoas e unidades da DTI
- Aprimoramento da Governança de TIC, monitoramento e controle dos projetos e serviços da DTI
- Monitoramento da qualidade dos serviços de TIC ofertados pela DTI
- Elaboração do novo Catálogo de Serviços e Níveis de Serviço da DTI
- Revisão anual PDTIC 2017-2019
- Mapeamento e implementação de melhorias nos processos da DTI

- Aquisições de bens e contratação de serviços de TIC necessários para manter os serviços existentes e para prover novos serviços aos usuários
- Acompanhamento da renovação de contratos da DTI
- Aprimoramento do processo de planejamento de contratação da DTI
- Acompanhamento do processo de gestão e execução dos recursos orçamentários da DTI
- Lançamento Conecti Brasil
- Encontro de Gestores DTI
- 2º Concurso de Inovação
- Capacitação de colaboradores em cursos de Gestão de Riscos de TIC
- Palestra sobre "A Importância da Mudança Cultural no Processo de Transformação Digital" ministrado pelo VP de pesquisas GARTNER
- Elaboração conjunta do novo PDTIC 2020-2023

Com o objetivo de atender as recomendações de objetividade e concisão na elaboração do presente relatório de gestão, a descrição dos projetos de TI desenvolvidos e concluídos no período, com destaque para os resultados esperados, para o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI e os prazos de conclusão pode ser acessada detalhadamente no link: http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/25102018_Plano_0819424_PDTIC_2017_2019___Revisao_Anual_versao2.4.pdf

4.9.5. Descrição dos projetos de TI em andamento e alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI

O ano de 2019 foi um ano intenso quando o assunto se refere a Governança de TI e, mais especificamente, ao Planejamento de TI. Foi o último período do PDTIC 2017-2019, bem como de elaboração do novo PDTIC 2020-2023.

Finalizado o período do PDTIC vigente, observou-se os seguintes resultados:

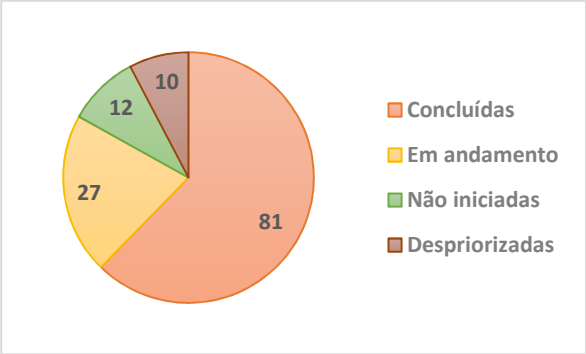


Gráfico 25 - Resultados PDTIC 2017-2019
Fonte: DTI/CAPES

Conforme decisão do PDTIC 2017-2019, os novos planos diretores a serem elaborados em sequência terão duração prevista para 4 anos, coincidindo, assim, com a duração do Plano Plurianual (PPA) vigente. A elaboração do novo PDTIC iniciou-se 6 meses antes do término do PDTIC vigente. Teve participação efetiva de todas as diretorias e da Presidência desta Fundação, e seguiu os seguintes passos e cronograma:

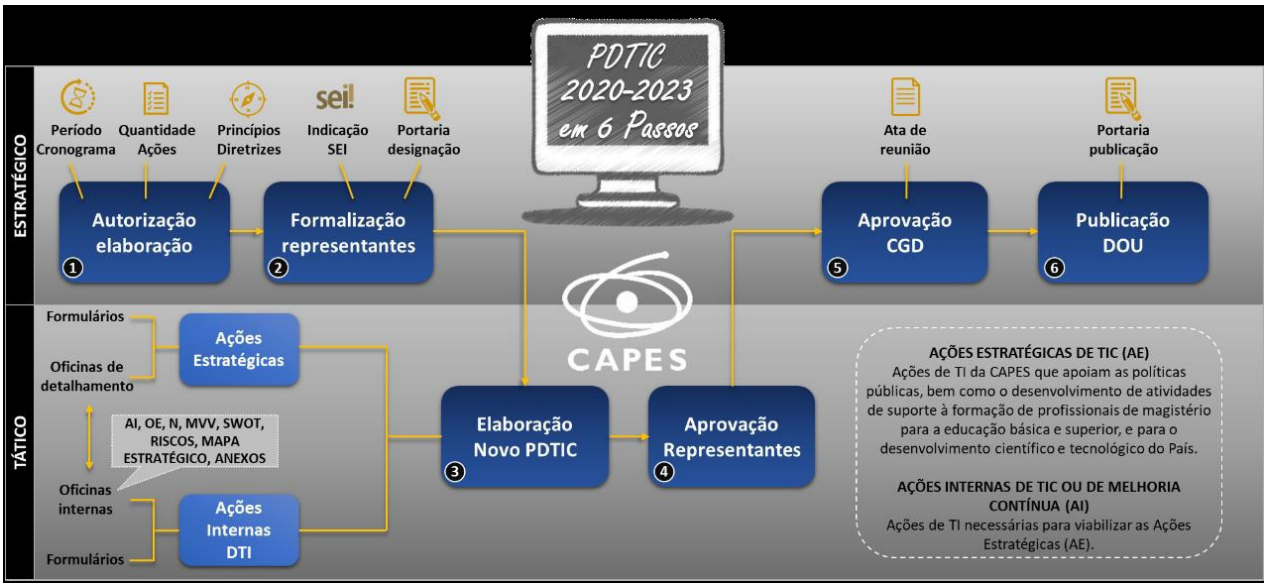


Figura 20 - Elaboração do PDTIC 2020-2023
Fonte: DTI/CAPES

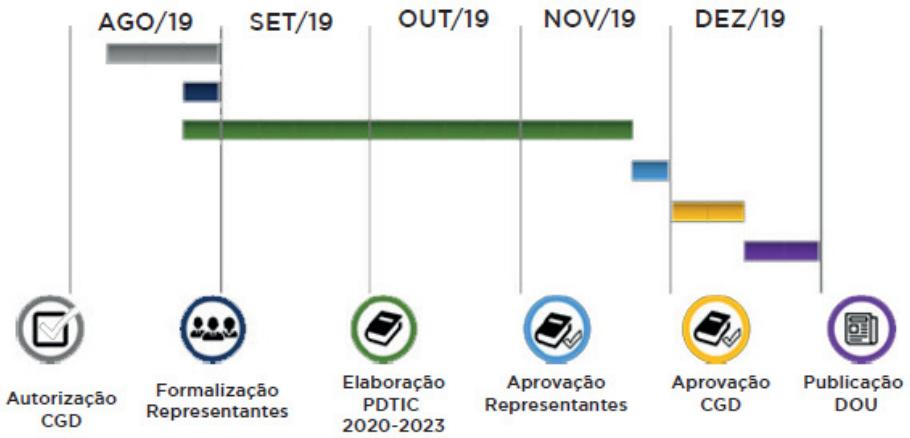


Figura 21 - Cronograma de elaboração do PDTIC 2020-2023
Fonte: DTI/CAPES

Utilizou-se os seguintes parâmetros como desafios a serem superados nesta elaboração:

- duração de 4 anos, coincidindo com a duração do Plano Plurianual (PPA) vigente;
- tornar mais claros e objetivos os requisitos, nomenclaturas e descrições das Ações;
- explicitar responsáveis pelo repasse dos requisitos das Ações;
- dimensionar a capacidade da força de trabalho DTI e ampliar envolvimento;
- reduzir proporcionalmente a quantidade de ações conforme capacidade dimensionada; e
- estimar custos para as ações (Quanto custará cada ação?).

A minuta do PDTIC 2020-2023 apresentou os seguintes resultados e características:

Figura 22 - Resultados e características da minuta do PDTIC 2020-2023
Fonte: DTI/CAPES

Convém ressaltar que este Plano está em processo de aprovação do Comitê de Governança Digital até 31 de março de 2019, período este previsto para realização de ajustes solicitados (repriorizações), definições de equipes executoras, espaço físico para alocação de novas equipes e chegada de novo presidente ao órgão).

Em 2019, a DTI mensurou o nível de satisfação dos usuários CAPES. Neste sentido, objetivou-se colher opiniões anônimas, no universo da CAPES, sobre a qualidade dos serviços prestados pela DTI. Por meio de manifestação voluntária, além de fortalecer os vínculos institucionais, resultou em importante feedback para alavancar aprofundamentos e correções nos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação prestados pela Diretoria. Os resultados são apresentados a seguir.

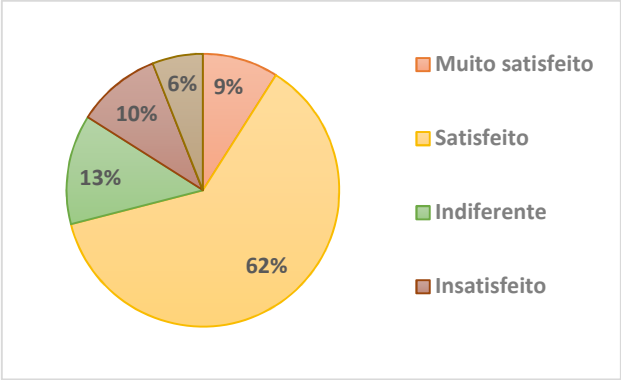


Gráfico 26 - Pesquisa de satisfação de TI
Fonte: DTI/CAPES

Considerando que a atuação da DTI/CAPES, como reiteradamente dito, está toda calcada do PDTIC, os projetos de TIC em andamento estão previstos nesse instrumento, disponível no link: http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/25102018_Plano_0819424_PDTIC_2017_2019___Revisao_Anual_versao2.4.pdf. É possível também visualizar o extrato das ações em andamento ou a iniciar.

Para fins deste relatório, tem-se, em gráfico, o seguinte retrato de ações e projetos de TIC em alinhamento com o planejamento estratégico:

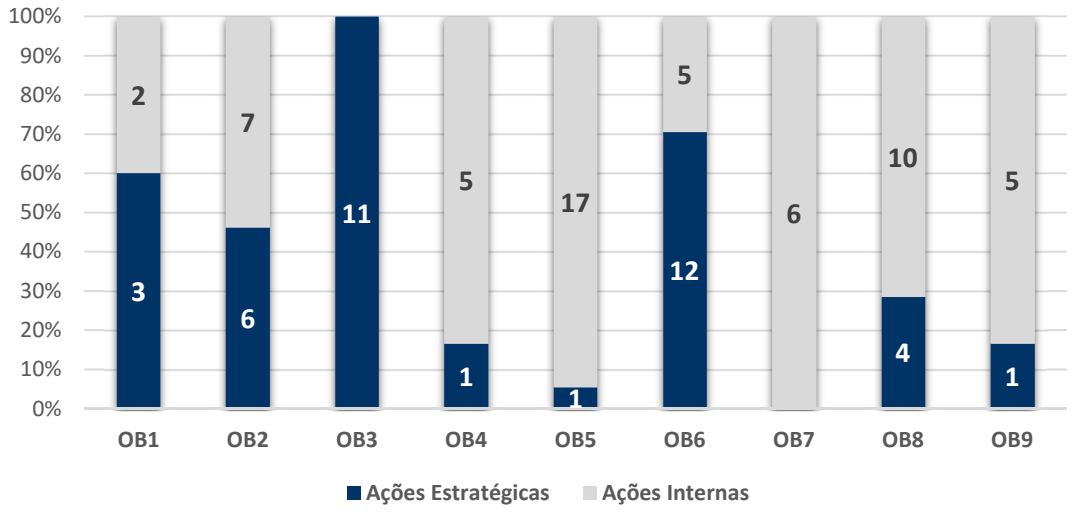


Gráfico 27 - Ações de TIC em alinhamento estratégico
Fonte: DTI/CAPES

4.9.6. Segurança da Informação

Vinculado à Coordenação-Geral de Infraestrutura de Informática (CGII), o núcleo de Segurança da Informação e Comunicação é responsável pelas atividades de apoio às diretrizes estratégicas, direcionamento, ações táticas e auxílio na criação de procedimentos em segurança da informação e comunicação, com o objetivo de viabilizar e assegurar disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações da CAPES ou sob sua responsabilidade, contra ameaças, vulnerabilidades e falhas, inclusive as humanas, de modo a preservar os seus ativos de informação, como também sua imagem institucional.

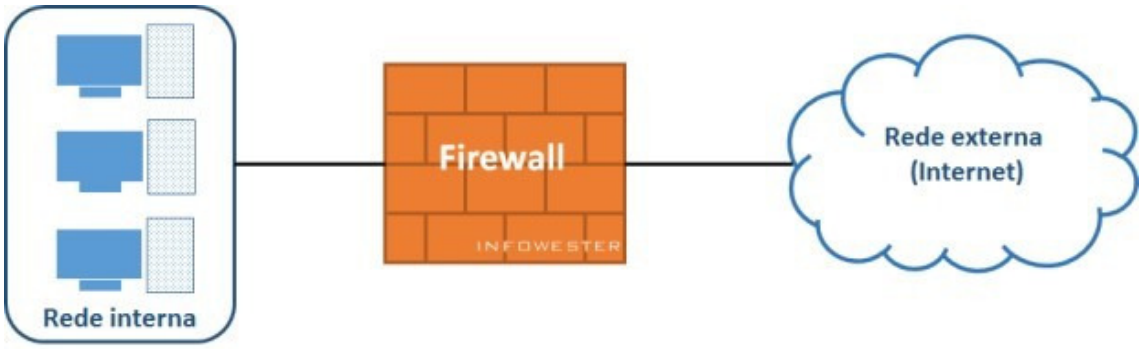


Figura 23 – Segurança da Informação
Fonte: DTI/CAPES

Com a instituição da Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, várias ações começaram a ser adotadas na CAPES, que, seguindo os padrões propostos por tais legislações, instituiu um Comitê de Segurança da Informação (CSIC), o qual já elaborou sua Política de Segurança da Informação da CAPES, publicada por meio da Portaria nº 199, de 29 de agosto de 2019. O CSIC foi recriado pela Portaria Interna nº 144, de 27 de julho d 2019 e, no uso de suas atribuições, vem trabalhando na elaboração de políticas e normas.

4.9.7. Acessibilidade

Apesar de ter desenvolvido investimento para melhoria da acessibilidade de seus sistemas, a DTI não compilou as ações no FAD (Formulário Eletrônico de Acessibilidade Digital), pois o documento não foi aberto para preenchimento dos órgãos em 2019, e por isso não constam neste relatório tais informações, como determinado na IN TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010.

4.9.8. Principais desafios e ações futuras

- Consolidar a adoção das práticas de DevOps/Ágil em todos os sistemas mantidos
- Novo contrato de qualidade e testes com incremento na produtividade e qualidade dos produtos desenvolvidos
- Interface padrão para os sistemas de fomento
- Plataforma unificada de acesso
- Licitação Fábrica de Software
- Licitação UI/UX
- Licitação Equipe de Apoio à Governança
- Licitação *OpenShift*
- Aquisição de servidores de rede e ativos de rede, mantendo garantia e disponibilidade
- Automação da execução de serviços de T
- Implantação do Storage, ampliando capacidade e segurança dos dados
- Aquisição de novos notebooks
- Implantação de Self Service dos serviços
- Implantação do IPSA – Índice da Proteção Sobre os Ativos
- Licitação Outsourcing de impressão
- Preparação dos sistemas para a Avaliação Quadrienal
- Início da construção da Plataforma de Fomento
- Evoluções nos aplicativos móveis do Bolsista CAPES e do Portal de Periódicos
- Adequar os contratos de prestação de serviços à nova metodologia Ágil
- Integração de Sistemas
- Aprovação e acompanhamento conjunto com Diretorias dos resultados do novo PDTIC 2020-2023
- Implantação Gestão de Riscos de TIC Indicadores de performance (resultados e transparência)
- Implantação da Governança de Dados
- Painéis Gerenciais das Diretorias
- Laboratório de Ciência de Dados
- Dado Mestre da CAPES

Para saber mais sobre a gestão de TIC acesse: http://capes.gov.br/tecnologia-da-informacao/pdti-plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao

4.10. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Redes Sociais:

LinkedIn

Seguidores:

201.894

Impressões de Publicações:

6.939.185

Engajamento (interação):

295.621

Publicações:

493

twitter

Seguidores:

12.534

Impressões de Publicações:

3.766.100

Engajamento (interação):

12.747

Publicações:

1.746

YouTube

Espectadores únicos (visualizadores):

88.302

Número de vídeos postados:

409

Visualizações de vídeos:

422.744

Instagram

Seguidores:

15.936

Impressões de Publicações:

1.022.690

Engajamento (interação):

35.261

Publicações:

334

Figura 24 - Redes Sociais da CAPES
Fonte: CCS/CAPES

Portal da CAPES

Visualizações:

12.656.071

Visitantes:

10.065.088

Figura 25 - Portal da CAPES
Fonte: CCS/CAPES

Marketing de Relacionamento

E-mails enviados:

243.566

Figura 26 - Marketing de Relacionamento
Fonte: CCS/CAPES

Para saber mais sobre comunicação acesse: http://capes.gov.br/comunicacao

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

A dotação autorizada em 2019 foi de R$ 4.190.023.818,00, distribuída da seguinte forma: Pessoal e Encargos Sociais R$ 92.671.404,00 (2,21%), Investimento R$ 11.569.443,00 (0,28%) e Outras Despesas Correntes R$ 4.085.782.971,00 (97,51%). As alterações ocorridas durante o exercício foram necessárias visando adequar à dotação inicialmente prevista às necessidades dos Programas e às questões operacionais.

A execução orçamentária, considerando somente as despesas empenhadas pela unidade CAPES, alcançou o patamar de 97,8% permanecendo assim a tradição de execução próxima a 100%. Se considerarmos os casos de provisão e destaques realizados (cujo empenho depende de outro órgão), a execução chega a 99,9%.
As despesas com a área-meio ficaram em 4,91% em relação à dotação autorizada, correspondendo 1,7% despesas com administração da unidade, 2,24% despesas com pessoal e 0,97% com tecnologia da informação e comunicação, demonstrando o empenho da Instituição com a priorização de suas atividades fins.
Os Restos a Pagar, de dotação da CAPES, inscritos no exercício de 2019 somaram R$ 595.628.915,15 (RAP Não Processado Inscrito e Reinscrito + RP Processado Inscrito e Reinscrito). A inscrição foi processada nos termos do art. 35 do Decreto nº 93.872, de 1986.

5.2. DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

A dotação empenhada em 2019 pela UO 26291 com créditos orçamentários da própria unidade foi de R$ 4.096.191.103,19, alcançando o patamar de 97,7% de execução sobre a dotação autorizada. Os empenhos liquidados somaram R$ 3.748.003.388,70. Tendo em vista que o valor pago até 31/12/2019 somou R$ 3.742.224.205,80, podemos concluir que 99,8% das despesas liquidadas foram pagas.

Os Restos a Pagar, de dotação da CAPES, pagos em 2019 somaram R$ 540.460.209,00, incluindo os empenhos inscritos pelas unidades gestoras recebedoras de créditos orçamentários oriundos de descentralização, correspondendo 96%, excluindo o total cancelado de R$ 33.735.499,58.

Cabe destacar que os ingressos financeiros se dão de forma mensal e os dispêndios acompanham os ingressos, não havendo algo relevante que se possa destacar nesse processo.

5.3. PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS

Um fato relevante durante o exercício de 2019 foi a determinação, pela Secretaria do Tesouro Nacional, para retificação dos decursos devolvidos via GRU que estavam contabilizados na Fonte 0250 (receita própria), mas que por ventura deveriam retornar nas mesmas fontes em que originalmente ocorreram as despesas. De acordo com a Receita Realizada, conta 6212000000, os saldos a retificar ou devolver de acordo com os códigos arrecadados foram os seguintes.

CÓDIGO DE RECOLHIMENTO	VALOR (R$)
28851-9/ 28852-7	27.194.128,85
28895-0	15.044.352,72
Exterior	9.229.019,03
Total	**51.467.500,60**

Tabela 20 - Saldos a retificar ou devolver
Fonte: SIAFI

O total arrecadado de receita própria identificado de acordo com as características citadas foi de R$ 51.467.500,60. Deste total, foram retificados R$ 37.688.914,17 (Conta 621320000 – Retificações), sendo que parte da diferença a retificar durante 2020 é competência de dezembro de 2019 da UG 154003 (por conta sem saldo 218924001, fonte 0250110202154003400 na UG 170500 (STN/COFIN). O total a devolver da UG 154004 (Exterior) continua pendente de devolução, pois a CAPES ainda aguarda orientações da SPO/MEC e STN sobre uma nova rotina para devolução desses recursos.

5.4. RESULTADOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS

RESULTADOS FINANCEIROS	31/12/2019 (R$)	31/12/2018 (R$)	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras (I)	**166.565.815,04**	**267.336.913,93**	**-37,69%**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamento Concedidos	-	-	0,00%
Juros e Encargos de Mora	149.349,18	100.908,78	48,00%
Variações Monetárias e Cambiais	155.460.516,10	255.420.354,33	-39,14%
Descontos Financeiros Obtidos	-	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	10.955.949,76	11.815.650,82	-7,28%
Aportes do Banco Central	-	-	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-	0,00%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras (II)	**142.911.060,27**	**224.986.153,26**	**-36,48%**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-	0,00%
Juros e Encargos de Mora	-	-	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	142.732.917,47	224.982.397,26	-36,56%
Descontos Financeiros Concedidos	178.142,80	3.756,00	4642,89%
Aportes ao Banco Central	-	-	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	0,00%
Resultado Patrimonial das VPA e VPD Financeiras (I-II)	**23.654.754,77**	**42.350.760,67**	**-44,15%**

Tabela 21 - Resultado Financeiro Apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
Fonte: SIAFI

Em relação às VPA e VPD referentes a "Variações Monetárias e Cambiais", o saldo líquido positivo foi de R$ 12,8 milhões, assim como ocorreu no mesmo período do exercício de 2018, quando o saldo líquido foi positivo de aproximadamente R$ 30,4 milhões.

Outra variação relevante ocorreu em "Remuneração de Depósitos e Aplicações Financeiras", com redução na ordem de 7,28%, notadamente ocasionado pelo resgate de recursos que se encontravam aplicados durante 2019 e, consequentemente, redução do montante aplicado.

RESULTADOS NÃO FINANCEIROS	31/12/2019 (R$)	31/12/2018 (R$)	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas Não Financeiras (I)	5.843.213.660,90	4.892.701.722,38	19,43%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	0,00%
Contribuições	-	-	0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	8.389,96	-100,00%
Transferências e Delegações Recebidas	4.848.545.561,81	4.568.681.331,16	6,13%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	762.840.688,39		13,06%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	65.261.595,66	56.675.087,33	15,15%
Variações Patrimoniais Diminutivas Não Financeiras (II)	**5.223.119.237,20**	**5.038.140.415,26**	**3,67%**
Pessoal e Encargos	72.621.786,15	72.301.638,91	0,44%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	22.693.465,84	22.362.034,83	1,48%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	588.641.856,41	596.502.390,73	-1,32%
Transferências e Delegações Concedidas	777.731.670,44	903.597.403,17	-13,93%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	134.330.137,79	1.103.982,10	12067,78%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.483.789.244,67	3.216.900.168,97	8,30%
Resultado Patrimonial das VPA e VPD Não Financeiras (I-II)	**620.094.423,70**	**-145.438.692,88**	**526,36%**

Tabela 22 - Resultado Não Financeiro Apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais
Fonte: SIAFI

Ao desconsiderar as VPA e VPD financeiras, tem-se um resultado de R$ 620 milhões ao final do exercício de 2019, ante a um resultado negativo de R$145 milhões no mesmo período anterior (aumento de 526%), decorrente, principalmente de lançamentos na Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos. Esta conta é composta por repasses a instituições e registros automáticos realizados no dia 8 de janeiro de 2019 pelo Órgão Central de Contabilidade, conforme a descrição: "*Registros de apropriação de ativo na UG descentralizadora e de passivo na UG recebedora da TED, decorrente de recursos orçamentários e financeiros não utilizados*".

5.5. NORMAS LEGAIS E TÉCNICAS E MECANISMOS DE CONTROLE

Para controle e garantia da confiabilidade, da regularidade e da completude dos lançamentos e procedimentos contábeis são observadas: a Lei nº 4.320, de 1964, o Decreto-Lei nº 200, de 967, o Decreto nº 93.872, de 1986, a Lei nº 10.180, de 2001 e a Lei Complementar nº 101, de 2000. Observa-se, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, da Secretaria do Tesouro Nacional.

5.6. COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

A Coordenação de Contabilidade (CCONT) está subordinada à Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e de Contabilidade (CGOF) da Diretoria de Gestão (DGES). É composta atualmente por 16 membros, sendo 10 servidores (dos quais 6 são graduados em contabilidade), 6 terceirizados e 1 estagiário.

Dentre as principais competências, destacam-se:

- coordenar a execução das atividades relacionadas ao Sistema de Contabilidade Federal;
- realizar a conformidade contábil dos atos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, de acordo com os princípios e as normas contábeis aplicadas ao setor público;
- acompanhar a legislação relativa à contabilidade pública e demais assuntos a ela relacionados; e
- acompanhar, identificar e regularizar depósitos efetuados na Conta Única do Tesouro Nacional vinculada à CAPES.

A relação completa das competências está elencada no Regimento Interno da CAPES (art. 18 da Portaria nº 105, de 25 de maio de 2017).

Contador: Tiago Schlickmann (de 06 de abril de 2016 até a presente data).

Contador Substituto: Luis Fabiano Farias Borges (de 10 de fevereiro de 2017 até a presente data).

Os balanços, demonstrações e notas explicativas podem ser acessados em sua íntegra no Portal da CAPES na *internet* por meio do *link*:
http://capes.gov.br/acessoainformacao/demonstracoes-contabeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei 4.320, de 1964, a Lei complementar nº 101, de 2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Ressalta-se que a CAPES possui uma UG secundária (154004) para fins de execução de pagamentos no exterior, registrados em moeda estrangeira no SIAFI (US$). Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a modela funcional (R$), empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no Balanço Financeiro (DB) e na Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior. Essa dualidade de moedas provoca variações monetárias, assim como a utilização de taxas de conversão diferentes para a execução orçamentária e financeira, em decorrência do espaço de tempo existente entre as etapas da execução da despesa orçamentária. A variação cambial dos saldos em moeda estrangeira tem seus efeitos ajustados diariamente de forma automática em contas contábeis definidas pelo Órgão Central de Contabilidade, visando à consistência das informações para consulta a qualquer momento.

Para saber mais sobre o orçamento da CAPES acesse: http://capes.gov.br/orcamento-evolucao-em-reais; e http://capes.gov.br/acessoainformacao/despesas;
Acesse as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas em: http://capes.gov.br/acessoainformacao/demonstracoes-contabeis.

CAPES

ANEXOS

Relatório de Gestão 2019

Lista de Siglas e Abreviações

SIGLA	DESCRIÇÃO
AGU	Advocacia-Geral da União
ANA	Agência Nacional de Águas
APCN	Avaliação das Propostas de Cursos Novos
APE	Assessoria de Planejamento e Consolidação da Informação
Art.	Artigo
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
AVAMEC	Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BRAFITEC	*Brasil France Ingénieur TEChnologie*
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPES-Purdue	Programa Capes-Purdue de Doutorado em Agricultura
CAPES-PrInt	Programa Institucional de Internacionalização
CCONT	Coordenação de Contabilidade
CCS	Coordenação de Comunicação Social
CDR	Centro de Desenvolvimento Regional
CDTS	Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde
CECOL	Coordenação Executiva dos Órgãos Colegiados
C&T	Ciência e Tecnologia
CGGP	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGII	Coordenação-Geral de Infraestrutura de Informática
CGOF	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e de Contabilidade
CGS	Coordenação-Geral de Sistemas
CGU	Controladoria-Geral da União
CNPEM	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COBIT 5	*Control Objectives For Information end Relatet Technology*
Cofecub	Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil
Cofen	Conselho Federal de Enfermagem
CONECTI	Consórcio Nacional em Educação, Ciência Tecnologia e Inovação
CONFAP	Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
COOPBRASS	Programa de Cooperação Científica Estratégica com o Sul Global
CS	Conselho Superior
CSAB	Coordenação de Sistemas de Auxílios, Bolsas e Convênios
CSAE	Coordenação de Sistemas de Apoio à Educação
CSAPG	Coordenação de Sistemas de Avaliação da Pós-Graduação
CSIC	Comitê de Segurança da Informação
CTC-EB	Conselho Técnico-Científico da Educação Básica
CTC-ES	Conselho Técnico-Científico da Educação Superior
CWRU	*Case Western Reserve University*
DAS	Direção e Assessoramento Superior
DAV	Diretoria de Avaliação

SIGLA	DESCRIÇÃO
DB	Balanço Financeiro
DEB	Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica
DED	Diretoria de Educação a Distância
DevOps	Junção das palavras "Desenvolvimento" e "Operações"
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
DGES	Diretoria de Gestão
Dinter	Programa de Doutorado Interinstitucional
DPB	Diretoria de Programas e Bolsas no País
DRI	Diretoria de Relações Internacionais
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EaD	Educação a Distância
ECTI	Convênio de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAD	Formulário Eletrônico de Acessibilidade Digital
FAP	Fundação de Amparo à Pesquisa
FCPE	Funções Comissionadas do Poder Executivo
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FOPROP	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação
FUNDAC	Fundação para o Desenvolvimento das Artes da Comunicação
GAB	Gabinete
GDACT	Gratificação de Desempenho de Atividade de C&T
GRU	Guia de Recolhimento da União
HCPA	Hospital de Clínicas de Porto Alegre
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano do Município
IED	Programa de Incentivo à Excelência Docente
IES	Instituição de Ensino Superior
IGestContrat	Índice de Capacidade em Gestão de Contratos
IGestPessoas	Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas
IGestTI	Índice de Capacidade em Gestão de TI
IGG	Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas
IGovPub	Índice de Governança Pública
IGovTI	Atendimento do Índice de Governança de TI
IN	Instrução Normativa
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IODP	Programa Internacional de Descobrimento do Oceano
IPES	Instituição Pública de Ensino Superior
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IRRC	*International Integrates Reporting Council*
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
KWh	Quilowatt-hora
LOA	Lei Orçamentária Anual

SIGLA	DESCRIÇÃO
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MD	Ministério de Defesa
MDS	Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas
MEC	Ministério da Educação
MNPEF	Programa Nacional de Mestrado Profissional em Ensino de Física
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NBCTSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
PAAP	Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos
PAC	Plano Anual de Contratações
PAEP	Programa de Apoio a Eventos no País
PARFOR	Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PCI	Projetos de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior
PDE	Programa de Pós-Doutorado no Exterior
PDSE	Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEC-PG	Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PF	Procuradoria Federal
PGF	Procuradoria-Geral Federal
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIDP	Plano Institucional de Desenvolvimento de Pessoas
PIDRH	Plano Institucional de Desenvolvimento de Recursos Humanos
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PoSIC	Política de Segurança da Informação e Comunicação
PPA	Plano Plurianual
PPDE	Programa de Pós-Doutorado no Exterior
PPGs	Programas de Pós-Graduação
PROAP	Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PROCAD-Amazônia	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia
PROCAD-Defesa	Programas de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional
Pró-Defesa	Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional
Prodoutoral	Programa de Formação Doutoral Docente
PROEB	Programas de Mestrado Profissional para Qualificação da Rede Pública de Educação Básica
ProEF	Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional
PROEX	Programa de Excelência Acadêmica
ProfArtes	Mestrado Profissional em Artes
ProfBio	Mestrado Profissional em Ensino de Biologia
ProfFilo	Mestrado Profissional em Filosofia

SIGLA	DESCRIÇÃO
ProfHistória	Mestrado Profissional em Ensino de História
Profletras	Mestrado Profissional em Letras
ProfMat	Mestrado Profissional em Matemática
ProfQui	Mestrado Profissional em Química
ProfSocio	Mestrado Profissional de Sociologia
PVEx	Programa de Professor Visitante no Exterior
PVNS-Amazônia	Programa Professor Visitante Nacional Sênior
RBPG	Revista Brasileira de Pós-Graduação
SAE	Sistematização da Assistência de Enfermagem
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEALF	Secretaria de Alfabetização
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SGB	Sistema de Gestão de Bolsas
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGRH	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
SIOP	Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SisUAB	Sistema Universidade Aberta do Brasil
SLTI/MPOG	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SNCTI	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UASG	Unidade Administração de Serviços Gerais
UG	Unidade Geradora
UO	Unidade Orçamentária
UPC	Unidade Prestadora de Contas
USP	Universidade de São Paulo
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Recursos investidos pela CAPES, em 2019, no apoio a projetos de pesquisa em áreas estratégicas 27
Tabela 2 – Recursos investidos pela CAPES, em 2019, para o pagamento de bolsas do Programa CAPES/FAP 29
Tabela 3 – Recursos investidos pela CAPES, em 2019, no apoio a ações estratégicas realizadas em parceria com outros órgãos 30
Tabela 4 – Quantitativo de matrículas em 2019 36
Tabela 5 – Vagas para o Projeto Ciência é 10! 36
Tabela 6 – Produtos dos editais de Inovação 2017 e 2018 39
Tabela 7 – Pibid - Bolsas concedidas mensamente em 2019 39
Tabela 8 - Residência Pedagógica - Bolsas concedidas mensalmente em 2019 40
Tabela 9 – Despesas por modalidade de contratação – executado pela UG 154003/154004 (orçamento CAPES + orçamento recebido descentralizado) 44
Tabela 10 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - executado pela UG 154003/154004 (orçamento CAPES + recursos recebidos por descentralização) 44
Tabela 11 – UASG 154003 por modalidade 50
Tabela 12 – UASG 154004 por modalidade 50
Tabela 13 – Contratações relativas a custeio e investimentos 50
Tabela 14 – Contratações relativas ao funcionamento administrativo 50
Tabela 15 – Principais tipos de contratações diretas 51
Tabela 16 – Locações 54
Tabela 17 – Consumo de energia elétrica por exercício 55
Tabela 18 – Consumo de água por exercício 55
Tabela 19 – Distribuição de força de trabalho de TI 57
Tabela 20 – Saldos a retificar ou devolver 69
Tabela 21 – Resultado financeiro apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) 70
Tabela 22 – Resultado não financeiro apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) 71

Lista de Quadros

Quadro 1 – Principais ações da CAPES – execução orçamentária 42
Quadro 2 – Principais ações – restos a pagar 43
Quadro 3 – Evolução da execução orçamentária – 2017 a 2019 (orçamento CAPES + recursos recebidos por descentralização) 44
Quadro 4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – executado pela UG 154003/154004 (orçamento CAPES + recursos recebidos por descentralização) 45

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da Autoavaliação do Perfil de Governança e Gestão Públicas - CAPES 2017 a 2019 16
Gráfico 2 – Autoavaliação do Perfil de Governança e Gestão Públicas - CAPES 2017 17
Gráfico 3 – Autoavaliação do Perfil de Governança e Gestão Públicas - CAPES 2018 17
Gráfico 4 – Autoavaliação do Perfil de Governança e Gestão Públicas - CAPES 2019 17
Gráfico 5 – Bolsas concedidas no país, por modalidade, em 2019 25
Gráfico 6 – Distribuição das bolsas concedidas por meio dos programas de fomento da CAPES voltados para a redução das assimetrias regionais em 2019 28
Gráfico 7 – Bolsistas estrangeiros no país 34
Gráfico 8 – Bolsistas brasileiros no Exterior 34
Gráfico 9 – Polos UAB por região 37
Gráfico 10 – Dotação final por ação orçamentária 42
Gráfico 11 – Orçamento empenhado x pago 43
Gráfico 12 – Restos a pagar inscrito x pago 43
Gráfico 13 – Evolução da execução orçamentária 2017 a 2019 (Despesas Empenhadas x Pagas) 44
Gráfico 14 – Capacitações dos servidores 47
Gráfico 15 – Distribuição de colaboradores ativos por situação funcional 47
Gráfico 16 – Distribuição de colaboradores por gênero 48
Gráfico 17 – Distribuição de colaboradores por faixa etária 48
Gráfico 18 – Distribuição de servidores por cargo na carreira C&T 48
Gráfico 19 – Distribuição de colaboradores por etnia 48
Gráfico 20 – Distribuição de colaboradores por deficiência 48
Gráfico 21 – Distribuição de servidores por faixa salarial 48
Gráfico 22 – Quantidade de contratações, por modalidade 49
Gráfico 23 – Colaboradores de TI 57
Gráfico 24 – Catálogos de Sistemas 59
Gráfico 25 – Resultados PDTIC 2017-2019 63
Gráfico 26 – Pesquisa de satisfação de TI 65
Gráfico 27 – Ações de TIC em alinhamento estratégico 66

Lista de Figuras

Figura 1 – Organograma 9
Figura 2 – Modelo de Governança da CAPES 10
Figura 3 – Linhas de Atuação da CAPES 11
Figura 4 – Cadeia de Valor da CAPES 12
Figura 5 – Mapa Estratégico da CAPES (2020-2023) 14
Figura 6 – Modelo de Gestão Estratégica da CAPES 15
Figura 7 – As três linhas de defesa da CAPES 21
Figura 8 – Atuação da CAPES no fomento ao Sistema Nacional de Pós-Graduação frente às metas do PPA e PNE 24
Figura 9 – Recursos investidos em 2019 por meio do Portal de Periódicos 31
Figura 10 – Recursos investidos em 2019 por meio do PAEP 31
Figura 11 – Desempenho alcançado em relação às metas do PNE e PPA 33
Figura 12 – Recursos investidos em 2019 34
Figura 13 – Bolsistas CAPES pelo mundo 35
Figura 14 – Ofertas de Mestrado Profissional ProEB 38
Figura 15 – Melhores Práticas de Gestão de TIC 56
Figura 16 – Infraestrutura de TIC da CAPES 58
Figura 17 – Reestruturação da Governança de TIC 60
Figura 18 – Áreas de Foco da TI 60
Figura 19 – Financeiro e transações 60
Figura 20 – Elaboração do PDTIC 2020-2023 64
Figura 21 – Cronograma de elaboração do PDTIC 2020-2023 64
Figura 22 – Resultados e características da minuta do PDTIC 2020-2023 65
Figura 23 – Segurança da Informação 66
Figura 24 – Redes Sociais da CAPES 68
Figura 25 – Portal da CAPES 68
Figura 26 – Marketing de Relacionamento 68

CAPES